

RELATÓRIO ANUAL 2018





APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual da Petros é um documento de prestação de contas que apresenta o desempenho dos planos administrados pela Fundação e, de forma resumida, as medidas praticadas pela gestão ao longo do ano. Em linha com a política de transparência, a publicação traz, nas primeiras páginas, um resumo do resultado do exercício, incluindo a rentabilidade e os principais impactos nos investimentos, para tornar as informações mais didáticas e de fácil entendimento.

Além das demonstrações contábeis do exercício de 2018, o Relatório Anual traz todas as informações referentes aos planos de benefícios, como parecer atuarial, demonstrativo de investimentos, e dados comparativos dos resultados de 31 de dezembro de 2018 com os do ano anterior. Os dados estão reunidos no conjunto de documentos anexos que compõem o relatório, cuja divulgação é exigida pela legislação. Também de forma a cumprir o que estabelece a lei, a Fundação publica informações detalhadas sobre cada modalidade de plano que administra (Contribuição Definida, Contribuição Variável e Benefício Definido) e sobre os planos instituídos.

Antes da divulgação do documento, as demonstrações contábeis da Petros são submetidas a auditoria externa independente, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da entidade – instância máxima composta por representantes eleitos pelos participantes e por indicados pela patrocinadora – e enviadas à Previc, órgão que fiscaliza as atividades das entidades fechadas de previdência complementar.

Boa leitura!



SUMÁRIO

5		Missão, visão e valores
6		Mensagem da Diretoria Executiva
9		A Diretoria Executiva
10		Mensagem do Conselho Deliberativo
12		Órgãos estatutários
14		Quem faz a Petros
16		O ano de 2018
17		Resultados da Petros
24		Impactos das liminares contra o PED dos PPSPs
29		Medidas adotadas pela Diretoria Executiva
42		Perfil dos participantes
43		Gestão de planos de previdência
45		Execução orçamentária
46		Demonstrativo de investimentos consolidado
49		Demonstrativo de custos com a administração de recursos
50		Despesas administrativas relevantes
51		Relatório dos auditores independentes
53		Demonstrações contábeis
112		Parecer do Conselho Fiscal
123		Decisão do Conselho Deliberativo



MISSÃO

Pagar benefícios aos nossos participantes de forma eficiente, transparente e responsável, com base numa gestão de excelência.

VISÃO

Ser reconhecida no mercado de previdência complementar por sua excelência na administração de planos de previdência, na gestão de ativos, na transparência, na integridade e no atendimento aos seus participantes e assistidos.

VALORES

Integridade

Credibilidade

Respeito pelas pessoas

Abertura a novas ideias

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Nosso trabalho ao longo de 2018 foi baseado em quatro grandes pilares – governança, modernização, eficiência e profissionalização – e marcado por avanços significativos para solidificar uma cultura voltada ao aprimoramento contínuo da gestão da Petros. Demos importantes passos para reforçar a governança dos investimentos, tornar ainda mais rígidos os controles internos e aumentar a transparência, a fim de proteger o patrimônio dos participantes e resgatar a credibilidade da Fundação.

Foi um ano intenso, de muito trabalho e enfrentamento de importantes desafios impostos à Petros, com endereçamento de questões fundamentais para a sustentabilidade e o futuro da Fundação. Os obstáculos não foram poucos. O cenário macroeconômico, caracterizado por elevada volatilidade, por si só já exigiu enorme esforço da gestão de investimentos. E os planos de Benefício Definido do Sistema Petrobras apresentaram insuficiência recorrente de recursos frente aos seus passivos, fato agravado pelas liminares obtidas pelos participantes para suspender o pagamento das contribuições extras para o Plano de Equacionamento do Déficit (PED). Tais especificidades demandaram uma atuação ainda mais estratégica dos times para enfrentar as limitações de liquidez.

Na outra ponta, nossos esforços para consolidar uma cultura voltada ao alto padrão de governança foram reconhecidos pelo mercado com uma série de prêmios e certificações. Também avançamos no aprimoramento dos normativos internos, aumentando sua robustez e instituindo um arcabouço de normas e políticas sobre as atividades da Fundação. Além disso, foram contratadas três auditorias independentes, que certificaram o resultado dos trabalhos realizados na Petros. A primeira validou os compromissos futuros dos planos PPSP-R, PPSP-NR e PP-2, que ficaram em linha com os montantes calculados pelo atuário responsável dos planos, não havendo qualquer impacto nos cálculos das avaliações atuariais; a segunda confirmou que a concessão e atualização dos benefícios estavam alinhadas às regras dos regulamentos dos planos; e a terceira chancelou a melhoria da qualidade dos dados devido ao cadastramento dos participantes.



“Nossos esforços para consolidar uma cultura voltada ao alto padrão de governança foram reconhecidos pelo mercado”

Na gestão dos investimentos, nossas equipes atuaram com o máximo de diligência, disciplina e foco em resultados, em busca da melhor performance para os ativos investidos de acordo com os riscos incorridos. E este esforço se traduziu em números. Em 2018, houve ganho líquido de R\$ 6 bilhões nos investimentos e ultrapassamos a marca de R\$ 90 bilhões em patrimônio, o que reforça a nossa posição como o maior fundo de pensão multipatrocinado do país em patrimônio administrado. Destaque para o PP-2, de Contribuição Variável, que registrou rentabilidade de 12,38%, superior à meta atuarial de 9,35%, fechando o exercício com superávit acumulado de R\$ 291 milhões.

Por outro lado, o PPSP-R e o PPSP-NR, de Benefício Definido, fecharam o ano com déficit e rentabilidade inferior à meta atuarial. Estes dois planos sofreram, e ainda sofrem, os impactos negativos decorrentes de decisões passadas, que ignoraram as características de planos maduros e as dinâmicas dos seus passivos, engessando a composição das carteiras e restringindo as estratégias dos times de gestão de investimentos. Para que não tivessem déficit, os planos teriam que ter obtido rentabilidade muito superior à meta: 23,15%, no PPSP-R, e 36,50%, no PPSP-NR, num ano em que a inflação fechou em 3,75%, o CDI variou 6,42% e o Ibovespa teve alta de 15,03%. Não fossem as “heranças” de gestões passadas, a rentabilidade desses planos seria próxima à do PP-2, uma vez que a gestão é conduzida pela mesma equipe de investimentos. Pesa ainda sobre esses planos o enorme passivo judicial, inclusive de ações que questionam o PED e agravam a situação de solvência.

“Perseguimos a meta de fazer mais com menos, sendo prática constante a otimização dos recursos”

Na área administrativa e financeira, perseguimos a meta de fazer mais com menos, sendo prática constante a otimização dos recursos, o que garantiu uma economia de quase 6% nos gastos previstos no orçamento de 2018. Além disso, entrou em operação o ERP (*Enterprise Resource Planning*), que integra os sistemas administrativos e financeiros e aprimora a qualidade e a confiabilidade das informações, reduzindo tempo e risco nas tomadas de decisão.

Também foi um ano de implantação de uma série de medidas de modernização, buscando a excelência na prestação de serviços aos participantes, como o lançamento do aplicativo da Petros e a reformulação do portal. Com o mesmo propósito, iniciamos um programa de automação, com uso de *Robotic Process Automation* (RPA) em atividades operacionais e repetitivas, com o objetivo de aumentar a produtividade, diminuir os custos operacionais e reduzir a exposição a erros em etapas automatizadas. Em outra frente, começou a ser implantado um grande projeto de transformação dos sistemas previdenciários, que vai modernizar toda a área de seguridade, atividade-fim da Fundação.

Temos consciência de que ainda há muito a ser feito e de que também são muitos os desafios a serem enfrentados nos próximos anos, como a criação de um Plano Petros Multi-Instituído, a cisão dos Pré-70, o PP-3, as propostas do Grupo de Trabalho Paritário e demais alternativas a serem oferecidas aos participantes do PPSP-R e PPSP-NR. Mas, certamente, construímos as bases para tornar a Petros mais sólida, colocando-a em outro patamar de governança, para que cumpra com rigor sua missão e alcance sua visão, tendo como premissa a prática cotidiana de seus valores.

A DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE E DIRETOR DE INVESTIMENTOS **DANIEL LIMA**

Ph.D., mestre e bacharel em Economia pela Universidade da Califórnia, PUC-Rio e USP, respectivamente. Integrou o time de gestão de ativos/passivos do Itaú Unibanco. Foi diretor de Administração e Investimentos da Odebrecht Previdência e gerente de Planejamento Financeiro da BM&FBovespa (atual B3). Também atuou como consultor de investimentos para fundos de pensão na PR&A Financial Products e na RiskOffice. Lecionou no Insper, na UniAbrapp e na FGV.

DIRETOR DE SEGURIDADE **FLAVIO CASTRO**

Pós-graduado em Atuária com MBA em Gestão de Negócios, foi sócio da Atuas, consultoria atuarial que tem expertise em desenvolvimento e acompanhamento de plano de benefícios para diversos clientes. Tornou-se diretor do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) em 2008. Em 2012, assumiu a presidência do instituto, até sua vinda para a Petros, em 2016. Atualmente é coordenador da Comissão Técnica Sudeste de Planos Previdenciários da Abrapp.

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO **HENRIQUE TRINCKQUEL**

Economista com MBA em Finanças e Investimentos, pós-graduação em Análise Financeira e certificação CFA Charterholder, é empregado da Petrobras, tendo sido aprovado em primeiro lugar no concurso da companhia em 2005. Foi diretor Administrativo e Financeiro da Petrobras Biocombustível. No exterior, atuou no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington, e no Pictet & Cie Banquiers, em Londres.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

O ano de 2018 foi desafiador para a Petros. Início da cobrança do Plano de Equacionamento do PPSP e, na sequência, a cisão do plano e aprovação da proposta do PP-3. Temas que exigiram muito empenho do Conselho Deliberativo para acompanhar, analisar, posicionar-se e chancelar cada uma dessas medidas. Mas 2018 também foi um ano de consolidação das boas práticas de governança na Fundação, com a criação de comitês de assessoramento ao CD; o aprofundamento do Programa de Integridade, que completou um ano e foi rebatizado de Jornada da Integridade, devido a seu caráter de continuidade. Também foi aprovada uma série de políticas determinantes para proteger o futuro da Petros e de seus participantes.

No que se refere ao PPSP, não há dúvidas de que 2018 foi marcante. Este tema é um dos que mais tem recebido atenção do CD. Começou com a implementação do Plano de Equacionamento do Déficit (PED-2015), em março, seguido pela cisão do PPSP em PPSP-R e PPSP-NR, no mês seguinte, ocorrendo ainda a aprovação do PP-3, em dezembro. A cisão, após um longo processo, cuja origem remonta a 2006, foi aprovada pelas autoridades competentes e posta em prática.

O equacionamento, determinado pela legislação e necessário ao reequilíbrio das contas dos planos, exigiu sacrifícios de todos. Ciente das dificuldades financeiras para os participantes arcarem com as contribuições extraordinárias do PED-2015 e da possibilidade de novos equacionamentos – confirmada, posteriormente, para o ano de 2018 com os dados presentes neste relatório –, o CD aprovou, em dezembro, que a

Fundação realize a administração de um novo plano de previdência, proposto por seus patrocinadores. Trata-se do Plano Petros-3 (PP-3), da modalidade Contribuição Definida (CD), que será oferecido, exclusivamente, aos participantes ativos e assistidos dos dois planos, que poderão, voluntariamente, decidir se querem migrar para esta nova opção. O PP-3 foi pensado como forma de cessar a imprevisibilidade e dar mais segurança aos participantes. Paralelamente, também há um Grupo de Trabalho formado por representantes dos empregados e dos patrocinadores, com apoio da Petros, que também busca outra alternativa para a sustentabilidade do PPSP-R e do PPSP-NR. Quando estiver concluída, essa proposta será divulgada para os participantes.

Outro plano de benefícios que está no centro das atenções do Conselho Deliberativo é o Plano Petros Ultrafértil, que passará pelo seu quarto plano de equacionamento de déficit técnico em função do resultado contabilizado no exercício de 2018. Para este plano, o CD está solicitando a apresentação de uma proposta de plano de equacionamento alternativa, nos moldes da que está sendo estudada pelo Grupo de Trabalho constituído pela Petrobras para o PPSP. Há ainda uma expectativa em torno da discussão relativa ao custeio do plano com o patrocinador, que poderá ajudar na sua solvência.

Além do endereçamento dos problemas de sustentabilidade dos planos Petros Ultrafértil, PPSP-R e PPSP-NR, a Fundação tem trabalhado para regularizar o custeio administrativo, de maneira a permitir o equilíbrio dos planos. Todos os instituidores e patrocinadores foram informados sobre a necessidade de alteração do custeio

de seus planos e foi elaborado um estudo de viabilidade sobre a criação de um Plano Petros Multi-Instituído, para reequilibrar o custeio dos planos de benefícios mantidos por entidades instituidoras. Em dezembro de 2018, a Previc aprovou a proposta final do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) apresentada pela Fundação.

E para que os problemas do passado se afastem de vez da Fundação, o CD aprovou a instauração do Comitê de Auditoria e os regimentos de outros dois comitês de assessoramento, o de Investimentos e o de Seguridade, com objetivo de aprimorar a governança, um dos pilares da atual administração.

A Petros hoje está investigando e apurando as responsabilidades com relação a 81 ativos da Fundação por meio de Comissões Internas de Apuração, que buscam a responsabilização e o ressarcimento das perdas realizadas aos planos de benefícios.

A busca de aperfeiçoamento da governança aparece ainda na Jornada da Integridade, que trata de tornar os valores da Fundação – integridade, credibilidade, respeito pelas pessoas e abertura a novas ideias – uma prática cotidiana. Para auxiliar neste processo, foram adotadas ferramentas importantes, como a Política de Conflito de Interesses e as análises reputacionais, com avaliações dos riscos para o negócio como um todo.

Reconhecendo a importância da governança, participamos pessoalmente do lançamento do Programa de Segurança da Informação, que representa um conjunto de medidas para proteção das informações corporativas, em linha com as melhores práticas e normas internacionais de segurança, possibilitando maior proteção dos dados dos participantes e assistidos.

Também aprovamos as novas políticas de investimentos da Fundação, que trazem as estratégias por segmento, agora com um foco mais objetivo, e a Política de Gestão de Pessoas, fundamental para fortalecer o corpo funcional.

O ano de 2019 será marcado por novos e grandes desafios. Um momento importante será a eleição dos conse-

lheiros, a oportunidade para que os participantes exerçam seu direito e, por que não dizer também, sua obrigação de contribuir para a gestão da Fundação, escolhendo aqueles que vão representá-los nos colegiados.

O Planejamento Estratégico aprovado pelo Conselho Deliberativo elencou as prioridades estratégicas a serem perseguidas, com um plano de ação que compreenda, entre outras iniciativas: propor planos de benefícios equilibrados previdencial e administrativamente de acordo com o nível de serviço, cujo desdobramento é “dar suporte ao desenvolvimento de alternativas estruturais aos PPSP-NR e PPSP-R”; consolidar a cultura de investidor financeiro; promover a gestão do passivo judicial; aperfeiçoar a comunicação estratégica, a imagem e os relacionamentos; modernização da área de seguridade; aperfeiçoamento contínuo da governança; eficiência e eficácia: otimização de processos, inovação tecnológica, custos e orçamento; alinhamento da cultura organizacional: diagnósticos e ações para a gestão da mudança; planejar e controlar o andamento das Comissões Internas de Apuração.

Apesar dos grandiosos desafios, nossa expectativa é bastante positiva em função do avanço na governança da Petros, da formação das equipes e do empenho que tanto o CD como a Diretoria Executiva e todo o corpo funcional da Fundação se comprometem a manter. Entretanto, nosso entendimento é que a superação dos desafios deve ser perseguida de forma conjunta pela Fundação e seus participantes ativos e assistidos.

A transparência é e deve ser considerada, sempre, como um valor estratégico. Neste sentido, o Conselho Deliberativo determinou que todos os aspectos da situação da Petros sejam comunicados aos participantes ativos e assistidos logo após a divulgação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018. Não serão, muitas vezes, notícias agradáveis a todos nós. Mas a transparência é fundamental para consolidar os laços de confiança que precisamos para a superação dos problemas.

O Conselho Deliberativo seguirá zelando pelo futuro da Petros.

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Além da Diretoria Executiva, a Petros conta com outros dois órgãos estatutários: o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal.

CONSELHO DELIBERATIVO

Órgão máximo da Petros, o Conselho Deliberativo (CD) é responsável pela aprovação da política geral de administração da Fundação e de seus planos.

12
REUNIÕES
ORDINÁRIAS

18
REUNIÕES
EXTRAORDINÁRIAS

INDICADOS PELAS PATROCINADORAS



ELEITOS PELOS PARTICIPANTES



TEMAS MAIS RELEVANTES TRATADOS EM 2018:

- Aprovação da proposta do PP-3
- Aprovação dos regimentos dos comitês de assessoramento ao CD
- Instauração do Comitê de Auditoria
- Aprovação das políticas de investimentos, da Política de Investimentos Pessoais, da Política de Gestão de Pessoas, da Política de Riscos e ALM e da revisão da Política de Segurança da Informação
- Termo de Ajustamento de Conduta Referente ao Custeio dos Planos – aprovado em 2018 e assinado pelos dirigentes da Petros em 2019

CONSELHO FISCAL

Órgão de controle interno da Petros, o Conselho Fiscal (CF) tem como função manifestar-se sobre atos administrativos e operacionais da Fundação.

12
REUNIÕES
ORDINÁRIAS

8
REUNIÕES
EXTRAORDINÁRIAS

INDICADOS PELAS PATROCINADORAS



ELEITOS PELOS PARTICIPANTES



TEMAS MAIS RELEVANTES TRATADOS EM 2018:

- Plano de equacionamento do déficit do PPSP
- Dívidas da Petrobras com o PPSP
- Cisão do plano PPSP
- Termo de Ajustamento de Conduta do Plano de Gestão Administrativa
- Transferência do Plano Lanxess para o Bradesco
- Impacto atuarial do Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC) e da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR)

QUEM FAZ A PETROS

A Petros é feita por pessoas. Profissionais qualificados trabalham diariamente para que a Fundação siga em frente cumprindo sua missão, visão, valores e entregando serviços de excelência. Conheça um pouco mais do perfil da nossa força de trabalho.

	2018	2017
 TOTAL EMPREGADOS	466	474
 ESCOLARIDADE		
DOUTORES, MESTRES E COM ESPECIALIZAÇÃO	149	153
GRADUADOS	238	248
GRADUANDOS	49	46
ENSINO MÉDIO	29	26
 ESTAGIÁRIOS	18	19
 PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	11	12



EMPREGADOS
ACIMA DE 45 ANOS



2018

30%

2017

31,2%



MULHERES

2018

247

2017

247

CARGOS DE CHEFIA



NEGROS

2018

130

2017

128

CARGOS DE CHEFIA



2018

48,6%

2017

47%



2018

11,4%

2017

9,09%



IDADE MÉDIA
CARGOS DE CHEFIA

2018

2017

HOMENS

42

45

MULHERES

46

48

NEGROS

40

38



O ANO DE 2018

Em 2018, o cenário econômico foi marcado por elevada volatilidade global, fraca recuperação da economia brasileira e instabilidade no mercado doméstico em função das eleições presidenciais, o que representou enorme desafio para a gestão dos investimentos.

A expansão da economia brasileira ficou muito abaixo do que era esperado no início do ano: a estimativa era 2,7% em janeiro e o crescimento foi de 1,3%. Com o resultado das eleições presidenciais, houve melhora nas expectativas do mercado em relação às reformas necessárias para a economia brasileira. Esse maior otimismo se refletiu no avanço de indicadores no último trimestre do ano – como o recuo de 56 pontos básicos do risco-país, terminando o ano em 207 pontos.

A inflação (medida pelo IPCA) encerrou em 3,75%, abaixo do centro da meta do governo, que era de 4,50%, mas acima dos 2,95% de 2017. Com o cenário benigno da inflação e a recuperação fraca da economia brasileira, o Banco Central (BC) reduziu a taxa de juros duas vezes no início do ano, para 6,5% e depois a manteve sem alterações.

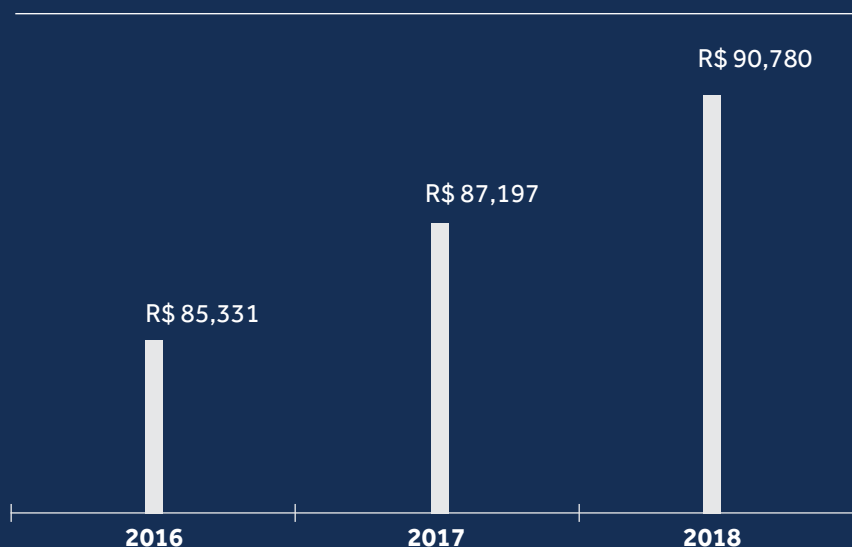
O Ibovespa, referência do mercado brasileiro de ações, teve valorização de 15,03% e alcançou 87 mil pontos no ano. E o dólar, pela cotação do BC, fechou com alta de 17,1%.

RESULTADOS DA PETROS

Patrimônio da Petros ultrapassa R\$ 90 bilhões

Maior fundo de pensão multipatrocinado do país em patrimônio administrado, a Petros ultrapassou a marca de R\$ 90 bilhões em ativos totais em 2018, um crescimento de 4% em relação a 2017 e um acréscimo de mais de R\$ 5 bilhões frente ao patrimônio da Fundação em 2016.

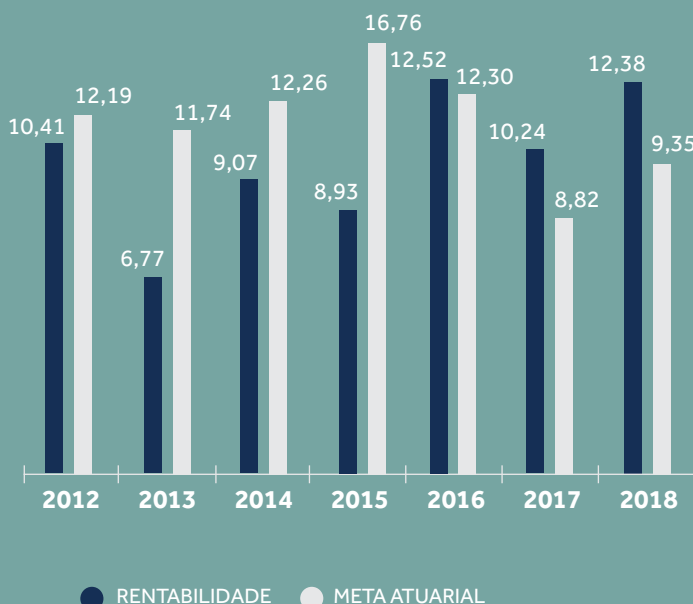
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (em bilhões)



RESULTADO LÍQUIDO DE R\$ 6 BI NOS INVESTIMENTOS

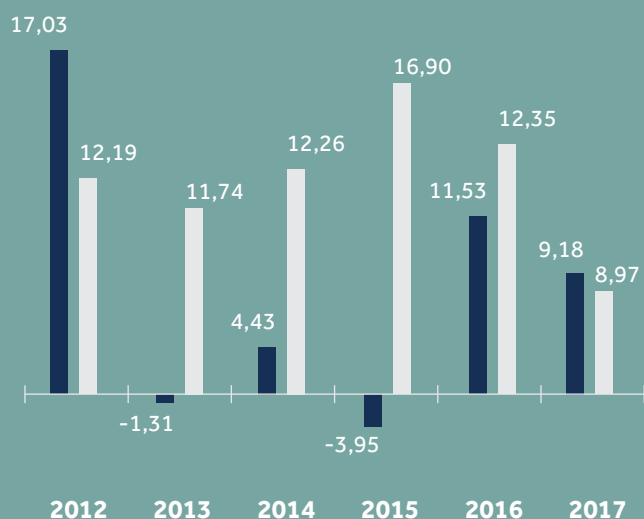
Em 2018, a Petros registrou ganho de R\$ 6,025 bilhões nos investimentos, considerando o resultado consolidado de todos os planos que administra. Respondendo por parte significativa deste desempenho, o Plano Petros-2 (PP-2), de Contribuição Variável (CV), o segundo maior da Fundação em patrimônio (R\$ 22,1 bilhões) e número de participantes (cerca de 50 mil), registrou ganho líquido de R\$ 2,384 bilhões nos investimentos – 51% maior do que o obtido em 2017 –, em função da rentabilidade no ano de 12,38%, superior à meta atuarial de 9,35%, fechando o exercício com superávit acumulado de R\$ 291 milhões.

RENTABILIDADE DO PP-2 (%)

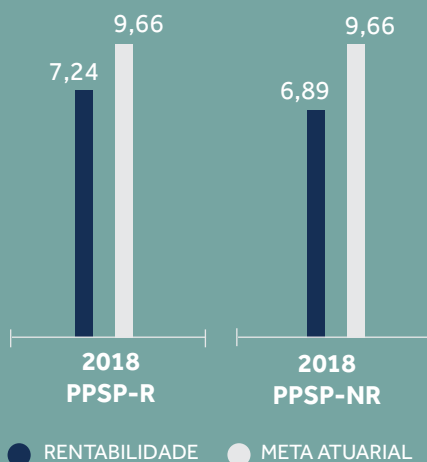


Por outro lado, os planos Petros do Sistema Petrobras – Repactuados (PPSP-R) e Não Repactuados (PPSP-NR) –, de Benefício Definido (BD), encerraram o ano com déficits acumulados de R\$ 5,566 bilhões e R\$ 2,839 bilhões, respectivamente. O aumento do déficit se deve, sobretudo, à insuficiência recorrente de recursos frente aos passivos. No ano, os planos tiveram rentabilidade de 7,24%, para o PPSP-R, e de 6,89%, para o PPSP-NR, contra meta atuarial de 9,66% para ambos. Mesmo que tivessem atingido a meta, haveria um déficit de R\$ 4,719 bilhões, no PPSP-R, e de R\$ 2,573 bilhões, no PPSP-NR. Para que o déficit fosse eliminado, a rentabilidade do plano dos participantes repactuados deveria ter sido de 23,15% e a dos não repactuados, 36,50%, num ano em que a inflação fechou em 3,75%, o CDI (referência para renda fixa) variou 6,42% e o Ibovespa teve alta de 15,03%.

RENTABILIDADE DO PPSP (%)



RENTABILIDADE DO PPSP-R E DO PPSP-NR (%)



AUDITORIA EXTERNA VALIDA PASSIVO E CADASTRO DOS PARTICIPANTES

Na análise do balanço de 2018, a auditoria independente fez ressalva por considerar que não foi possível precisar os valores relativos às contingências judiciais, devido a ajustes para melhoria do sistema de controle dos processos jurídicos, que ainda estão em fase de consolidação e estabilização. A exemplo do esforço feito no balanço anterior, quando foram solucionadas oito não conformidades antes da aprovação das contas, a Petros está comprometida com a eliminação desta ressalva, para aumentar a qualidade da apresentação das suas demonstrações financeiras. Neste sentido, seguirá aprimorando seus processos de controles internos, de forma a mitigar o risco de inconsistências, decorrentes do histórico déficit de controles, entre os registros jurídicos e os registros contábeis, o que trará mais segurança na apuração do valor de desembolsos atribuídos a processos judiciais.

Em 2018, uma auditoria externa validou os compromissos futuros dos planos PPSP-R e NR e PP-2 e os estudos de aderência das premissas (hipóteses) utilizadas pela Petros nas avaliações atuariais – análise realizada anualmente para dimensionar o valor das obrigações futuras de um plano de benefício. Os valores dos compromissos futuros auditados ficaram em linha com os montantes calculados pelo atuário responsável dos planos, não havendo qualquer impacto nos cálculos das avaliações atuariais.

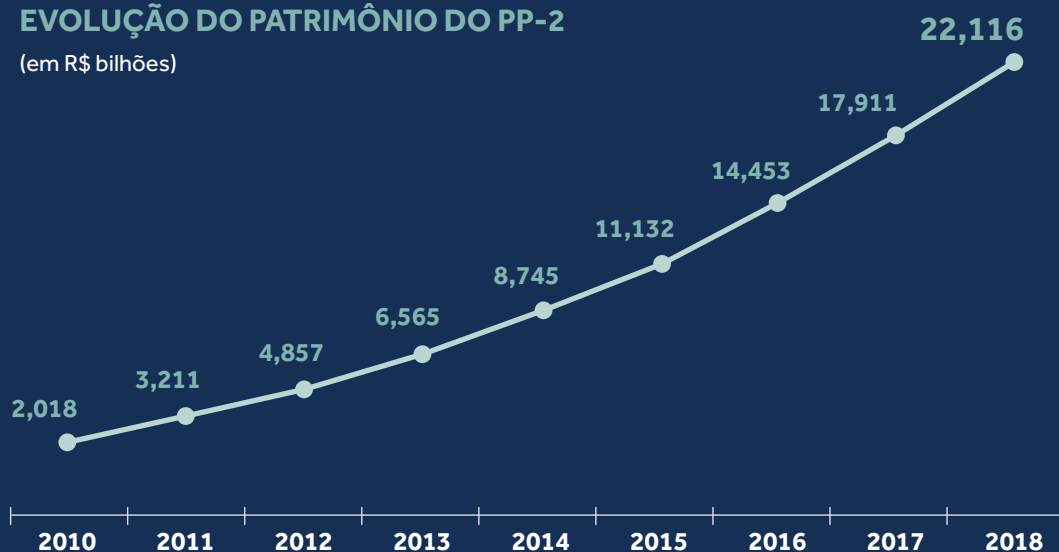
Além disso, com o objetivo de verificar se a concessão e atualização dos benefícios estavam alinhadas com as regras dos regulamentos dos planos – especialmente no que se refere aos requisitos para concessão do benefício inicial e cálculos de reajustes – esses processos também foram submetidos a auditoria, que confirmou que o trabalho realizado está aderente às normas dos planos e não identificou impacto material nas amostras testadas.

PP-2: PATRIMÔNIO CRESCE PARA R\$ 22,1 BILHÕES

O PP-2 é um plano jovem, em fase de forte acumulação de recursos. Em 2018, acumulou um patrimônio de R\$ 22,1 bilhões, valor 23% maior do que no ano anterior, em função do maior retorno dos investimentos e do recebimento de contribuições superiores aos pagamentos de benefícios. O destaque do ano foi o resultado dos títulos públicos, que valorizaram 12,27%, quase o dobro do CDI (6,42%), usado como referência para a renda fixa. A renda variável também contribuiu para o bom desempenho, com alta de 9,47%, impulsionada pelos fundos de ações de mercado, que representam a maior parte desta carteira e subiram 14,01%.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DO PP-2

(em R\$ bilhões)



Em relação às obrigações do plano, houve aumento dos recursos destinados ao Fundo Previdencial – constituído para garantia mínima de pagamentos de benefícios de risco, como auxílio-doença, pecúlio e pensão, e de aposentadorias programadas – motivado, principalmente, por ajustes decorrentes do recadastramento dos participantes. Na ocasião, foram atualizadas, por exemplo, informações sobre o Tempo de Vinculação Previdenciária (TVP), acarretando a antecipação da idade prevista de aposentadoria, e a composição familiar do participante. Esses ajustes de aderência do PP-2 à real situação dos participantes eram o principal objetivo do recadastramento e influenciaram na redução do superávit acumulado do plano, de R\$ 304 milhões, em 2017, para R\$ 291 milhões, em 2018.

PPSP-R E PPSP-NR: CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E AÇÕES CONTRA O PED IMPACTAM RESULTADO

Os investimentos dos dois principais planos BD geraram retorno líquido de R\$ 1,961 bilhão no PPSP-R e de R\$ 502,5 milhões no PPSP-NR, montantes insuficientes para cobrir o crescimento dos compromissos no ano. Considerando os dois planos, foram arrecadados R\$ 2,351 bilhões com contribuições e pagos R\$ 5,471 bilhões em benefícios. Cabe ressaltar que o total de contribuições chegaria a R\$ 3,230 bilhões, não fossem as liminares concedidas que suspendem os efeitos do Plano de Equacionamento do Déficit (PED), agravando a situação de solvência dos planos. As ações judiciais contra o PED – que, até 31/12/18, totalizavam 417 processos, todos sujeitos a recurso – vêm sendo monitoradas pela Petros de forma estratégica, inclusive com o envolvimento da Previc, órgão fiscalizador das entidades de previdência complementar fechada, nos processos coletivos de maior impacto. Como resultado deste trabalho, a Fundação vem apresentando, de forma tempestiva, as defesas nos respectivos processos. Em 2018, todas as sentenças foram favoráveis à manutenção do plano de equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo.

A atualização dos compromissos futuros e o fluxo previdenciário negativo (maior desembolso para pagamentos de benefícios do que recebimentos de contribuições) causaram impacto de R\$ 4,650 bilhões no plano que reúne os repactuados e de R\$ 1,095 bilhão no dos não repactuados. Somou-se a isso o acréscimo das contingências para pagamento de ações judiciais, a maior parte movida por participantes, que foi de R\$ 388 milhões, no PPSP-R, e de R\$ 142 milhões, no PPSP-NR. Houve ainda o impacto negativo da suspensão do pagamento de parte das contribuições extras do PED, por força das liminares concedidas nas ações movidas por participantes. Isso porque os valores das contribuições não arrecadadas – que, em 2018, somaram R\$ 684 milhões no PPSP-R e R\$ 194 milhões no PPSP-NR – deveriam ter sido incorporados ao patrimônio de investimentos dos planos e investidos para gerar rentabilidade e contribuir com o alcance da meta, o que não aconteceu.

PRINCIPAIS FATORES QUE IMPACTARAM O RESULTADO DO PPSP-R E DO PPSP-NR

(em R\$ milhões)

	PPSP-R	PPSP-NR
Fluxo previdenciário (pagamentos de benefícios menos contribuições recebidas)	-2.008	-369
Atualização dos compromissos com o participante	-2.642	-726
Investimentos (resultado líquido)	1.961	502
Contingências judiciais	-388	-142
TOTAL (resultado no exercício de 2018 – de abril a dezembro)	-3.077	-735
Variação dos resultados a realizar	-6	-8
Resultado acumulado em 31/03/2018*	-2.483	-2.096
Resultado acumulado em 31/12/2018	-5.566	-2.839

*Em abril/2018, o PPSP foi cindido em PPSP-Não Repactuados e PPSP-Repactuados.

PLANO DE EQUACIONAMENTO

Em função de o déficit acumulado ano passado no PPSP-R e no PPSP-NR ter superado o limite legal, será necessário instituir um novo plano de equacionamento referente ao déficit acumulado em 2018. Os estudos que determinarão os valores a serem equacionados serão realizados ao longo de 2019, respeitando a legislação vigente.

PERFIL DIFERENTE NA COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS

A diferença de rentabilidade do PPSP-R e do PPSP-NR em relação à do PP-2 decorre das características e dinâmicas particulares desses planos, que requerem diferentes estratégias de gestão, e da maior exposição a ativos com liquidez restrita nos PPSPs, destacadamente Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), ativos imobiliários e participações relevantes em empresas.

A gestão dos ativos com maior liquidez gerou cerca de R\$ 8 bilhões em termos de rendimento ao longo de 2018, enquanto os de liquidez restrita levaram a uma perda de cerca de R\$ 2,2 bilhões, quase a totalidade concentrada no PPSP-R e no PPSP-NR.

A falta de flexibilidade em decorrência da liquidez restrita reduz a possibilidade de uma gestão ativa das carteiras dos PPSPs. Isso porque a carteira da renda variável dos PPSPs está alocada, majoritariamente, em ativos de longo prazo, como algumas empresas que não têm capital aberto e outras nas quais a Fundação possui parcela relevante do capital. Isso restringe a forma de atuação da gestão, engessando a composição das carteiras e comprometendo a efetividade da estratégia dos times de gestão.

PPSP-R E PPSP-NR: ATIVOS COM LIQUIDEZ BATEM A META

Em 2018, seguindo a estratégia de promover a gestão ativa da renda fixa para aproveitar oportunidades do mercado, os investimentos dos planos PPSP-R e PPSP-NR alocados neste segmento, que representam cerca de 60% dos ativos dos planos, registraram alta de, respectivamente, 14,88% e 14,74%, mais que o dobro dos 6,42% do CDI no período.

Já a renda variável recuou 10,74%, no PPSP-R, e 10,79%, no PPSP-NR, impactando fortemente o resultado dos planos. A desvalorização se deve, sobretudo, à queda da carteira de participações em empresas (-16,11% no PPSP-R e -16,16% no PPSP-NR), que representa 80% do segmento e puxou o resultado para baixo. Também pressionaram negativamente a rentabilidade dos PPSPs as reavaliações de ativos que não são negociados no mercado, levando a ajustes de precificação no fechamento do exercício.



RENDIA FIXA

PPSP-R

14,88%

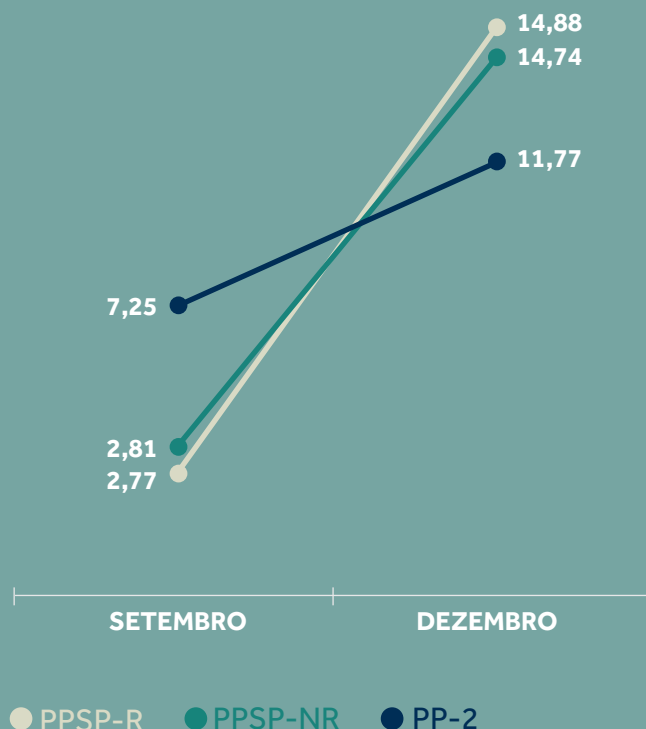
PPSP-NR

14,74%

GESTÃO ATIVA DA RENDA FIXA

Em 2018, para aproveitar as oportunidades surgidas com a volatilidade no período pré-eleições, foram negociados cerca de R\$ 15 bilhões em títulos públicos. O cenário base da política de investimentos, aprovada no fim de 2017, se materializou ao longo de 2018. Uma candidatura alinhada às reformas saiu-se vitoriosa e os juros da economia caíram. No momento em que as previsões se concretizaram, a Fundação estava bem posicionada para capturar ganhos relevantes no segmento. Com isso, foi obtida uma alta mais acelerada da rentabilidade dos recursos investidos nesta carteira nos três maiores planos da Fundação, com destaque para o PPSP-R e o PPSP-NR.

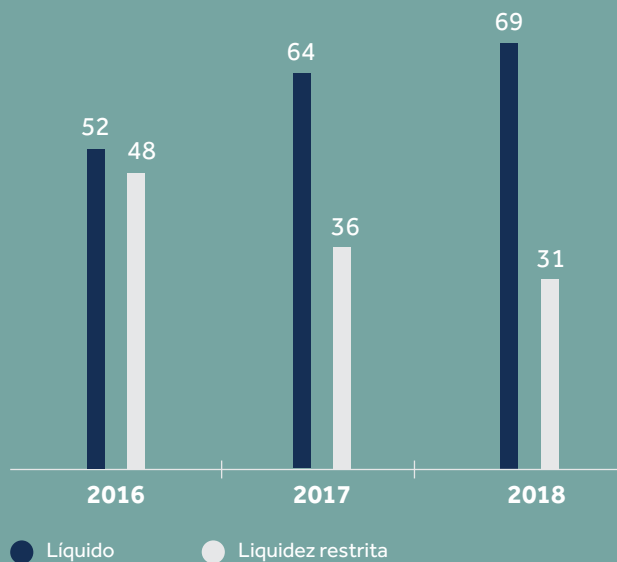
RENTABILIDADE (%)



ADEQUAÇÃO DAS CARTEIRAS

Ao longo de 2018, foi dada continuidade à estratégia de redução da concentração de ativos de risco, com liquidez restrita, nas carteiras do PPSP-R e PPSP-NR, de forma a adequá-las à dinâmica do passivo de cada plano, em linha com a Política de Investimentos. Com a estratégia de desinvestimento praticada desde 2016, a participação de ativos sem liquidez caiu de 48% (dez/2016) para 31% (dez/2018), percentual ainda considerado alto dada a característica dos planos. No mesmo período, a parcela de ativos líquidos subiu de 52% para 69%.

ATIVOS LÍQUIDOS E COM LIQUIDEZ RESTRITA (%)



IMPACTOS DAS LIMINARES CONTRA O PED DOS PPSPs

O Plano de Equacionamento do Déficit (PED) dos planos Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R) e Não Repactuados (PPSP-NR) completou um ano, enfrentando o desafio de ter mais de 70% das contribuições, necessárias para o equilíbrio das contas, suspensas por liminares concedidas pelo Poder Judiciário.

Cabe destacar que a Petros reconhece como legítimo que os participantes acionem a Justiça, na busca do que entendem ser seus direitos. Ao mesmo tempo, no cumprimento de seu dever fiduciário, a Fundação precisa divulgar os efeitos que o não cumprimento integral do PED acarreta aos PPSPs.

A divulgação destes resultados tem por objetivo informar os participantes sobre as conclusões dos estudos técnicos conduzidos pelas equipes da Petros. São estudos que levam em consideração as informações disponíveis mais atualizadas. Pela natureza imprevisível de algumas variáveis, como rentabilidade dos investimentos, e principalmente pelas discussões jurídicas em curso, existe incerteza quanto à concretização das projeções apresentadas.

Levantamento feito pela Petros mostra que existem hoje 259 liminares que impedem o recebimento de 74% do total de recursos que deveriam ser gerados pelo PED. Com isso, dos cerca de R\$ 197,5 milhões previstos para entrar mensalmente no caixa dos PPSPs, estão sendo recebidos apenas R\$ 51,6 milhões. Nos últimos 12 meses, encerrados em março, a frustração de receitas totalizou cerca de R\$ 1,5 bilhão.

É importante ressaltar que, quando a cobrança extraordinária de um participante é suspensa em virtude de uma liminar, a parcela devida pelos patrocinadores também deixa de ser paga, em função do entendimento dos patrocinadores dos PPSPs a respeito da paridade definida pela Lei Complementar 108/2001, que limita a contribuição dos mesmos àquelas feitas pelos participantes.

Com o objetivo de zelar pelo patrimônio dos participantes, a Petros tem feito cobranças de diferentes dívidas aos patrocinadores, incluindo a parcela do PED que eles não recolhem, tendo em vista as liminares. Naqueles casos em que, mesmo após intensa negociação, o patrocinador não reconhece a dívida, as questões têm sido objeto de ações judiciais.



Um estudo elaborado pela Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade da Fundação adverte que, se mantidas as restrições atuais – cumprimento de aproximadamente 26% do PED –, **o PPSP-NR só terá recursos para pagar seus aposentados e pensionistas por cerca de 11 anos, ou seja, até 2030. No mesmo cenário, os recursos do PPSP-R se esgotariam até 2033.** Como as condições de mercado para os investimentos, bem como as premissas demográficas dos planos e os impactos de processos judiciais contra os planos, se alteram ao longo do tempo, essas projeções precisam ser periodicamente revistas e divulgadas aos participantes.

Entendendo a importância dos recolhimentos do PED conforme determinação da Justiça, até o mês de março deste ano, a Petros estava se estruturando para amenizar os riscos operacionais de recolhimentos não integrais do PED. Já a partir do mês de abril, iniciamos a cobrança referente às liminares que determinam essa cobrança parcial.

Com base na legislação vigente, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão fiscalizador dos fundos de pensão, determina que os gestores da Petros atuem para promover a sustentabilidade dos planos que administram. É por esta razão que a Petros vem recorrendo das ações judiciais contra o PED. Do total de 506 processos em andamento (58 são ações coletivas), 247 pedidos não foram atendidos ou tiveram as liminares suspensas pela Justiça. Dos 24 julgamentos de mérito, 23 foram julgados improcedentes (favoráveis à cobrança do PED). Houve, ainda, 14 ações extintas pela Justiça antes mesmo de haver julgamento de mérito da matéria.

Esses números indicam que o julgamento de mérito da ação tende a restabelecer a cobrança das contribuições previstas no equacionamento. E, sempre que isso acontecer, os participantes terão que pagar tudo que deixaram de recolher enquanto a liminar esteve em vigor, corrigido pela meta atuarial do período.

De toda forma, é importante esclarecer que, embora o julgamento de mérito tenda a ser favorável ao cumprimento do PED, a conclusão dessa discussão poderá

levar muito tempo. Enquanto isso, o não cumprimento integral do PED – destinado ao equacionamento do déficit de R\$ 27,7 bilhões acumulado pelos PPSPs até 2015 – acelera o desequilíbrio financeiro do plano, porque reduz a velocidade de constituição de patrimônio e leva à formação de sucessivos déficits. É uma situação que pode se agravar ainda mais a partir do momento em que a Fundação precisar se desfazer de ativos menos líquidos para obter recursos para pagar os benefícios, já que o fluxo de contribuições e a rentabilidade do patrimônio acumulado pelos planos não serão suficientes para arcar com os compromissos.

No exercício de 2018, os planos PPSP-R e PPSP-NR encerraram com déficits acumulados de R\$ 5,566 bilhões e R\$ 2,839 bilhões, respectivamente. Os déficits se devem, sobretudo, ao fato de os planos apresentarem insuficiência recorrente de recursos, frente aos seus passivos. No ano, a rentabilidade foi de 7,24%, para o PPSP-R, e de 6,89%, para o PPSP-NR, contra meta atuarial de 9,66% para ambos. Mesmo que tivessem atingido a meta, haveria um déficit de R\$ 4,719 bilhões, no PPSP-R, e de R\$ 2,573 bilhões, no PPSP-NR. Em função de o déficit acumulado no ano passado ter superado o limite legal, será necessário instituir um novo plano de equacionamento referente ao déficit acumulado em 2018. Os estudos que determinarão os valores a serem equacionados serão realizados ao longo de 2019, respeitando a legislação vigente.

ALTERNATIVAS – Para enfrentar a ameaça estrutural à sustentabilidade do PPSP-R e do PPSP-NR, bem como o peso que as contribuições extras têm para os participantes, será oferecido para adesão voluntária o PP-3 – um plano de Contribuição Definida (CD), no qual cada participante tem uma conta individual e o valor do benefício de aposentadoria normal depende do saldo acumulado, sendo recalculado anualmente em função do resultado dos investimentos. Na modalidade Contribuição Definida, não ocorrem déficits a serem equacionados. Em contrapartida, o prazo de pagamento do benefício é limitado à existência de saldo na conta do participante.

A possibilidade de migração só será aberta depois que a proposta do novo plano for analisada e aprovada por todas as instâncias competentes. A proposta já recebeu o aval da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), mas ainda precisa ser aprovada pela Previc.



Também está sendo estudada por um Grupo de Trabalho, formado por representantes dos empregados e da Petrobras, com o apoio técnico da Petros, uma outra solução para os problemas de sustentabilidade dos PPSPs. Nesta proposta, os benefícios serão ajustados com o objetivo de adaptar o nível dos benefícios ao patrimônio existente. Atualmente, a proposta está em fase de cálculo para verificar qual o percentual de ajuste que deverá ser realizado e sua eficácia. Assim que esta proposta estiver finalizada, será divulgada aos participantes.

CISÃO DOS PRÉ-70 – Outra medida em estudo na Petros em relação aos PPSPs é a cisão dos Pré-70, para que passem a integrar um novo plano, independente dos demais. Isso porque este grupo de cerca de 18 mil participantes ativos e assistidos é regido por regras diferenciadas, em função de um compromisso assumido pela Petrobras de arcar com os recursos necessários para manter o equilíbrio de suas aposentadorias e pensões, o que era possível à luz da legislação da época. Exatamente por isso, os Pré-70 não contribuem para o equacionamento e se caracterizam como uma submassa dentro dos PPSPs, formada praticamente por aposentados e pensionistas. São os participantes que ingressaram na Petrobras antes de 1º de julho de 1970, se inscreveram no PPSP até 1º de janeiro de 1996 e continuaram vinculados à Petrobras ininterruptamente até a obtenção da condição de assistido, bem como seus beneficiários.

Enfrentar os desafios e garantir a sustentabilidade dos PPSPs requer soluções estruturais, que enfrentem diversos problemas históricos na gestão desses planos.

Não os endereçar prontamente significa condenar esses planos a uma extinção prematura.





MEDIDAS ADOTADAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA



The sidebar features a vertical stack of financial visualizations. At the top is a line chart with a solid white line and a dashed white line on a dark blue background. Below this is a pie chart with segments labeled C, D, and E. Further down is another pie chart with segments labeled C and D. At the bottom is a table with four rows of financial data, including metrics like P/L, PGM, and OLC.

P/L	6.350	6.350	6.350
PGM	7.454	7.454	7.454
OLC	2.000	2.000	2.000

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Principal pilar da gestão, a governança se manteve como o fio condutor do trabalho realizado na Petros, com o aprofundamento das medidas iniciadas no ano anterior. Em 2018, uma série de ações foi implementada para fortalecer ainda mais a governança e os processos internos, com o firme propósito de deixar um legado de transformação na Fundação. O trabalho conduzido no último ano rendeu à Petros o reconhecimento do mercado, com a conquista de prêmios e certificações. Também foi importante para marcar o retorno da Fundação como referência no setor de previdência complementar fechada. Entre as principais iniciativas, destacam-se:



Mudanças no Estatuto da Petros: Em dezembro de 2018, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), responsável por fiscalizar o setor, aprovou as mudanças no Estatuto Social da Petros, documento que normatiza a natureza, a finalidade, a composição e o funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização da Fundação, além de determinar as suas competências. Foi extinto o artigo que determinava que os conselheiros indicados pela patrocinadora que perdessem seus cargos de confiança nessas empresas fossem afastados do conselho e substituídos por seu suplente. Também foi reduzido o quórum necessário para encaminhar propostas para o Conselho Deliberativo. Agora, para um tema ser incluído na pauta é necessária a iniciativa de três conselheiros, ou metade do colegiado, composto por seis integrantes. Antes, era exigida a concordância de quatro conselheiros. As alterações incluíram, ainda, a ampliação das competências do Conselho Fiscal, que ganhou novas atribuições no trabalho de fiscalização das operações financeiras e dos atos praticados pelos órgãos administrativos da Fundação. As mudanças deixaram o Estatuto da Petros mais alinhado às normas de governança, atenderam a determinações da própria Previc, e também adequaram o texto a legislações mais recentes. O novo estatuto da Petros, incluindo um quadro comparativo com as alterações, está disponível no Portal Petros.



Planejamento estratégico: Após extenso trabalho ao longo de 2018, que envolveu todos os gestores e a Diretoria, a Petros estabeleceu seu novo Plano Estratégico, contemplando quatro grandes diretrizes que vão nortear as atividades da Fundação no longo prazo, e o Plano de Gestão e Negócio, de curto prazo, com iniciativas estratégicas prioritárias para 2019.

Diretrizes estratégicas 2019-2023

- Promover a sustentabilidade dos planos de benefícios
- Fortalecer a imagem e os relacionamentos de longo prazo
- Promover continuamente a modernização da Petros e aprimorar a sua governança, segurança, eficiência e eficácia
- Atrair, desenvolver e reter talentos para liderar a Petros no cumprimento de sua missão, praticando seus valores para alcançar a sua visão

Consolidar a cultura de investidor financeiro, aperfeiçoar continuamente a governança e aumentar a eficiência e a eficácia da gestão estão entre as iniciativas estratégicas prioritárias para 2019.



Revisão de normas e políticas: Foi aprofundado o trabalho de criação e revisão de normativos, que se somaram aos já existentes, aprimorando ainda mais os mecanismos de governança da Fundação. Ao todo, foram criados ou revisados quatro políticas, 38 normas e cinco regimentos internos dos órgãos de governança. Entre os normativos, destaque para a Política de Investimentos Pessoais, que estabelece princípios com o objetivo de proteger a Petros de riscos legais, regulatórios e de imagem, decorrentes da eventual utilização de informações privilegiadas, disciplinando a conduta dos seus empregados no que diz respeito a seus investimentos.



Jornada da Integridade: Houve avanços no Programa de Integridade, lançado no fim de 2017 e que, em 2018, foi rebatizado como Jornada da Integridade, por se tratar efetivamente de uma prática cotidiana, a partir da aplicação dos valores da Fundação no dia a dia de trabalho. Para garantir essa realidade, a Petros tem desenvolvido ferramentas – como a Política de Conflito de Interesses, que inclui medidas antinepotismo e favorecimento, e as análises reputacionais, em que são avaliados os riscos sob diferentes aspectos: jurídicos, econômico-financeiros, éticos, sociais e ambientais, contribuindo para o processo de tomada de decisão. Só em 2018 foram concluídas mais de mil análises reputacionais.



Ampliação da Auditoria Interna: Os controles internos ficaram mais rígidos, com a adoção de medidas anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro. Neste sentido, a estrutura da Auditoria Interna foi ampliada, com a criação de quatro coordenações de apurações internas, com profissionais experientes e com dedicação exclusiva à atividade investigativa. São os responsáveis por coordenar as Comissões Internas de Apuração (CIAs).



Criação de comitês: Outro elemento de reforço nos processos e na governança foi a criação, em 2018, do Comitê de Precificação, para avaliação de ativos sem valor estabelecido pelo mercado formal. Além disso, foram criados outros três comitês para assessoramento ao Conselho Deliberativo: de Investimentos e de Seguridade, além do Comitê de Auditoria, que iniciou suas atividades no início de novembro, antecipando-se ao prazo previsto na Resolução 27/2017 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB). Estes três comitês apoiam o processo de tomada de decisão do Conselho Deliberativo, fortalecendo a governança na Fundação.



Segurança da informação: Importante pilar da governança, a segurança da informação também foi uma importante frente de trabalho em 2018. Foi lançado um amplo programa para reunir as ações neste sentido, composto pela Política de Segurança da Informação, que define pilares, princípios e uma série de normativos sobre o tema. Foi revisada a norma que aborda a classificação e o tratamento das informações, adequando-as ao nível de sigilo, visando a sua preservação, gestão e disponibilização.



Conquista de prêmios e adesões a selos e certificações: O compromisso da Petros com as melhores práticas de mercado gerou amplo reconhecimento externo em 2018, além da obtenção de prêmios e certificações. A Fundação aderiu a códigos e conquistou selos que atestam sua determinação em entregar serviços de excelência para os participantes.

Também mostram que a Petros passou por um grande processo de mudança e aprimoramento, baseado em quatro grandes pilares: governança, eficiência, profissionalização e modernização. Entre as principais conquistas do ano de 2018 estão:

- Código de Autorregulação em Governança de Investimentos da Abrapp e respectivo selo
- Código de Stewardship da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec)
- Prêmio Associação Nacional de Gestores de Contratos (ANGC) – Os melhores em gestão de contratos
- Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção (Instituto Ethos)
- Top 5 no Boletim Focus – em dezembro de 2018, a Petros ficou entre as instituições com maior assertividade na previsão para taxa de câmbio de médio prazo e na taxa Selic
- Câmara Consultiva de Empresas e Estruturadores de Ofertas da B3 (antiga BM&FBovespa) – único fundo de pensão a integrar o grupo, a partir de 2018



Referência no mercado: As práticas adotadas pela Petros têm sido referência no mercado, originando visitas de benchmarking e convites para participar de seminários e congressos em 2018. Ao mesmo tempo, em busca do fortalecimento do setor, a Fundação se uniu a outros grandes fundos de pensão e instituições para promover importantes debates. Ao todo, foram cinco eventos em que a Fundação marcou presença ou foi organizadora, discutindo importantes temas para o setor de Previdência Complementar Fechada, como governança, reputação, políticas de investimentos e o futuro dos FIPs no Brasil.



Ressarcimentos e medidas de responsabilização: O ano de 2018 marcou ainda o início do recebimento de R\$ 1,750 bilhão, a título de multa e ressarcimento por causa dos recursos aportados em ativos vinculados à J&F, entre eles o FIP Florestal, que tinha participação acionária na Eldorado Celulose, em função do acordo de leniência assinado entre o grupo e o Ministério Público Federal (MPF). O pagamento será feito ao longo de 25 anos.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O trabalho conduzido pela Diretoria Executiva em 2018 teve como objetivo a consolidação da cultura de gestora de recursos na Fundação e a continuidade das ações para assegurar processos robustos e seguros. As mudanças também proporcionaram maior empoderamento das equipes, possibilitando uma atuação com foco em resultados, com transparência e independência adequadas ao processo de decisão de investimentos. Confira as principais medidas da gestão de investimentos:



Reestruturação da Diretoria de Investimentos: A área de investimentos passou por ampla reestruturação, com reorganização das equipes e atividades, tornando a estrutura organizacional aderente às necessidades da Petros. Um dos objetivos foi aumentar a sinergia entre as áreas e promover a especialização das equipes na gestão das carteiras de renda fixa e de renda variável. Com isso, a Gerência de Renda Variável passou a centralizar os mandatos desta modalidade de investimento, independentemente da sua característica de liquidez, consolidando a área como especialista na gestão desta carteira, com ganhos em termos de foco e expertise. Já a Gerência de Operações em Multimercados concentrou a renda fixa, principal carteira da Fundação em volume. Também foi criado o Setor de Fundos de Fundos, para centralizar a relação com os gestores externos, o que garante mais transparência e fortalece a governança.



Revisão das Políticas de Investimentos: As políticas de investimentos para os próximos cinco anos (2019-2023) foram revisadas, com o objetivo de construir uma nova estrutura para as carteiras dos planos. A mudança vai proporcionar mais dinamismo e opções de alocação de recursos para um cenário base desafiador, de taxas de juros mais baixas. As novas diretrizes foram formuladas de acordo com a dinâmica do passivo de cada plano de benefícios, determinando o grau de liquidez e os prazos das aplicações dos investimentos.



Leilão de imóveis: Como parte de um Plano de Desinvestimento de Imóveis, para aumentar a liquidez da carteira, em maio de 2018 foram leiloados 19 imóveis (conjuntos, lojas e salas comerciais), com arrecadação total de R\$ 25,4 milhões. O resultado incluiu um ganho de cerca de 5% sobre a soma dos lances iniciais, cujos valores foram determinados por laudos de empresas independentes e que refletem uma avaliação de mercado. Um segundo leilão foi realizado em novembro, com arrecadação de R\$ 6,435 milhões. Além disso, em fevereiro de 2018, a Petros se desfez, em venda direta, da Torre São Luiz, em São Paulo, no valor total de R\$ 97 milhões à vista – acima da meta atuarial e proporcionando uma taxa interna de retorno de mais de 12%, no período total do investimento.



Migração de fundos para novos gestores: Em 2018, a Fundação realizou um novo processo de seleção e transferiu um total de R\$ 3 bilhões de quatro fundos de investimentos terceirizados para 11 novos fundos administrados por gestores escolhidos sob as regras da nova política aprovada no ano anterior. Informações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) servem como filtros para analisar os principais fundos e fazer a primeira seleção (quantitativa), de acordo com critérios como tamanho do fundo e histórico, rentabilidade e nível de risco. Os mais bem colocados seguem para uma avaliação qualitativa, que inclui uma profunda avaliação da equipe e dos processos de investimentos. O processo de seleção envolve também as áreas jurídica e de conformidade e inclui a realização de *due diligences* (comprovação de informações presenciais) em cada gestor selecionado.



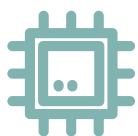
Compromisso social, ambiental e de governança: Na Petros, critérios ambientais, sociais e de governança (ASG) estão sendo integrados aos processos de investimento. O objetivo é conciliar uma visão de análise qualitativa acerca dos aspectos de meio ambiente, social e de governança relevantes que possam impactar a situação econômico-financeira dos investimentos da Fundação e, assim, avaliar a aderência das companhias nas quais investe às boas práticas de governança corporativa. No caso da ocorrência de acidentes, a Fundação solicita que as empresas nas quais investe demonstrem para a sociedade suas ações para atender os atingidos, mitigar riscos, bem como apresentar planos de aprimoramento para sua atuação, de forma sempre transparente e tempestiva. A Petros atuou desta forma, por exemplo, com relação à tragédia em Brumadinho (MG). Em outra frente, a fim de fortalecer as práticas socioambientais nas empresas nas quais investe, a Petros, junto a outros influentes investidores institucionais, lançou um questionário unificado, para que as empresas reportem suas ações relativas ao tema.



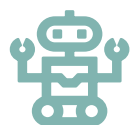
Conselheiros externos: Em abril de 2018, a Petros atingiu a marca de 100% dos assentos em conselhos das empresas nas quais tem participação relevante ocupados por especialistas de mercado. Anteriormente, a quase totalidade dos conselheiros era parte do quadro da Fundação, o que gerava potenciais conflitos de interesses. A seleção seguiu as regras previstas em política criada pela Petros, que estabelece a captação de profissionais, a partir de critérios absolutamente técnicos, valorizando a experiência profissional e a independência de atuação, em linha com as melhores práticas de governança corporativa. O objetivo é possibilitar uma atuação mais eficaz no sentido de melhorar o desempenho das empresas e gerar valor para os investimentos da Fundação.

MODERNIZAÇÃO

Ao longo do ano, a Petros passou por um amplo processo de modernização, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos participantes e ganhos de eficiência. O trabalho incluiu, entre outras ações, a substituição de sistemas tecnológicos que não eram atualizados há mais de 20 anos, o início de um amplo programa de modernização na área de seguridade, que reúne as atividades-fim da Fundação, além da adoção de robôs em funções operacionais. Também foi um ano de valorização da cultura digital, com a reformulação do Portal Petros, a criação do aplicativo, além da conclusão do processo de substituição dos contracheques impressos por digitais. Tanto o redesenho do portal quanto a criação do app foram elaborados pelas equipes internas da Petros, sem gerar custos extras para a Fundação. A seguir as principais medidas de modernização na Petros:



Modernização dos processos e sistemas previdenciários: Um dos projetos mais importantes na agenda da Petros, iniciado em 2018, a modernização dos processos e sistemas previdenciários visa aumentar a segurança das informações, automatizando e simplificando processos para preparar a Fundação para o futuro, além de proporcionar uma expectativa de sensível redução no prazo médio de concessão de benefícios aos participantes.



Adoção de novas tecnologias: Em 2018, foi iniciado um programa de automação, com uso de RPA, solução tecnológica popularmente conhecida como robôs. A Petros foi a primeira fundação a adotar a RPA com um processo de gestão desenhado, estruturado e com governança. Os robôs estão sendo usados em atividades operacionais e repetitivas, visando aumentar a produtividade, diminuir custos operacionais e reduzir a exposição a erros em etapas automatizadas. A Fundação também vai começar a utilizar uma tecnologia de inteligência artificial para tornar mais eficiente o serviço de chat e reforçar o atendimento aos participantes neste canal. O objetivo é que a maior parte das dúvidas e problemas seja resolvida com as respostas fornecidas pelo atendente virtual e que os profissionais de atendimento se dediquem aos casos mais complexos.



Novo Portal Petros: Apontado pela maioria dos participantes como forma preferida de obter informações sobre a Fundação, o Portal Petros foi totalmente redesenhado e ganhou um visual mais moderno, leve, layout responsivo, com destaque a serviços, como empréstimos, extratos e rentabilidade dos investimentos.



App Petros: O aplicativo da Petros foi lançado em dezembro de 2018, facilitando o acesso a uma série de informações como contracheque, calendário de pagamentos, demonstrativo de empréstimo, para aposentados e pensionistas; e saldo da conta, contratos de empréstimos e valor disponível para resgate, para participantes ativos. O app também disponibiliza o informe para o Imposto de Renda, além de enviar informações importantes de forma rápida por meio de notificações. Em menos de três meses, foram registrados mais de 35 mil downloads do aplicativo.



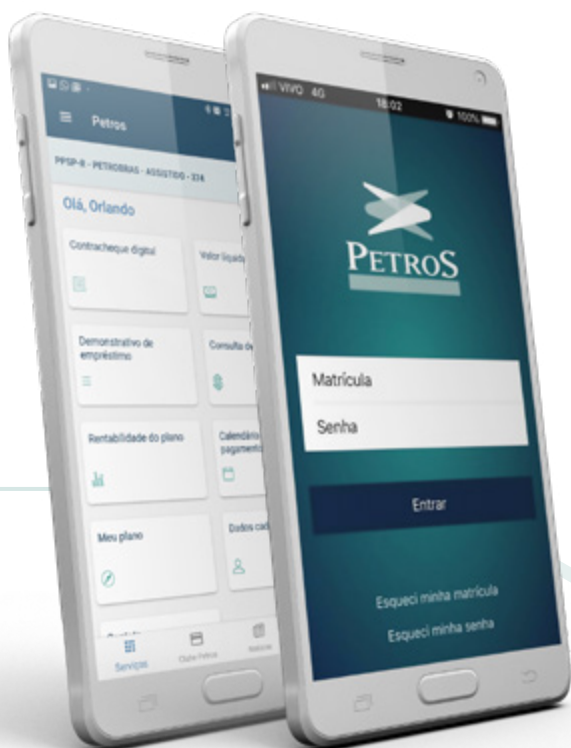
Sistema ERP: Em julho de 2018, entrou em operação o ERP (*Enterprise Resource Planning*), que integra os sistemas administrativos e financeiros da Fundação. O lançamento do ERP representou enorme desafio para a gestão, que implementou o sistema depois de quatro anos do início do projeto, marcado por alguns adiamentos. A nova ferramenta promoveu uma profunda transformação nas áreas administrativa e financeira, a partir da substituição de sistemas antigos por um mais moderno. Alinhado às melhores práticas de mercado, o sistema melhorou a qualidade e confiabilidade das informações, reduzindo tempo e risco nas tomadas de decisão e gerando impacto positivo na prestação das informações aos participantes.



Contracheque 100% digital: Em mais um movimento de modernização e dentro da política de redução de custos da Petros, foi concluída a substituição dos contracheques impressos por digitais, agilizando o acesso às informações. Além do envio por e-mail, o participante também pode consultar seu demonstrativo de pagamento no portal ou no aplicativo Petros. Com a medida, apenas em 2018, a Fundação deixou de gastar cerca de R\$ 1 milhão com despesas de impressão e postagem, além de contribuir para redução do consumo de papel e tinta.



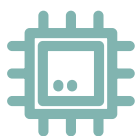
Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI): Para consolidar o projeto de modernização tecnológica, a Petros lançou em 2018 uma nova edição do PDTI, com as diretrizes e os objetivos de tecnologia da informação até 2023, a fim de prepará-la para os desafios e a jornada de transformação digital dos próximos anos.



Em menos de três meses, foram registrados mais de 35 mil downloads do aplicativo

MELHOR GESTÃO DA SEGURIDADE

A gestão da Seguridade tem se pautado pela busca constante de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos participantes. O trabalho no último ano foi marcado por iniciativas como a cisão do PPSP, a campanha de cadastramento e a busca pelo equilíbrio administrativo dos planos. Também teve a aprovação pelo Conselho Deliberativo da proposta de administração de um novo plano de previdência da modalidade Contribuição Definida (CD), o PP-3, que será oferecido para adesão voluntária aos participantes do PPSP-R e do PPSP-NR. Confira essas e outras ações de 2018 para melhorar a gestão da Seguridade:



Reestruturação da Diretoria de Seguridade: Como forma de tornar a atividade-fim da Petros mais eficiente, também foi promovida uma reestruturação da Diretoria de Seguridade, com o objetivo de buscar maior sinergia entre as áreas e agilidade nos processos. A ideia foi eliminar sobreposição de processos e atividades entre as áreas e tornar a estrutura mais eficiente, garantindo uma prestação de serviços cada vez mais ágil e de qualidade para os participantes.



Cisão do PPSP: A cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) foi concluída e passaram a existir dois planos independentes: PPSP-Repactuados (PPSP-R), que reúne os participantes ativos, aposentados e pensionistas que aceitaram mudar, em especial, as regras de correção do seu benefício pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e PPSP-Não Repactuados (PPSP-NR), que preferiram manter o benefício vinculado aos reajustes de salário dos trabalhadores da ativa da Petrobras e demais patrocinadoras do plano. Os direitos adquiridos no plano original, como as condições para obter a aposentadoria e os valores dos benefícios já recebidos, foram preservados.



Cisão dos Pré-70: Ainda em relação aos planos Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados e Repactuados, a Petros reconheceu a submassa Pré-70 na Avaliação Atuarial de 2018, sendo controlada de forma segregada em relação ao restante dos planos, condição que envolve cerca de 18 mil participantes, e sua cisão está em estudo, para que passem a integrar um novo plano, independente dos demais. Isso porque a Petrobras assumiu a responsabilidade de arcar com os recursos necessários para o pagamento das aposentadorias e pensões relativos a esse grupo. Os Pré-70 são os participantes que ingressaram na Petrobras antes de 1/7/1970, inscreveram-se no PPSP até 1/1/1996 e continuaram vinculados à Petrobras ininterruptamente até a data da aposentadoria, bem como seus pensionistas, assim é formado praticamente por aposentados e pensionistas.



Revisão de benefícios: Ao longo de 2018, foram revisados mais de 18 mil benefícios em função do Plano de Incentivo à Demissão Voluntária da Petrobras (PIDV) e da retirada do limitador operacional do teto de 90%.



PP-3: Em dezembro de 2018, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou que a Fundação administre um novo plano de previdência da modalidade Contribuição Definida (CD), chamado PP-3, proposto por seus patrocinadores. O PP-3 será oferecido para adesão voluntária aos participantes do PPSP-R e do PPSP-NR. A possibilidade de migração dos participantes só será aberta depois que a proposta do novo plano for analisada e aprovada por todas as instâncias competentes, o que inclui o Conselho de Administração dos patrocinadores, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). O plano já foi aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras e pela Sest.



Custeio administrativo: Diversas medidas foram adotadas para a regularização do custeio, de maneira a permitir o equilíbrio administrativo dos planos. Todos os instituidores e patrocinadores foram informados da necessidade de alteração do custeio de seus planos, em reuniões presenciais ou por meio de correspondência. Também foi elaborado um estudo de viabilidade sobre a criação de um plano denominado Plano Petros Multi-Instituído para equacionar o desequilíbrio existente no custeio administrativo dos planos de benefícios mantidos por entidades instituidoras.



TAC sobre custeio administrativo: Em dezembro de 2018, a Previc aprovou a proposta final de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) apresentada pela Fundação com o objetivo de pactuar o plano para o equacionamento e equilíbrio do custeio administrativo dos planos de benefícios que apresentavam desequilíbrio.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Diferentes ações têm sido realizadas com o objetivo de reduzir custos e aprimorar a eficiência operacional da Fundação. Entre os resultados, está a economia de quase 6% nos gastos totais do ano passado, cerca de R\$ 16 milhões. Porém, as iniciativas foram mais amplas, da intensificação do acompanhamento orçamentário à criação do Espaço do Fornecedor. Veja abaixo as principais realizações do ano:



Economia de quase 6% do orçamento: As diferentes estratégias de otimização dos recursos da Fundação garantiram uma economia relevante, de quase 6%, nos gastos totais em 2018, cerca de R\$ 16 milhões. O orçamento total era de R\$ 276 milhões. Pela primeira vez, os gastos administrativos da Petros foram conduzidos sob a ótica do Orçamento Base Zero (OBZ), metodologia que consiste em elaborar a previsão orçamentária sem guardar relação com o ano anterior.



Acompanhamento orçamentário: O acompanhamento das despesas administrativas foi intensificado, com a geração de relatórios trimestrais, permitindo a adoção de medidas de correção imediatas. A partir deste trabalho, são analisadas as variações mais relevantes, buscando reduzir os custos. Foi criado ainda um Fundo de Reserva para sobras orçamentárias, destinando a esta conta única as diferenças identificadas entre o valor orçado para uma aquisição ou contratação e o necessário para as obrigações da área.

A boa gestão orçamentária da Petros foi reconhecida. Com o Plano de Aquisição e Contratação (PAC), que reúne as contratações necessárias apontadas pelos gestores para um horizonte de dois anos e estabelece as diretrizes claras e objetivas para a condução das atividades da Fundação, a Petros venceu o "4º Prêmio ANGCI: os melhores em gestão de contratos", na categoria "Reconhecimento de destaque em projeto". A premiação foi concedida pela Associação Nacional de Gestores de Contratos (ANGC) durante o 9º Congresso Latino-americano de Gestão de Contratos, em setembro de 2018, em São Paulo.



Mudança na metodologia de cálculo da cota dos planos: A Petros mudou a forma de calcular a cota de seus planos de previdência complementar nas modalidades CD e CV, mais um passo para aprimorar a governança e a transparência. Com a substituição da cota financeira pela contábil, a Fundação passou a adotar uma metodologia que reflete uma avaliação mais fiel do saldo de conta do participante e do valor dos benefícios aos quais terá direito no futuro, aumentando a transparência e seguindo o modelo já adotado por outros grandes fundos de pensão.



Espaço do Fornecedor: Desde maio de 2018, todas as empresas que quiserem fornecer produtos e serviços à Petros precisam se cadastrar para participar dos processos de contratação. Para isso, foi criado dentro do Portal Petros o Espaço do Fornecedor, área dedicada exclusivamente a empresas interessadas em ser parceiras comerciais da Fundação. O objetivo é aumentar a concorrência e, com isso, contribuir para contratações com preços menores, em linha com as diretrizes de redução de custos da Fundação. No Espaço do Fornecedor, também estão listados todos os requisitos necessários para se tornar um parceiro da Petros, assim como os valores e princípios que a Fundação espera que seus fornecedores compartilhem, reafirmando o compromisso com as melhores práticas de governança.

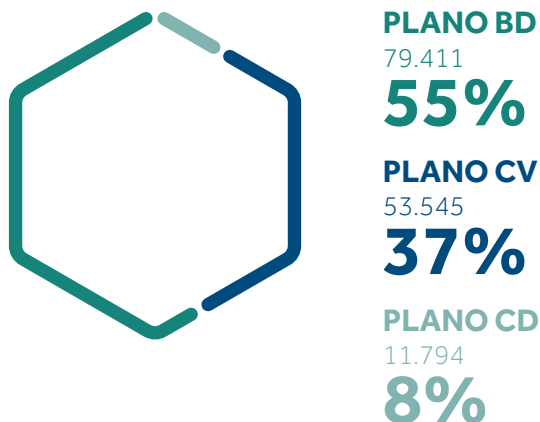
PERFIL DOS PARTICIPANTES

TOTAL DE PARTICIPANTES

POR SITUAÇÃO

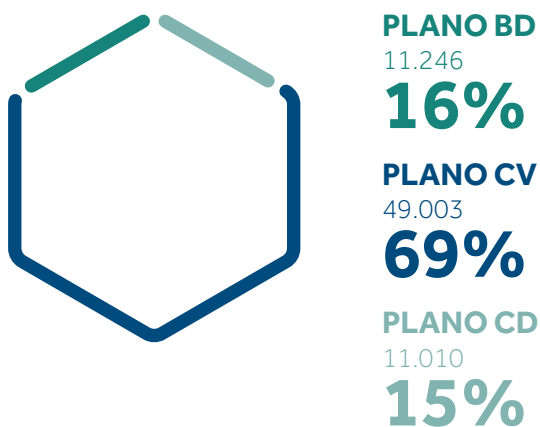


POR MODALIDADE

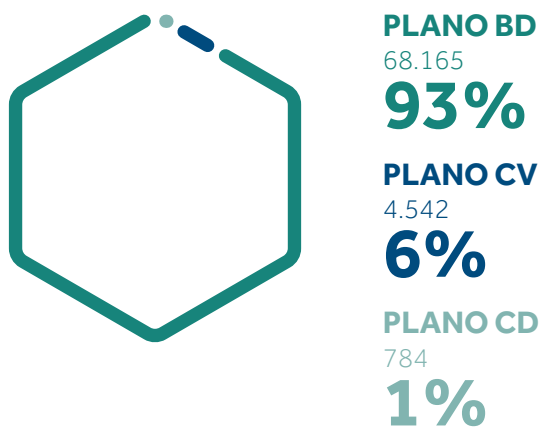


PARTICIPANTES POR MODALIDADES

ATIVOS



ASSISTIDOS

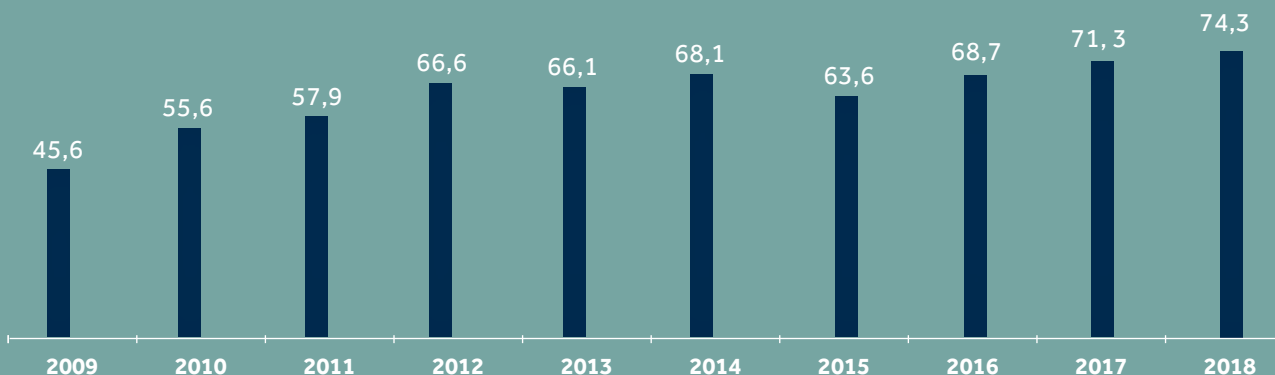


SEXO

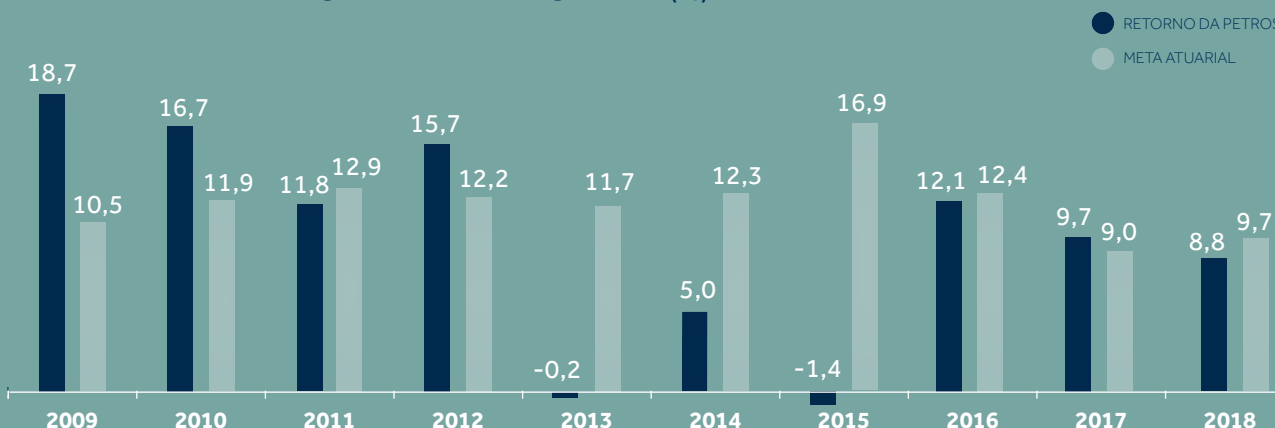


INVESTIMENTOS

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS INVESTIDOS (R\$ BI)



RENTABILIDADE ANUAL E META ATUARIAL (%)



GESTÃO DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

A Petros encerrou 2018 com um total de 144.779 participantes, número 1% menor do que o registrado em 2017. No ano, houve redução de 767 participantes ativos e aumento de 544 assistidos (aposentados e pensionistas).

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PARTICIPANTES

MÊS	PARTICIPANTES		TOTAL (C)	RELAÇÃO (A/C)	RELAÇÃO (B/C)
	ATIVOS (A)	ASSISTIDOS (B)			
DEZ 17	72.026	74.064	146.090	49,30%	50,70%
DEZ 18	71.259	73.520	144.779	49,22%	50,78%

QUANTIDADE DE PLANOS X EMPRESAS

PLANOS	
BENEFÍCIO DEFINIDO (BD) (PLANOS FECHADOS PARA NOVAS INSCRIÇÕES)	7 planos 11 empresas
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV)	3 planos 13 empresas
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA PATROCINADOS	14 planos 31 empresas
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA INSTITUÍDOS	13 planos 68 empresas
TOTAL	37 planos 123 empresas
TOTAL*	37 planos 120 empresas

*Do número total, foram reduzidas três empresas que se repetem nos planos (Petros, Petrobras e Petrobras Distribuidora).

PARTICIPAÇÃO POR PLANO

PLANOS	DEZ/17		DEZ/18	
	ATIVOS ¹	ASSISTIDOS	ATIVOS ¹	ASSISTIDOS
BENEFÍCIO DEFINIDO - TOTAL	11.719	68.735	11.246	68.187
Plano Petros do Sistema Petrobras	11.577	65.228	-	-
Não Repactuados ²	-	-	1.425	17.354
Repactuados ²	-	-	9.701	47.354
Plano Petros Nitriflex / Lanxess	2	216	2	214
Plano Petros PQU ³	-	1	-	2
Plano Petros Ultrafertil	60	1.579	53	1.563
Plano Petros Copesul ³	-	1	-	1
Plano Petros Lanxess ⁴	80	1.710	65	1.699

(1) Ativos: ativos, autopatrocinados, remidos e BPO.

(2) A partir de abril de 2018, o PPSP foi cindido em dois planos : PPSP-Não Repactuados e PPSP-Repactuados.

(3) Plano em processo de retirada de patrocínio. Há participantes em folha por força de decisão judicial.

(4) Plano em processo de transferência de gestão.

PLANOS	DEZ/17		DEZ/18	
	ATIVOS ¹	ASSISTIDOS	ATIVOS ¹	ASSISTIDOS
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - TOTAL	48.809	4.506	49.003	4.548
Plano Misto Sanasa	1.470	232	1.462	244
Plano Petros-2	46.273	3.367	46.889	3.447
Plano TAPMEPrev	1.066	907	652	857

(1) Ativos: ativos, autopatrocinados e remidos.

PLANOS	DEZ/17		DEZ/18	
	ATIVOS ¹	ASSISTIDOS	ATIVOS ¹	ASSISTIDOS
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - PATROCINADOS - TOTAL	7.458	131	7.199	64
Plano Repsol YPF	168	8	166	8
Plano Cachoeira Dourada ³	45	6	43	7
Plano FIEPEprev	1.237	61	1.116	14
Plano ALESAT ²	965	9	881	6
Plano Termoprev	6	-	6	-
Plano IBP	90	11	93	11
Plano PTAPrev	302	2	337	2
Plano PREVIFIEA	423	13	374	3
Plano PrevFIEPA ³	437	6	405	3
Plano GasPrev	639	1	651	2
Plano Petro RG	305	4	307	3
Plano Liquigas	2.348	9	2.323	3
Plano Sulgasprev	83	1	83	1
Plano Transpetro	-	-	-	1
Plano Eldorado Prev	410	-	414	-

(1) Ativos: ativos, autopatrocinados, remidos e vinculados.

(2) Processo de transferência de gestão aprovado pela Previc. Em andamento.

(3) Solicitou transferência de gestão. Processo em andamento.

PLANOS	DEZ/17		DEZ/18	
	ATIVOS ¹	ASSISTIDOS	ATIVOS ¹	ASSISTIDOS
CONTRIBUIÇÃO DENIFIDA - INSTITUÍDOS - TOTAL	4.040	692	3.811	721
Plano ADUANAPrev ²	12	-	4	1
Plano ANAPARprev	2.406	670	2.326	697
Plano IBAPrev	285	8	302	9
Plano Simeprev	232	1	199	2
Plano SinMed/RJ	30	1	29	1
Plano Culturaprev	180	6	156	3
Plano CRAprev	129	2	111	3
Plano CRCprev	194	-	157	-
Plano CROprev	422	-	384	1
Plano FENAJprev	46	3	38	3
Plano PREV-ESTAT	18	-	18	-
Plano PreviContas	63	1	66	1
Plano Previtália	23	-	21	-

(1) Ativos: ativos, autopatrocinaados, remidos, suspensos e vinculados.

(2) Solicitou transferência de gestão. Processo em andamento.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

TIPO	2017	2018
APOSENTADORIA	6.066	685
Tempo de contribuição	5.664	398
Idade	24	-
Antecipada	110	42
Invalidez	54	42
Outros ¹	214	203
PECÚLIO	1548	1.538
PENSÃO	831	619
AUXÍLIOS (doença e reclusão)	157	129
TOTAL	8.602²	2.971

(1) Dentre os demais tipos de aposentadoria, constam aposentadoria normal vitalícia com reversão, aposentadoria especial, aposentadoria antecipada vitalícia com reversão, aposentadoria normal vitalícia sem reversão, aposentadoria normal prazo indeterminado com reversão, entre outras, a variar de acordo com o regulamento do plano.

(2) Os números referentes a 2017 apresentados neste relatório divergem dos apresentados no relatório anterior devido a uma atualização das nomenclaturas e inclusão de tipos de benefícios que não haviam sido considerados anteriormente.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	ORÇADO (A)	REALIZADO (B)	% PARTICIPAÇÃO NO REALIZADO	(B)/(A) Δ %
1. RECEITAS	7.763.471.025	6.380.508.879	100,0	(17,8)
1.1. Contribuições Previdenciais ¹	7.613.668.787	6.209.914.620	97,3	(18,4)
1.2. Receitas Administrativas	149.802.239	170.594.259	2,7	13,9
2. DESPESAS	8.102.193.471	8.045.892.367	100,0	(0,7)
2.1. Pagamentos de Benefícios	7.844.137.351	7.787.853.509	96,8	(0,7)
2.2. Despesas Administrativas	258.056.120	258.038.859	3,2	(0,0)
3. INVESTIMENTOS EM ATIVO PERMANENTE	18.640.574,5	15.374.627	100,0	(17,5)
4. RESULTADO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	6.604.051.152,5	6.100.048.782	100,0	(7,6)

(1) Foi expurgado do realizado o valor de R\$ 878,9 milhões referente a provisão de crédito de liquidação.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO 2018

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

VALOR DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO - TOTAL GERAL DA FUNDAÇÃO

SEGMENTO	DEZEMBRO DE 2017		DEZEMBRO DE 2018	
	VALOR	PERCENTUAL	VALOR	PERCENTUAL
Renda Fixa	47.853.982.764,69	66,74%	51.874.390.267,46	69,59%
Renda Variável	13.590.818.459,41	18,95%	13.267.521.642,68	17,80%
Investimentos Estruturados	1.746.268.051,15	2,44%	1.451.325.202,70	1,95%
Investimentos Imobiliários	4.252.747.855,66	5,93%	3.997.101.543,87	5,36%
Empréstimos e Financiamentos	2.950.035.546,79	4,11%	3.060.042.505,17	4,11%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS ¹	70.393.852.677,70	98,17%	73.650.381.161,88	98,81%
Disponível/Relacionados com o disponível	21.126.215,26	0,03%	2.840.177,27	0,00%
Valores a Pagar/Receber	1.291.636.709,57	1,80%	885.518.914,19	1,19%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES ²	71.706.615.602,53	100,00%	74.538.740.253,34	100,00%

(1) O valor do investimento referente à Petros Administradora está incluído no valor total dos investimentos.

(2) Recursos Garantidores: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos.

MODALIDADES DE APLICAÇÕES CONSOLIDADO

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2017 - VALOR		DEZEMBRO DE 2018 - VALOR	
RENDA FIXA	47.853.703.036,06	66,74%	51.873.726.955,54	69,59%
Títulos Públicos Federais	37.127.389.653,21		42.526.587.173,94	
Fundos de Renda Fixa	9.653.516.971,31		8.211.627.421,62	
Títulos Privados	759.172.012,96		842.412.166,58	
Títulos Públicos Estaduais	274.033.520,00		271.111.320,55	
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	39.870.607,21		22.652.184,77	
Contas a Pagar/Receber	-279.728,63		-663.311,92	
RENDA VARIÁVEL	13.954.870.765,88	19,46%	13.247.998.713,01	17,77%
Ações à Vista	10.181.329.521,73		8.418.534.668,78	
Fundos de Ações	2.685.704.053,68		4.297.220.792,13	
Outros Investimentos	723.784.884,00		551.766.181,77	
Contas a Pagar/Receber	364.052.306,47		-19.522.929,67	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.830.508.403,15	2,55%	1.525.306.993,52	2,05%
Fundos de Investimento em Participação	1.435.216.782,93		1.153.981.767,36	
Fundos Imobiliários	311.051.268,22		297.343.435,34	
Contas a Pagar/Receber	84.240.352,00		73.981.790,82	
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	4.301.039.841,39	6,00%	4.006.068.698,96	5,37%
Imóveis	4.252.747.855,66		3.997.101.543,87	
Contas a Pagar/Receber	48.291.985,73		8.967.155,09	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.948.848.050,78	4,11%	3.052.127.372,35	4,09%
Empréstimos e Financiamentos	2.950.035.546,79		3.060.042.505,17	
Contas a Pagar/Receber	-1.187.496,01		-7.915.132,82	
ACORDO DE LENIÊNCIA J & F	796.519.290,01	1,11%	779.736.533,15	1,05%
OUTROS	-	0,00%	50.934.809,54	0,07%
DISPONÍVEL/RELACIONADOS COM O DISPONÍVEL	21.126.215,26	0,03%	2.840.177,27	0,00%
TOTAL	71.706.615.602,53	100,00%	74.538.740.253,34	100,00%

INVESTIMENTO CONSOLIDADO

SEGMENTO RENDA VARIÁVEL

GRUPO	VALOR	% S/SEGMENTO
Mercado à Vista	8.418.534.668,78	63,55%
Financiamento de Projetos	551.766.181,77	4,16%
Fundos de Renda Variável	4.297.220.792,13	32,44%
TOTAL	13.267.521.642,68	

VALORES A PAGAR/RECEBER

Valores a Receber	281.420.697,49	2,12%
Valores a Pagar	(300.943.627,16)	-2,27%
TOTAL	(19.522.929,67)	

TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL	13.247.998.713,01	100,00%
--------------------------------------	--------------------------	----------------

SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

GRUPO	VALOR	% S/SEGMENTO
Fundos Private Equity	1.118.168.131,10	73,31%
Fundos Venture Capital	35.813.636,26	2,35%
Fundos Imobiliários	297.343.435,34	19,49%
TOTAL	1.451.325.202,70	

VALORES A PAGAR/RECEBER

Valores a Receber	73.981.790,82	4,85%
Valores a Pagar	-	0,00%
TOTAL	73.981.790,82	

TOTAL SEGMENTO INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.525.306.993,52	100,00%
--	-------------------------	----------------

SEGMENTO RENDA FIXA

TÍTULOS PÚBLICOS - CARTEIRA PRÓPRIA

GRUPO	VALOR	% S/SEGMENTO
Títulos Públicos Federais	42.526.587.173,94	81,98%
Títulos Públicos Estaduais	271.111.320,55	0,52%
Títulos Privados	842.412.166,58	1,62%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	22.652.184,77	0,04%
Fundos de Renda Fixa	8.211.627.421,62	15,83%
TOTAL	51.874.390.267,46	

PROVISÃO PARA PERDA

GRUPO	VALOR	% S/SEGMENTO
FIF	39.122.907,14	
FIDC's	1.254.466,93	
Debêntures	64.729.957,14	
CDB	3.489.154,94	
CRI	95.090.316,31	
CCI	456.598.535,16	
CCB	710.905.079,10	
CCCB	82.991.013,90	
FIP's	6.334.647,20	
TOTAL	1.460.516.077,82	

VALORES A PAGAR/RECEBER		
Contas a Pagar/Receber	(663.311,92)	0,00%
Disponível/Relacionados com o disponível	2.840.177,27	0,01%
TOTAL	2.176.865,35	

TOTAL SEGMENTO RENDA FIXA	51.876.567.132,81	100,00%
----------------------------------	--------------------------	----------------

SEGMENTO IMÓVEIS		
GRUPO	VALOR	% S/SEGMENTO
Imóveis	3.985.334.543,87	99,48%
Outros Investimentos	11.767.000,00	0,29%
Provisão para Perda	-	0,00%
TOTAL	3.997.101.543,87	

VALORES A PAGAR/RECEBER		
Valores a Receber	10.601.572,64	0,26%
Valores a Pagar	(1.634.417,55)	-0,04%
TOTAL	8.967.155,09	

TOTAL SEGMENTO IMÓVEIS	4.006.068.698,96	100,00%
-------------------------------	-------------------------	----------------

SEGMENTO EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
EMPRÉSTIMOS			
INDEXADOR	ATRASADOS	VALORES NÃO ATRASADOS	% S/SEGMENTO
IPCA	-	3.049.628.230,97	99,92%
PRÉ-FIXADO	-	7.685.603,19	0,25%
CDI	-	17.557,89	0,00%
INPC	-	2.711.113,12	0,09%
Provisão para perda	(23.219.161,82)	-	
IOF a compensar	-	271.250,92	0,00%
FINANCIAMENTOS			
INDEXADOR	ATRASADOS	VALORES NÃO ATRASADOS	% S/SEGMENTO
-	-	-	0,00%
VALORES A PAGAR/RECEBER			
Valores a Receber	-	-	0,00%
Valores a Pagar	-	(7.915.132,82)	-0,26%
TOTAL		(7.915.132,82)	

TOTAL SEGMENTO EMPRÉSTIMOS	3.052.127.372,35	100,00%
-----------------------------------	-------------------------	----------------

RESPONSÁVEIS			
NOME	TIPO	TELEFONE	E-MAIL
KPMG Auditores Independentes	Auditor Independente	(21) 2207-9400	MFPereira@kpmg.com.br
Daniel Lima	Administrador Qualificado (AETQ)	(21) 2506-0587	daniel.lima@petros.com.br

DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO CMN N° 4.661/18

JUSTIFICATIVAS PARA OS DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO CMN N° 4.661/18
--

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

CUSTOS	1º SEMESTRE 2018	2º SEMESTRE 2018	ANO 2018
GESTÃO INTERNA	33.464.602,35	33.239.601,37	66.704.203,72
Pessoal / Encargos	9.826.531,77	12.686.964,08	22.513.495,85
Consultorias	1.534.148,14	1.058.748,11	2.592.896,25
Custódia	381.572,16	811.974,68	1.193.546,84
Taxa Cetip/Anbima	221.553,10	340.542,93	562.096,03
Taxa Selic	228.592,71	51.237,45	279.830,16
Taxas de Bolsa (BM&FBovespa, CVM, CBLC)	43.242,28	102.118,64	145.360,92
Corretagens	1.364.614,86	978.936,57	2.343.551,43
Carteira de Imóveis	473.388,95	504.304,87	977.693,82
Despesas Gerais ¹	19.390.958,38	16.704.774,04	36.095.732,42
GESTÃO EXTERNA	50.646.611,13	32.609.562,17	83.256.173,30
Taxa de Administração	4.326.459,85	3.837.971,11	8.164.430,95
Taxa de Gestão	25.545.657,52	20.908.493,51	46.454.151,04
Taxa de Performance	11.143.804,46	627.430,29	11.771.234,75
Custódia	852.866,86	996.254,96	1.849.121,82
Taxa Cetip	586.012,40	666.878,28	1.252.890,69
Taxa Selic	139.596,02	102.149,56	241.745,58
Taxa Anbima	64.293,86	57.939,95	122.233,81
Taxas de Bolsa (BM&FBovespa, CVM, CBLC)	830.120,99	636.514,10	1.466.635,09
Despesas Bancárias (IOF e Taxas)	43.026,97	87.814,64	130.841,61
Auditorias	466.858,72	738.275,81	1.205.134,53
Corretagens	52.645,06	189.111,68	241.756,73
Consultoria	392.388,03	555.227,04	947.615,07
Despesas Jurídicas	2.011.661,27	1.905.620,40	3.917.281,67
Outras Despesas ²	4.191.219,12	1.299.880,84	5.491.099,96
TOTAL	84.111.213,48	65.849.163,54	149.960.377,02

Observação:

(1) Na rubrica Despesas Gerais tivemos gastos da Gerência de Participações Imobiliárias tais como: Serviços de Despachantes, Lavratura de Escritura, Impostos, Taxa de Intermediação e Despesas de Certidões;

(2) Na rubrica Outras Despesas estão incluídos gastos com Despesas Advocatícias, Impostos, Despesas de Cartório, Correios e outras despesas não contempladas em rubricas anteriores.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS RELEVANTES

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	VALORES (EM REAIS) (B)	% DE PARTICIPAÇÃO
	(B)	(B / A)
Pessoal e encargos	164.517.779,60	63,8
Treinamento/congressos e seminários	676.176,24	0,3
Viagens e estadias	559.432,09	0,2
Serviços de terceiros	53.120.594,37	20,6
Despesas gerais	23.959.697,81	9,3
Depreciação e amortização	8.080.406,77	3,1
Outras	21.147,65	0,01
Tributos	7.103.624,12	2,8
TOTAL (A)	258.038.858,65	100,0

DESPESAS ADMINISTRATIVAS RELEVANTES

GRUPO DE CONTAS	VALORES (EM REAIS)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	
Consultoria Jurídica	17.246.816,68
Serviços com Tecnologia da Informação	12.101.071,73
Remuneração Seguro Garantia Judicial	5.953.634,71
Atendimento/Cadastro Participante	5.511.070,05
Outros Serviços de Terceiros	2.851.201,37
Auditoria Contábil	2.223.015,05
Outros serviços de consultoria	2.130.474,19
Serviços Preservação e Segurança	1.003.645,52
Serviços Postais	759.048,12
Despesas Relacionadas ao Arquivo Central	638.841,06
Consultoria de Investimentos	577.138,68
Recursos Humanos	503.962,03
Consultoria Atuarial	1.167.891,80
Consultoria Contábil	262.200,85
TRIBUTOS	
Taxa de Fiscalização e Controle - TAFIC	7.103.624,12
DEPRECIações E AMORTIZAções	
Depreciações	4.568.147,75
Amortizações	3.512.259,02

PESSOAL E ENCARGOS

	SALDOS (EM REAIS)
Conselhos	704.010,69
Conselho Deliberativo	430.824,47
Conselho Fiscal	273.186,22
Diretoria	5.990.917,16
Previdencial	5.113.952,88
Investimentos	876.964,28
Pessoal Próprio	153.136.213,66
Previdencial	130.161.339,75
Investimentos	22.974.873,91
Pessoal Cedido	4.131.390,16
Previdencial	4.131.390,16
Investimentos	-
Estagiário	554.797,93
Previdencial	461.848,47
Investimentos	92.949,46
Outras	450,00
TOTAL	164.517.779,60

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(O texto a seguir é uma reprodução do relatório da KPMG)

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadoras e Participantes da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (“Fundação”, “Entidade” ou “Petros”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Depósitos judiciais/recursais e Exigível contingencial

Conforme descrito nas notas explicativas nºs. 3.4 e 7, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 apresentam nas rubricas de depósitos judiciais/recursais e exigível contingencial os montantes consolidados de R\$ 2.700 milhões (R\$ 2.326 milhões em 31 de dezembro de 2017) e de R\$ 4.153 milhões (R\$ 4.216 milhões em 31 de dezembro de 2017), respectivamente (os saldos individuais por planos de benefícios estão apresentados nas referidas notas explicativas). No decorrer do exercício de 2018, a Administração manteve o processo contínuo de conciliação dos depósitos judiciais/recursais junto às instituições financeiras depositárias, além da adoção de outras medidas, e reconheceu integralmente no exercício corrente um ajuste de aproximadamente R\$ 181 milhões referente a exercício anteriores (R\$ 490 milhões em 31 de dezembro de 2017, líquidos dos efeitos do exigível contingencial). Adicionalmente, a Administração em conjunto com os seus assessores jurídicos, vem aprimorando seu processo de controles internos relacionados ao exigível contingencial, visando qualificar e atualizar as informações relacionadas a melhor expectativa de perda e valor de desembolso atribuídos aos processos judiciais. Todavia, em função do atual estágio em que se encontram os processos de conciliação dos depósitos judiciais/recursais e exigível contingencial, não foi praticável determinar se havia necessidade de ajustar esses saldos em 31 de dezembro de 2018 e os respectivos efeitos reflexos no Superávit (Déficit) Técnico do Exercício na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social e nas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido individuais por plano de benefícios.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ÊNFASES

Situação patrimonial dos planos de benefícios Petros Ultrafértil, Plano Petros Sistema Petrobras Não Repactuados e Repactuados - Incerteza sobre os Planos de Equacionamentos dos Déficits

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8.3, às demonstrações contábeis que descreve que os planos de benefícios Petros Sistema Petrobras Não Repactuados e Repactuados e Plano Petros Ultrafértil acumularam déficits técnicos que, até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão sendo equacionados parcialmente, em função de decisões judiciais. No estágio atual, não é possível determinar o desfecho das medidas judiciais em andamento. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reflexos na Petros das investigações

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis que descreve que desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto das operações específicas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta e ou indiretamente por meio de fundos de investimentos, assim como, possíveis ilícitos em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do país, entre eles a Fundação.

Como parte do processo de governança, diversas ações vêm sendo adotadas, e em 19 de dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo da Entidade, por solicitação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”), autorizou a realização de inspeção pelos escritórios de advocacia, contratados pela Petrobras, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis e regulamentos em prejuízo da Petros. A Entidade vinha acompanhando esse trabalho com o objetivo de estar informada em relação aos seus possíveis efeitos ou implicações, a fim de tomar as providências necessárias. A referida contratação foi encerrada em dezembro de 2018. A Administração da Petros encontra-se em processo de definição das novas diretrizes para condução dessas investigações considerando o término desse contrato.

No estágio atual dos trabalhos, não existem elementos para avaliar qual será o desfecho das investigações, bem como os potenciais efeitos sobre as demonstrações contábeis da Fundação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro,

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira

Contador CRC RJ-077911/O-2

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	NOTA	2018	2017	Δ%
DISPONÍVEL		2.840	21.126	-87%
REALIZÁVEL		90.697.587	87.091.215	4%
Gestão Previdencial	3	16.083.788	15.349.663	5%
Gestão Administrativa	4	67.686	25.495	165%
Investimentos	5	74.546.113	71.716.057	4%
Títulos Públicos		42.797.698	37.401.423	14%
Créditos Privados e Depósitos		842.412	759.172	11%
Ações		8.950.845	11.275.875	-21%
Fundos de Investimento		14.056.807	14.209.600	-1%
Derivativos		-	29	-100%
Investimentos Imobiliários		4.007.703	4.302.477	-7%
Empréstimos e Financiamentos	5.3	3.060.043	2.950.036	4%
Depósitos Judiciais / Recursais		-	20.926	-100%
Outros Realizáveis	5.4	830.605	796.519	4%
PERMANENTE		79.526	84.773	-6%
Imobilizado		53.266	66.382	-20%
Intangível		26.260	18.391	43%

TOTAL DO ATIVO		90.779.953	87.197.114	4%
-----------------------	--	-------------------	-------------------	-----------

PASSIVO	NOTA	2018	2017	Δ%
EXIGÍVEL OPERACIONAL	6	697.644	696.225	0%
Gestão Previdencial		535.851	610.349	-12%
Gestão Administrativa		151.580	82.308	84%
Investimentos		10.213	3.568	186%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7	4.152.852	4.215.972	-1%
Gestão Previdencial	7.1	4.144.732	4.099.530	1%
Gestão Administrativa	7.2	8.120	89.442	-91%
Investimentos		-	27.000	-100%
PATRIMÔNIO SOCIAL	8	85.929.457	82.284.917	4%
Patrimônio de Cobertura do Plano		84.588.464	81.041.707	4%
Provisões Matemáticas	8.1	92.807.166	84.872.849	9%
Benefícios Concedidos		82.084.447	77.558.438	6%
Benefícios a Conceder		40.781.410	35.108.545	16%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(30.058.691)	(27.794.134)	8%
Equilíbrio Técnico		(8.218.702)	(3.831.142)	115%
Resultados Realizados		(8.636.726)	(4.255.453)	103%
(-) Déficit Técnico Acumulado		(8.636.726)	(4.255.453)	103%
Resultados a Realizar	3.3	418.024	424.311	-1%
FUNDOS	8.2	1.340.993	1.243.210	8%
Fundos Previdenciais	8.2.1	163.554	142.904	14%
Fundos Administrativos	8.2.2	826.140	815.715	1%
Fundos dos Investimentos		351.299	284.591	23%

TOTAL DO PASSIVO		90.779.953	87.197.114	4%
-------------------------	--	-------------------	-------------------	-----------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

	2018	2017	Δ%
(A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO	82.284.917	80.449.421	2%
1. Adições	13.470.353	11.543.251	17%
(+) Contribuições Previdenciais	7.174.617	4.862.267	48%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.959.662	6.384.744	-7%
(+) Receitas Administrativas	170.594	175.870	-3%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	65.244	68.631	-5%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	33.528	-	
(+) Constituição de Fundos de Investimento	66.708	51.739	29%
2. Destinações	(9.825.813)	(9.722.900)	1%
(-) Benefícios	(9.151.869)	(7.432.635)	23%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(408.717)	(1.863.458)	-78%
(-) Despesas Administrativas	(258.941)	(240.390)	8%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(58.102)	-100%
(-) Resultados a Realizar	(6.286)	(128.315)	-95%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	3.644.540	1.820.351	100%
(+/-) Provisões Matemáticas	7.934.317	6.224.062	27%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(4.381.274)	(4.122.544)	6%
(+/-) Resultados a Realizar	(6.286)	(128.315)	-95%
(+/-) Fundos Previdenciais	20.650	(150.600)	-114%
(+/-) Fundos Administrativos	10.425	(53.991)	-119%
(+/-) Fundos dos Investimentos	66.708	51.739	29%
4. Operações Transitórias	-	15.145	-100%
Operações Transitórias	-	15.145	-100%
(B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL (A + 3 + 4)	85.929.457	82.284.917	4%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

	2018	2017	Δ%
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	815.715	869.706	-6%
1. Custeio da Gestão Administrativa	235.838	244.501	-4%
1.1. Receitas	235.838	244.501	-4%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	158.211	148.882	6%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.964	1.592	23%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6.487	7.371	-12%
Receitas Diretas	930	188	395%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	65.244	68.631	-5%
Outras Receitas	3.002	17.837	-83%
2. Despesas Administrativas	(258.038)	(234.888)	10%
2.1. Administração Previdencial	(216.649)	(210.182)	3%
Pessoal e encargos	(140.573)	(116.833)	20%
Treinamentos/congressos e seminários	(670)	(355)	89%
Viagens e estadias	(462)	(475)	-3%
Serviços de terceiros	(50.930)	(65.391)	-22%
Despesas gerais	(10.559)	(14.805)	-29%
Depreciações e amortizações	(8.077)	(8.856)	-9%
Tributos	(5.357)	(3.426)	56%
Outras Despesas	(21)	(41)	-49%
2.2. Administração dos Investimentos	(41.389)	(24.706)	68%
Pessoal e encargos	(23.945)	(18.334)	31%
Treinamentos/congressos e seminários	(6)	(29)	-79%
Viagens e estadias	(97)	(112)	-13%
Serviços de terceiros	(2.190)	(2.781)	-21%
Despesas gerais	(13.401)	(24)	55738%
Tributos	(1.747)	(3.426)	-49%
Outras Despesas	-	-	-
2.3. Administração Assistencial	-	-	-
2.4. Outras Despesas	-	-	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	33.528	(58.102)	-158%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(903)	(5.502)	-84%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	10.425	(53.991)	-119%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	10.425	(53.991)	-119%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	826.140	815.715	1%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (“Fundação” ou “Entidade”), constituída pela Petróleo Brasileiro S.A (“Petrobras”) em 1969, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar (“EFPC”), tem por objetivos primordiais:

- i. Instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;
- ii. Prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária; e
- iii. Promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência.

As EFPC estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) desde 1º janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588 de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315 art.17, de 27/07/2006 e de 03/01/2013, respectivamente.

Para a consecução de seus objetivos, a PETROS obtém recursos de contribuições dos patrocinadores, instituidores e dos participantes, assistidos e autopatrocinados, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos. Apresentamos a seguir a relação dos planos de benefícios administrados pela Petros e os respectivos registros no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), bem como patrocinadores e instituidores de cada plano.

PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA PETROS

PLANO	CNPB	PATROCINADOR/INSTITUIDOR (SITUAÇÃO)
BENEFICIO DEFINIDO (BD)		
Petros Sistema Petrobras (PPSP-NR)	1970.0001-47	Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras)
		Petrobras Distribuidora S.A (BR)
		Fundação Petrobras de Seguridade Social – (Petros)
Petros Sistema Petrobras (PPSP-R)	2018.0002-92	Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras)
		Petrobras Distribuidora S.A (BR)
		Fundação Petrobras de Seguridade Social – (Petros)
Plano Petros Ultrafértil	2003.0026-18	Ultrafértil S.A
		Araucária Nitrogenados S.A
		Mosaic Fertilizantes P&K S.A
Plano Petros Braskem	2003.0021-38	Braskem S.A (1)
Plano Petros Copesul	2003.0022-19	Braskem S.A (1)
Plano Petros Lanxess	2003.0024-56	Arlanxeo Brasil S.A (2)
Plano Petros PQU	2003.0025-29	Braskem Qpar S.A (1)
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2003.0023-83	Nitriflex S.A Indústria e Comércio
		Arlanxeo Brasil S.A
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV)		
Plano Petros-2	2007.0015-19	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
		Petrobras Distribuidora S.A - BR
		Fundação Petrobras de Seguridade Social - (Petros)
		Stratura Asfaltos S.A
		Termomacaé Ltda
		Termobahia S.A
		Transporte Brasileiro S.A
		Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A - TBG
		Araucária Nitrogenados S.A
		Petrobras Biocombustíveis S.A
		Petrobras Logística S.A – PB LOG

PLANO	CNPB	PATROCINADOR/INSTITUIDOR (SITUAÇÃO)
Plano Misto Sanasa	2004.0026-38	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A - Sanasa
Plano TAPMEPrev	2002.0038-74	TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD)		
Plano Repsol	1999.0031-11	Repsol Sinopec Brasil S.A
		YPF Brasil Comércio de Derivados de Petróleo
Plano Cachoeira Dourada	2000.0059-18	Cachoeira Dourada S.A
Plano ALESAT	2002.0004-92	ALESAT Combustíveis S.A
Plano IBPprev Associados	2002.0019-11	Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP
		Barra Energia Brasil Petróleo e Gás Ltda
Plano Simeprev	2004.0013-56	Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP
		Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná - SIMEPAR
		Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte - SindMed/RN
		Sindicato dos Médicos do Estado do Pará - SindMepa
		Sindicato dos Médicos do Pernambuco - Simepe
Plano IBAPrev	2004.0023-11	Instituto Brasileiro de Atuária.
		ASSAIM - Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais
		Cooperativa Paulista de Teatro
		SATED/CE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará
		SATED/PE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Pernambuco
		SATED/SE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Sergipe
		SINDMUSI/RJ - Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro
		SATED/RJ - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro
		Sindicato Nacional dos Artistas Plásticos – SINAP-ESP
		SINDMÚSICOS/BA - Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia
		ABM - Associação Brasileira de Museologia
		ABRTV - Associação Brasileira de Roteiristas Profissionais de Televisão e Outros Veículos de Comunicação
		APTC-ABD/RS - Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul e Brasileira de Documentaristas
		IAI - Instituto Amazônia Imaginária
		SATED/BA - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Bahia
Plano Culturaprev	2004.0025-65	SATED/RS - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul
		SATED/SP - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo
		STIC - Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual
		ABPA-Associação Brasileira de Profissionais de Áudio - ABPÁudio
		Conselho Regional de Mato Grosso da Ordem dos Músicos do Brasil
		Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão, Cabodifusão, DISTV, MMDS, TV a cabo, TV por assinatura, Similares do Estado do Rio de Janeiro - Sindicato dos Radialistas - RJ
		Associação Profissional dos Trabalhadores no Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional - ASPHAN
		União Brasileira de Escritores - UBE

PLANO	CNPB	PATROCINADOR/INSTITUIDOR (SITUAÇÃO)
Plano SindMed/RJ	2005.0007-11	Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro
Plano CROprev	2005.0004-11	Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro
		Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte - CRO/RN
		Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco - CRO/PE
		Conselho Regional de Odontologia de Paraná - CRO/PR
		Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul - CRO/RS
		Conselho Regional de Odontologia do Amazonas- CRO/AM
		Conselho Regional de Odontologia do Ceará - CRO/CE
		Associação Brasileira de Odontologia do Paraná - ABO/PR
Plano FIEPEprev	2005.0065-56	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE
		Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PE
		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Estado de Pernambuco - SENAI/PE.
		Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado de Pernambuco - SESI/PE
Plano TERMOprev	2006.0005-11	Ibiritermo S.A
Plano CRAprev	2006.0012-56	CRA/ES - Conselho Regional de Administração do Espírito Santo
		CRA/SC - Conselho Regional de Administração de Santa Catarina
		Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA/MG
		Conselho Regional de Administração de Alagoas - CRA/AL
		Conselho Regional de Administração de Pernambuco - CRA/PE
		Conselho Regional de Administração da Bahia - CRA/BA
		Conselho Regional de Administração de Goiás - CRA/GO
		Conselho Regional de Administração do Distrito Federal - CRA/DF
		Conselho Regional de Administração do Paraná - CRA/PR
Plano ADUANAprev	2007.0039-29	Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte - CRA/RN (1)
		Conselho Regional de Administração do Piauí - CRA/PI
Plano ANAPARprev	2008.0008-18	Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Minas Gerais.
		Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão - ANAPAR
		Sindicato dos Trabalhadores Portuários, Portuários Avulsos e com vínculo empregatício nos Portos do Estado do Espírito Santo
		Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em geral do Estado do Espírito Santo
		Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Espírito Santo
		Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas de Minérios do Espírito Santo
Plano PTAPrev	2008.0027-56	Associação Beneficente dos Aposentados da COPENE-ABACO/POLO
Plano PrevFIEPA(2)	2008.0031-83	Companhia Petroquímica de Pernambuco - Petroquímica Suape
		Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE
		Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA
		Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PA
		Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado do Pará - SESI/PA
		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Estado do Pará - SENAI/PA.

PLANO	CNPB	PATROCINADOR/INSTITUIDOR (SITUAÇÃO)
Plano PreviContas	2009.0003-74	Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro - ASTCERJ
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Tocantins
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo
Plano FENAJprev	2009.0006-92	Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará
Plano PREV-ESTAT	2009.0019-74	Conselho Regional de Estatística da 2ª Região
		Conselho Regional de Estatística da 3ª Região,
		Conselho Regional de Estatística da 5ª Região
		Conselho Regional de Estatística da 6ª Região
		Sociedade Brasileira de Estatística - SBE.
Plano CRCprev	2009.0027-92	Conselho Regional de Contabilidade do Ceará
Plano Previtália	2009.0030-47	Associação de Intercâmbio Cultural Ítalo-Brasileira Anita e Giuseppe Garibaldi
		Associação Beneficente Italiana - Abita (1)
		Associazione Lucana di Rio de Janeiro Brasil
Plano PrevFIEA	2009.0033-65	Federação das Indústrias do Estado de Alagoas- FIEA
		Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AL
		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Estado DE Alagoas - SENAI/AL
		Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado de Alagoas- SESI/AL
Plano GasPrev	2010.0004-47	Gás de Alagoas S.A - ALGÁS
		Companhia de Gás da Bahia - BAHAGÁS
		Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS
		Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
		Sergipe Gás S.A - SERGÁS
		Companhia Paraibana de Gás - PBGás.
Plano PETRO_RG (2)	2010.0015-83	Refinaria de Petróleo Rio Grandense S.A
Plano Liquigás	2010.0025-47	Liquigás Distribuidora S.A
Plano SulgasPrev	2010.0040-19	Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS
Plano Eldorado Prev	2015.0008-11	Eldorado Brasil Celulose S/A

(1) Retirada de patrocínio

(2) Transferência de Gerenciamento

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR PLANO

PLANO	CNPB	QUANTIDADE				TOTAL	
		ATIVO	APOSENTADO	AUXÍLIO-DOENÇA	PENSIONISTA	2018	2017
BENEFICIO DEFINIDO							
Petros Sistema Petrobras – NR	1970.0001-47	1.425	13.148	7	4.199	18.779	18.631
Petros Sistema Petrobras – R	2018.0002-92	9.701	35.008	34	12.312	57.055	56.589
Plano Petros Ultrafértil	2003.0026-18	53	1.224	2	337	1.616	1.639
Plano Petros Copesul	2003.0022-19	-	1	-	-	1	1
Plano Petros Lanxess	2003.0024-56	65	1.190	1	508	1.764	1.790
Plano Petros PQU	2003.0025-29	-	2	-	-	2	2
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2003.0023-83	2	161	-	53	216	218
TOTAL		11.246	50.734	44	17.409	79.433	78.870
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL							
Plano Petros-2	2007.0015-19	46.889	3.014	148	285	50.336	49.640
Plano Misto Sanasa	2004.0026-38	1.462	210	-	34	1.706	1.702
Plano TAPMEPrev	2002.0038-74	652	814	-	43	1.509	1.973
TOTAL		49.003	4.038	148	362	53.551	53.315
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA							
Plano Repsol	1999.0031-11	166	8	-	-	174	176
Plano Cachoeira Dourada	2000.0059-18	43	5	-	2	50	51
Plano Transpetro	2000.0073-92	-	-	-	1	1	-
Plano ALESAT	2002.0004-92	881	6	-	-	887	974
Plano IBPprev Associados	2002.0019-11	93	11	-	-	104	101
Plano SIMEPREV	2004.0013-56	199	2	-	-	201	233
Plano IBAPrev	2004.0023-11	302	9	-	-	311	293
Plano Culturaprev	2004.0025-65	156	2	-	1	159	186
Plano SindMed/RJ	2005.0007-11	29	1	-	-	30	31
Plano CROprev	2005.0004-11	384	1	-	-	385	422
Plano FIEPEprev	2005.0065-56	1.116	8	3	3	1.130	1.298
Plano TERMOprev	2006.0005-11	6	-	-	-	6	6
Plano CRAprev	2006.0012-56	111	3			114	131
Plano ADUANAPrev	2007.0039-29	4	1			5	12
Plano ANAPARprev	2008.0008-18	2.326	576		121	3.023	3.076
Plano PTAPrev	2008.0027-56	337	2			339	304
Plano PrevFIEPA	2008.0031-83	405	1		2	408	443
Plano PreviContas	2009.0003-74	66	1			67	64
Plano FENAJprev	2009.0006-92	38	3			41	49
Plano PREV-ESTAT	2009.0019-74	18	-	-	-	18	18
Plano CRCprev	2009.0027-92	157	-	-	-	157	194
Plano Previtália	2009.0030-47	21	-	-	-	21	23
Plano PrevFIEA	2009.0033-65	374	-	3	-	377	436
Plano GasPrev	2010.0004-47	651	2			653	640
Plano PETRO_RG	2010.0015-83	307	3			310	309
Plano Liquigás	2010.0025-47	2.323	2		1	2.326	2.357
Plano SulgasPrev	2010.0040-19	83			1	84	84
Plano Eldorado Prev	2015.0008-11	414				414	410
TOTAL		11.010	647	6	132	11.795	12.321

PLANOS EM PROCESSO DE ENCERRAMENTO

Plano Petros Braskem	2003.0021-38
Plano Triunfo Vida	2002.0008-83
Plano CopesulPrev	2004.0017-47

PLANOS ENCERRADOS

Plano Concepa	2001.0004-56
Plano Previttel	2008.0015-41

Os planos em processo de encerramento e os planos encerrados não possuem participantes (ativos e assistidos) em 2018.

1.1 Cisão do Plano do Sistema Petrobras:

O processo de Cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras – PPSP, teve sua operacionalização autorizada pela PREVIC, por meio da Portaria N° 139 de 15/02/2018, publicada no Diário Oficial da União de 19/02/2018, tendo como base o Termo de Cisão aprovado pela Diretoria Executiva em 15/09/2016 e pelo Conselho Deliberativo da Petrobras em 04/10/2016.

A data de referência dos dados para instrumentalização do processo de Cisão foi 31/12/2015 e a data efetiva da cisão foi 31/03/2018, quando

os valores mencionados no Termo de Cisão, bem como as proporções das Provisões Matemáticas do plano de origem, segregadas pelas massas de participantes não repactuados e repactuados, foram novamente apuradas, alcançando 24,02% e 75,98%, respectivamente. A data da vigência dos planos decorrentes da cisão foi o dia seguinte da data efetiva, 01/04/2018.

O PPSP foi cindido nas seguintes condições:

I) Passou a denominar-se Plano Petros Sistema Petrobras-Não Repactuados, ora denominado Plano PPSP – Não Repactuados, com o CNPB nº 1970.0001-47.

II) foi criado o Plano Petros Sistema Petrobras-Repactuados, ora denominado Plano PPSP – Repactuados, com o CNPB nº 2018.0002-92.

Em 01/04/2018 os participantes repactuados tornaram-se participantes do Plano PPSP – Repactuados e os participantes não repactuados tornaram-se participantes do Plano PPSP-Não Repactuados, conforme opção individual dos mesmos ocorrida no processo de repactuação nos anos de 2006, 2007 e 2012. Os dois planos, resultantes da cisão, preservaram a classificação e os direitos acumulados e adquiridos no plano de origem e obrigações previstas, tendo em vista que seus regulamentos mantiveram as regras vigentes no PPSP, diferenciando-se apenas nas regras específicas e aspectos inerentes, destinados exclusivamente a cada massa de participantes repactuados e não repactuados.

Apresentamos, a seguir, os critérios de segregação das contas do Balanço.

ATIVO	CRITÉRIOS
Disponível	Na proporção necessária para igualar o ativo garantidor a proporção das provisões matemáticas.
Realizável	
GESTÃO PREVIDENCIAL	
Contribuições Contratadas	
FAT-FC	Na proporção das provisões matemáticas
Pré-70	Na proporção das provisões matemáticas do grupo Pré-70
Termo Diferença de Pensão	100% alocado ao Plano PPSP-Repactuados
Contribuições / Depósitos Judiciais	De acordo com a origem dos participantes
Demais Ativos	Na proporção das provisões matemáticas
GESTÃO ADMINISTRATIVA	Na proporção das provisões matemáticas
GESTÃO INVESTIMENTOS	
Demais Investimentos	Na proporção necessária para igualar o ativo garantidor a proporção das provisões matemáticas.
Investimentos Imobiliários	O processo de segregação se deu pela criação de cestas de ativos para as carteiras, onde os Planos oriundos da Cisão passaram a ser cotistas.
Empréstimos e Financiamentos / Depósitos Judiciais	De acordo com a origem dos participantes
PASSIVO	CRITÉRIOS
Exigível Operacional	
Gestão Previdencial	Na proporção das provisões matemáticas
Investimentos	Na proporção das provisões matemáticas
Exigível Contingencial	
Gestão Previdencial	De acordo com a origem dos participantes
Gestão Investimentos	Na proporção das provisões matemáticas
Patrimônio Social	
Patrimônio de Cobertura do Plano	
Provisões Matemáticas	De acordo com a origem dos participantes
Equilíbrio Técnico	
Resultados Realizados	
(-) Déficit Técnico Acumulado	Resultado apurado
Resultados a Realizar	Proporcional às provisões matemáticas
Fundos	
Fundos Administrativos	Na proporção das provisões matemáticas
Fundos dos Investimentos	Na proporção do saldo dos empréstimos

BALANÇO PATRIMONIAL APÓS CISÃO DO PLANO PPSP - INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA

	31/03/2018	02/04/2018	
	PPSP	PPSP-NR	PPSP-R
ATIVO			
DISPONÍVEL	790	178	612
REALIZÁVEL	64.678.724	15.538.964	49.139.760
Gestão Previdencial	15.623.728	4.669.756	10.953.972
Gestão Administrativa	644.399	154.816	489.583
Investimentos	48.410.597	10.714.392	37.696.205
Títulos Públicos	24.361.932	5.547.279	18.814.653
Créditos Privados e Depósitos	429.058	97.695	331.363
Ações	7.907.598	1.800.586	6.107.012
Fundos de Investimento	8.943.649	1.895.859	7.047.790
Derivativos	1.050	239	811
Investimentos Imobiliários	3.737.439	851.027	2.886.412
Empréstimos e Financiamentos	2.190.997	324.684	1.866.313
Depósitos Judiciais / Recursais	20.925	10.773	10.152
Outros Realizáveis	817.949	186.250	631.699
TOTAL DO ATIVO	64.679.514	15.539.142	49.140.372
PASSIVO			
EXIGÍVEL OPERACIONAL	465.222	165.662	299.560
Gestão Previdencial	463.534	165.278	298.256
Investimentos	1.688	384	1.304
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	3.544.035	1.817.311	1.726.724
Gestão Previdencial	3.523.108	1.812.283	1.710.825
Investimentos	20.927	5.028	15.899
PATRIMÔNIO SOCIAL	60.670.257	13.556.169	47.114.088
Patrimônio de Cobertura do Plano	59.767.299	13.363.037	46.404.262
Provisões Matemáticas	64.346.612	15.459.163	48.887.449
Benefícios Concedidos	73.333.787	19.093.973	54.239.814
Benefícios a Conceder	18.659.860	2.658.637	16.001.223
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(27.647.035)	(6.293.447)	(21.353.588)
Equilíbrio Técnico	(4.579.313)	(2.096.126)	(2.483.187)
Resultados Realizados	(4.968.436)	(2.189.612)	(2.778.824)
Superávit Técnico Acumulado			
(-) Déficit Técnico Acumulado	(4.968.436)	(2.189.612)	(2.778.824)
Resultados a Realizar	389.123	93.486	295.637
Fundos	902.958	193.132	709.826
Fundos Administrativos	644.399	154.816	489.583
Fundos dos Investimentos	258.559	38.316	220.243
TOTAL DO PASSIVO	64.679.514	15.539.142	49.140.372

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações individuais por plano de benefício, são de responsabilidade da administração da Petros. Representam, na essência, a soma dos registros contábeis dos planos individuais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às EFPC, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

A moeda funcional da Entidade é o Real e todos os saldos apresentados nestas demonstrações contábeis estão em milhares de reais, arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Em atendimento à Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Anexo A – Normas Complementares, item 30f, os ajustes de exercícios anteriores decorrentes de retificações de erros de períodos anteriores, não atribuíveis a eventos subsequentes, está apresentado na Nota Explicativa nº 3.4, contendo a descrição da natureza e dos seus respectivos efeitos.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 27 de março de 2019.

2.1 Resumo das principais práticas contábeis

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPC, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc). A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Os registros contábeis são efetuados de forma segregada, gerando balancetes contábeis por plano de benefício, consolidado e o do plano de gestão administrativa consolidado.

2.1.1 Contribuições Previdenciais

As contribuições previdenciais são escrituradas diretamente nos balancetes de cada plano de benefícios (fluxo primário de recursos).

Os registros relativos às contribuições dos patrocinadores e dos participantes vinculados a planos estruturados na modalidade de benefício definido são escriturados com base no regime de competência.

Para os planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e os de contribuição variável, as contribuições são escrituradas na data do efetivo recebimento, inclusive as dos autopatrocinados de ambas as modalidades.

2.1.2 Investimentos

A gestão de investimentos é feita de forma individualizada (segregação real) e de forma compartilhada (unifundo). A gestão de investimentos compartilhada implica na existência de solidariedade na aplicação dos recursos. A segregação do ativo e a apuração da rentabilidade dos planos são realizadas pelo método de cota patrimonial, considerando a proporção dos aportes e dos resgates realizados por cada plano.

• **Planos com gestão individualizada:** 1) Plano Petros Sistema Petrobras-R¹; 2) Plano Petros Sistema Petrobras-NR¹; 3) Plano Petros-2; 4) Plano Petros Ultrafértil; 5) Plano Petros Lanxess; 6) Plano Petros Nitriflex/Lanxess; 7) Plano TAPMEPrev; 8) Plano Misto Sanasa; 9) Plano Petros PQU; 10) Plano Petros Copesul; 11) Plano Petros Braskem; e 12) Plano de Gestão Administrativa (PGA).

• **Planos com gestão compartilhada:** Demais planos de benefícios (planos CD) exceto a carteira de empréstimos a participantes, a qual é feita de forma individualizada.

¹ No caso dos Planos PPSP-R e PPSP-NR existe um compartilhamento de gestão no caso da carteira de imóveis, realizado a partir da cisão do plano PPSP que ocorreu em 1º de abril de 2018.

2.1.3 Precificação dos investimentos

Em atendimento à Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, em seu artigo 30, os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias:

(i) **Títulos para negociação** – títulos registrados com o propósito de negociação, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado;

(ii) **Títulos mantidos até o vencimento** – títulos com vencimentos que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 meses a contar da data de aquisição. Além disso, deve-se considerar que a entidade permaneça com o interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Também devem ser classificados como de baixo risco por agência de risco do País, que, devem ser avaliados com base em metodologia de apuração do valor de mercado e em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

2.1.3.1 Gestão Previdencial - Resultados a realizar

Corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos "mantidos até o vencimento", apurado pelos respectivos custos de aquisição somados aos rendimentos auferidos e ao seu valor atual, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial.

2.1.3.2 Títulos públicos e privados

Os títulos públicos e privados são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos apropriados com base na taxa de remuneração apurada na data da aquisição, deduzidos das amortizações e juros recebidos e ajustado a valor de mercado, quando aplicável.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são apropriados pela taxa de negociação do título na data de aquisição até o seu vencimento.

2.1.3.3 Ações

As ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas as despesas e abatidas as devoluções de corretagem e outras taxas incidentes provenientes das operações de compras, sendo avaliadas pelo valor de mercado. Para as ações negociadas em bolsa utiliza-se para avaliação a cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na bolsa de valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio, são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor, caracterizando assim, regime de competência.

Para os investimentos em ações sem um mercado ativo, o valor justo foi atribuído por meio de modelos de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares de precificação.

2.1.3.4 Fundos de investimentos

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição atualizado pela variação nos valores das cotas informados pelos administradores dos respectivos fundos.

2.1.3.5 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e ajustados anualmente, pelo valor justo apurado por laudo de avaliação. O resultado da avaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

2.1.3.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos concedidos aos participantes estão demonstrados pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.1.4 Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são registrados a valores históricos. Os referidos depósitos são garantidores de provisões para contingências registradas no exigível contingencial.

2.1.5 Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado de acordo com as regras contidas em norma interna específica, aprovada pela Diretoria Executiva, com a finalidade de estabelecer os critérios para o referido registro, pelo montante provável de perda que a administração julga incorrer, de acordo com informações dos escritórios externos, observada a sua natureza e especificidades das demandas judiciais (Nota 7).

2.1.6 Critérios de alocação de custos e despesas por plano

O plano de custeio administrativo é estabelecido com periodicidade anual e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Seus limites e critérios atendem ao estabelecido pelos órgãos regulador e fiscalizador. A metodologia para alocação dos gastos administrativos, prevê a segregação dos registros contábeis por tipo de gasto, conforme a seguir:

- **Custo Direto** – são os custos identificados no momento da ocorrência, alocados de forma direta a cada plano de benefícios;
- **Custo Indireto** – Trata-se dos custos dos setores e gerências com envolvimento na gestão dos planos de benefícios e que são alocados aos planos de benefícios de acordo com direcionadores previamente definidos e específicos para cada um dos setores e gerências envolvidas;
- **Despesas Administrativas** – são os gastos realizados pelos setores e gerências de apoio ao negócio. São alocados de forma ponderada pelo número de participantes e o total dos recursos garantidores, além de fatores relacionados ao tipo, modalidade, maturidade e porte, de cada plano de benefício.
- A segregação do registro contábil entre Despesas Administrativa da Gestão Previdencial e Investimentos, está baseada na identificação da origem dos órgãos/diretoria, ou seja, as despesas administrativas dos órgãos que compõem a Diretoria de Investimentos, são registradas 100% como despesas administrativas de Investimentos e, as despesas dos demais órgãos são registradas como despesas administrativas da Gestão de Previdencial.

2.1.7 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas representam os compromissos líquidos futuros assumidos com os benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários com base em dados cadastrais e financeiros relativos à massa de participantes.

São constituídas com base em cálculos atuariais utilizando premissas biométricas, econômicas e financeiras efetuados por atuários independentes, contratados pela Petros, ou indicado pelo instituidor, ou por atuário interno, conforme relacionados a seguir:

- **Mirador Assessoria Atuarial Ltda:** Planos ANAPARprev, Gasprev, Liquigás, Petro_RG, Petros Lanxess, Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados, Petros do Sistema Petrobras - Repactuados, Petros Lanxess, Petros Nitriflex/Lanxess, Petros Ultrafertil, Misto Sanasa, Sulgasprev e TAPMEprev;
- **Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. – EPP:** Planos Cachoeira Dourada, FIEPEprev, IBPPprev Associados, Petros-2, PREVIFIEA, PrevFIEPA e Repsol.
- **Atuário interno da PETROS:** Planos Aduanaprev, Alesat, CRAprev, CRCprev, CROprev, Culturaprev, Eldorado Prev, FENAJprev, PREV-ESTAT, PreviContas, Previtália, PTAPrev, Simeprev, SinMed/RJ e Termoprev;
- **Atuário externo:** Christiano Telles Silveira: Plano IBAPrev.

As Provisões Matemáticas são segregadas em:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos** – Registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos

benefícios concedidos a serem pagos pelo Plano de Benefícios aos aposentados e beneficiários em gozo de benefícios.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder** – Registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo Plano de Benefícios aos participantes ativos e aos seus beneficiários.

- **Provisões Matemáticas a Constituir** – Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras líquidos, a serem efetuadas por um período certo de tempo, referentes aos Planos de Equacionamento ou à amortização de dívida do patrocinador para com o Plano de Benefícios.

2.1.8 Equilíbrio técnico

Registra o excedente (superávit) ou a insuficiência (déficit) patrimonial dos planos de benefícios em relação aos seus compromissos totais.

2.1.9 Ajuste de precificação

De acordo com o Art.11 da Instrução PREVIC nº 10/2018, de 30 de novembro de 2018, para fins de destinação de superávit ou equacionamento de déficit, deverá ser considerado o Equilíbrio Técnico Ajustado constante das informações complementares na Demonstração do Ativo Líquido (DAL), que corresponde à:

- no caso de equacionamento de déficit, o Equilíbrio Técnico Ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos, quer seja positivo ou negativo; e
- no caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos, somente se negativo.

De acordo com o inciso V e parágrafo único do Art. 2 da Resolução CNPC nº 30 de 10/10/2018, o Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses mesmos títulos. Esse ajuste é apenas divulgado na Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e não é registrado em balanço patrimonial.

2.1.10 Fundos previdenciais

Os Fundos Previdenciais devem guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Os Fundos Previdenciais possuem regras de constituição e reversão específicas por Plano de Benefícios (nota explicativa nº 8.2.1)

2.1.11 Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas de investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos previdenciais estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

No caso dos investimentos, a marcação dos ativos e fundos segue os procedimentos dos manuais de precificação de seus administradores, controladores e custodiantes. Para ativos sem negociação que gerem preços de mercado, contratam-se laudos de avaliação de empresas independentes para subsidiar os trabalhos. Os investimentos imobiliários são registrados pelo valor justo por meio de laudos de avaliação.

As provisões matemáticas são calculadas atuarialmente, com base no regulamento do plano, nos dados dos participantes a partir de um conjunto de hipóteses atuariais - com vistas a estimar os compromissos líquidos do plano para com os participantes, considerando fatores econômicos (taxa de juros, crescimento salarial, reajuste dos benefícios do plano etc), fatores biométricos (mortalidade de ativos, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez etc.) e outros fatores.

Nos casos de exceção, quando a metodologia de precificação necessita ser interna, a mesma é proposta (ou revisada) pelas áreas de controladoria e riscos da Entidade e apreciada pelo Comitê de Precificação antes de ser encaminhada para deliberação da Diretoria Executiva, como no caso de acordos de leniência.

2.2 Gestão de Riscos

Com o objetivo de identificar os riscos aos quais a Fundação está exposta, bem como indicar e gerir as medidas adotadas para prevenção ou mitigação dos mesmos, a Petros estabeleceu princípios e diretrizes que norteiam sua estratégia no controle e gerenciamento de riscos e na gestão integrada dos ativos e passivos (ALM – *Asset and Liability Management*). Para tal, a Petros instaurou comitês específicos para discussão, análise e deliberação acerca do gerenciamento dos riscos monitorados, além de implementar um 'Programa de Integridade' para prevenção, detecção e remediação de eventuais atos lesivos à Fundação, seja por fraudes ou outros atos irregulares previstos em lei.

Como parte da governança do processo de riscos, foram criados os seguintes comitês e subcomitês:

- Subcomitê de Riscos e ALM, formado por Gerentes Executivos das áreas de Riscos, Atuária e Investimentos;
- Comitê de Riscos e ALM, formado por Diretores e Presidentes, para conhecimento e deliberações;
- Subcomitê de Controles Internos, formado por Gerentes Executivos das áreas de Riscos, TI e Planejamento;
- Comitê de Controles Internos, formado por Diretores e Presidente, para conhecimento e deliberações; e

– Comitê de Precificação, formado por Gerentes Executivos das áreas de Riscos, Planejamento e Administração Financeira, para deliberar sobre preços de ativos sem cotação em mercado.

Os riscos avaliados pela entidade estão destacados abaixo:

- Risco Atuarial e de Solvência: ligados a hipóteses biométricas e de taxa de juros, para avaliações atuariais dos Planos administrados;
- Risco de Crédito e Concentração: analisam probabilidades de não recebimento dos investimentos realizados;
- Riscos de mercado: relacionados a variações em preços e taxas de mercado como juros, ações e commodities, moedas e índices de preços;
- Risco de liquidez: ligado à possibilidade de perda pela incapacidade de realizar transação em tempo razoável para cumprir com as obrigações atuariais dos Planos;
- Descasamentos entre Ativos e Passivos (ALM): visando garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro em termos de datas, taxas e indexadores;
- Riscos socioambientais, de reputação e imagem: avaliam as suas implicações nos investimentos da Fundação;
- Riscos Operacionais: mitigar a possibilidade de perdas devido a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos; e
- Riscos de conformidade: visando a evitar a não adequação às Leis, regulação vigente e às Políticas internas, nos prazos e formas estabelecidos.

3 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Os valores a receber referentes aos planos de benefícios administrados pela Petros, estão compostos da seguinte forma:

	Notas	2018	2017
Recursos a Receber		12.773.326	12.426.863
Contribuições Normais		106.188	105.350
Contribuições em Atraso		-	-
Patrocinadores		471.665	-
Participantes		492.820	-
(-) Provisão para perdas ⁽¹⁾		(964.485)	-
Contribuições Contratadas	3.1	12.667.041	12.320.721
Outros Recursos a Receber		97	792
Patrocinadores Liquidadas	3.2	888.414	811.134
(-) Provisão para perdas	3.2	(888.414)	(811.134)
Saldo Insuficiente - Retirada de Patrocínio		-	699
Demais Rubricas		97	93
Adiantamentos		8.857	2.362
Resultados a Realizar	3.3	418.025	424.311
Depósitos Judiciais/Recursais	3.4	2.648.129	2.290.951
Outros Realizáveis		235.451	205.176
Total		16.038.788	15.349.663

(1) Em provisão para perdas encontram-se, principalmente, os valores objeto de liminares devido o recebimento depender do trâmite judicial e a falta de expectativa no curto prazo, conforme explicado na Nota 7.4

3.1 Contribuições contratadas

Em 23 de outubro de 2008, em decorrência do Acordo de Obrigações Recíprocas ("AOR") firmado entre os patrocinadores do Plano Petros do Sistema Petrobras, a Petros e Entidades representativas de seus participantes, os patrocinadores do Plano Petros Sistema Petrobras assinaram três Termos de Compromissos Financeiro (TCF). Os referidos termos disciplinam o pagamento dos aportes negociados no âmbito do AOR, relativos:

- i. aos custos da introdução do Fator de Reajuste Inicial (FAT) e Fator de Correção (FC) no Regulamento do Plano;
- ii. à revisão do custo atuarial dos compromissos relativos ao Convênio Pré-70; e
- iii. à revisão do critério de cálculo do valor do benefício de Suplementação de Pensão.

Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento de 20 anos contados a partir de 23 de outubro de 2008, com pagamentos de juros semestrais de 6% (seis por cento) a.a., sobre o saldo a pagar atualizado, utilizamos as melhores práticas contábeis aplicáveis, visando uma melhor evidenciação do patrimônio.

A Fundação considera um ativo, pois além de proporcionar benefícios econômicos futuros, tem-se o controle por meio do Acordo firmado com um cronograma de pagamento pré estabelecido, que vem sendo honrado pelas Patrocinadoras. Cabe ressaltar que a Administração da Petros pretende discutir o assunto com o Regulador, sobre uma melhor forma de evidenciar, se aplicável, o patrimônio desse grupo de participantes.

Os valores dos Termos de Compromisso Financeiro são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pro-rata die, acrescido de juros de 6% (seis por cento) a.a.. Em razão da natureza atuarial inerente aos compromissos objeto do "Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão" e do "Termo de Compromisso Financeiro Pré-70", ficou estabelecido que os respectivos valores seriam revistos anualmente, por ocasião da avaliação atuarial, e essa revisão utilizada para fins de incidência dos juros previstos naqueles Termos. Considerando que tais valores correspondem à diferença

entre as Provisões Matemáticas representativas dos compromissos assumidos em cada Termo e o Patrimônio constituído para cobertura desses compromissos, os valores das diferenças são apurados em 31 de dezembro de cada exercício e atualizados para os meses previstos para pagamentos dos juros (abril e outubro do exercício subsequente).

Os objetos dos referidos termos estão identificados da seguinte forma:

- **Termo de Compromisso Financeiro FAT-FC:** compromisso financeiro com o FAT-FC, no valor de R\$ 2.619.827, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente ao impacto causado no passivo do Plano Petros Sistema Petrobras, pela introdução desses fatores para correção dos benefícios.
- **Termo de Compromisso Financeiro Pré-70:** compromisso atuarial com o Grupo Pré-70, no valor de R\$ 1.463.862, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão atuarial dos compromissos com esse grupo específico, com base na Tábua de Mortalidade AT-2000, na Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-49 e na Tábua de entrada em invalidez Zimmermann ajustada, tábuas diversas daquelas utilizadas quando da liquidação dessa rubrica no ano de 2001; e
- **Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão:** compromisso atuarial com as pensões, no valor de R\$ 682.463, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão dos critérios de cálculo das pensões dos participantes, assistidos e pensionistas, que repactuaram.

A tabela a seguir apresenta, em 31 de março de 2018, os valores do realizável e do resultado das contribuições contratadas com os patrocinadores do Plano Petros Sistema Petrobras, pré cisão, já devidamente atualizados e deduzidos dos valores recebidos e considerando os valores do Ajuste Atuarial, que corresponde à diferença entre os valores históricos corrigidos por IPCA mais juros e os valores com os efeitos atuariais quando estes forem aplicáveis:

PLANO PPSP *

TERMOS DE COMPROMISSOS	2017	ATUALIZAÇÃO 2018	31.03.2018 (informação não auditada)
Pré-70	6.515.134	154.238	6.669.372
Petrobras	6.515.134	154.238	6.669.372
FAT_FC	2.806.763	66.446	2.873.209
Petrobras	2.556.379	60.518	2.616.897
BR	250.384	5.928	256.312
Diferença de Pensão	2.998.824	70.993	3.069.817
Petrobras	2.830.854	67.017	2.897.871
BR	161.201	3.816	165.017
Petros	6.769	160	6.929
TOTAL	12.320.721	291.677	12.612.398

(*) Conforme NE nº1.1 o Plano PPSP foi cindido a partir de 31 de março de 2018 nos Planos PPSP-NR e PPSP-R.

As tabelas a seguir apresentam, em 31 de dezembro de 2018, os valores do realizável e do resultado das contribuições contratadas com os patrocinadores do Plano Petros Sistema Petrobras Repactuados e Não Repactuados, já devidamente atualizados e deduzidos dos valores recebidos e considerando os valores do Ajuste Atuarial, que corresponde à diferença entre os valores históricos corrigidos por IPCA mais juros e os valores com os efeitos atuariais quando estes forem aplicáveis:

PLANO PPSP-NR

TERMOS DE COMPROMISSOS	CISÃO (informação não auditada)	RECEBIMENTOS	ATUALIZAÇÃO 2018	IMPACTO ATUARIAL	2018
Pré-70	2.662.310	(148.440)	380.172	120.083	3.014.125
Petrobras	2.662.310	(148.440)	380.172	120.083	3.014.125
FAT_FC	690.284	(40.161)	50.504	-	700.627
Petrobras	614.730	(36.875)	60.271	-	638.126
BR	75.554	(3.286)	(9.767)	-	62.501
TOTAL	3.352.594	(188.601)	430.676	120.083	3.714.752

PLANO PPSP-R

TERMOS DE COMPROMISSOS	CISÃO (informação não auditada)	RECEBIMENTOS	ATUALIZAÇÃO 2018	IMPACTO ATUARIAL	2018
Pré-70	4.007.062	(228.328)	549.767	(490.567)	3.837.934
Petrobras	4.007.062	(228.328)	549.767	(490.567)	3.837.934
FAT_FC	2.182.926	(127.692)	160.352	-	2.215.585
Petrobras	1.944.000	(116.266)	190.205	-	2.017.939
BR	238.926	(11.426)	(29.853)	-	197.647
Diferença de Pensão	3.069.816	(178.858)	449.478	(441.667)	2.898.769
Petrobras	2.901.624	(168.873)	424.302	(417.779)	2.739.274
BR	161.411	(9.622)	24.165	(22.027)	153.927
Petros	6.781	(363)	1.011	(1.861)	5.568
TOTAL	9.259.804	(534.878)	1.159.597	(932.234)	8.952.289

3.2 Créditos a receber de patrocinadores liquidados

Os créditos a receber dos patrocinadores liquidados (Petrobras Mineração S.A. – PETROMISA e Petrobras Comércio Internacional S.A. – INTERBRAS), no montante de R\$ 888.414 em 2018 (R\$ 811.134 em 2017), estão totalmente provisionados para perda e são objeto de ação judicial contra a União Federal, visando o recebimento das contribuições de retirada de Patrocínio devidas pela União Federal em razão da liquidação das mesmas, determinada pela Lei nº 8.029/90. Não houve alteração relevante do andamento do processo no exercício de 2018.

3.2.1 Créditos a receber de planos em Retirada de Patrocínio

Nas circunstâncias previstas nos Termos de Retirada de patrocínio das patrocinadoras dos planos Copesul, Braskem, PQU e Triunfo Vida, foram constituídos contas a receber referentes às condenações e aos honorários judiciais incorridos pelos planos, que deveriam ser reembolsados pelas patrocinadoras, bem como foi constituído contas a pagar para as patrocinadoras do plano Transpetro. Durante o exercício de 2018, iniciaram-se discussões relativas à revisão de tais valores, entre as patrocinadoras e a Petros. Considerando este contexto e a não expectativa de conclusão acerca do assunto no curto prazo, constituiu-se uma provisão para perda integral do contas a receber, como forma

de evidenciar que existe uma obrigação ainda não cumprida e, conseqüentemente, os planos Copesul, Braskem, PQU e Triunfo Vida apresentaram Déficit técnico acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. De forma análoga, o contas a pagar do plano Transpetro foi revertido, estando o plano superavitário em 31 de dezembro de 2018.

3.3 Resultados a realizar

Conforme ofício nº 1702/GAB/SPC, de 19 de setembro de 2002, aprovado pela antiga SPC(atual Previc), documento que comprova a anuência do órgão fiscalizador para esse tipo de registro, os Planos Petros Sistema Petrobras – NR e R, Plano Petros Ultrafértil, Plano Petros Lanxess e Plano Petros Nitriflex/Lanxess possuem resultados a realizar contabilizados em suas demonstrações. O controle e acompanhamento desses títulos, classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento – Resultados a realizar”, são realizados no sistema de controle de investimentos, nas carteiras de Títulos Públicos e Títulos Privados considerando as taxas de aquisição e as características específicas de cada título. Os valores estão compostos da seguinte forma:

TIPO DE TÍTULO	VENC.	2018			2017		
		VALOR CONTÁBIL (a)	FLUXO DESCONTADO (b)	RESULTADOS REALIZAR (b) - (a)	VALOR CONTÁBIL (a)	FLUXO DESCONTADO (b)	RESULTADOS REALIZAR (b) - (a)
PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS		-	-	-	1.415.425	1.793.669	378.243
Letras Hipotecária	15/02/2021	-	-	-	13.447	15.284	1.837
NTNC	01/04/2021	-	-	-	683.843	784.046	100.202
NTNC	01/01/2031	-	-	-	718.135	994.339	276.204
PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS NR		352.524	437.720	85.196	-	-	-
Letras Hipotecária	15/02/2021	3.163	3.478	315	-	-	-
NTNC	01/04/2021	173.981	192.434	18.453	-	-	-
NTNC	01/01/2031	175.380	241.808	66.428	-	-	-
PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS R		1.195.653	1.484.609	288.957	-	-	-
Letras Hipotecária	15/02/2021	10.732	11.802	1.070	-	-	-
NTNC	01/04/2021	590.095	652.684	62.589	-	-	-
NTNC	01/01/2031	594.826	820.123	225.298	-	-	-
PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS		12.858	16.516	3.659	11.755	15.600	3.845
Letras Hipotecária	15/02/2021	115	128	13	111	129	18
NTNC	01/04/2021	6.347	7.119	772	5.681	6.670	989
NTNC	01/01/2031	6.396	9.269	2.874	5.963	8.801	2.838
PLANO PETROS LANXESS		86.628	108.081	21.453	79.200	101.721	22.521
Letras Hipotecária	15/02/2021	779	858	79	754	862	108
NTNC	01/04/2021	42.751	47.380	4.629	38.262	44.176	5.914
NTNC	01/01/2031	43.098	59.843	16.745	40.184	56.683	16.499
PLANO PETROS ULTRAFERTIL		71.385	90.145	18.760	65.263	84.966	19.702
Letras Hipotecária	15/02/2021	640	708	68	619	713	93
NTNC	01/04/2021	35.231	39.241	4.010	31.531	36.661	5.130
NTNC	01/01/2031	35.514	50.196	14.682	33.113	47.592	14.479
TOTAL		1.719.048	2.137.071	418.025	1.571.643	1.995.956	424.311

3.4 Depósitos Judiciais/Recursoais

O quadro a seguir apresenta os depósitos judiciais/recursais vinculados a demandas judiciais em que a Entidade figura em polo passivo (Nota Explicativa nº 7). Ao longo do exercício de 2018, foi contratado escritório especializado para identificação e levantamento de depósitos judiciais.

As regularizações/baixas ocorridas referentes a exercícios anteriores à 2018 estão apresentadas em uma coluna específica na tabela a seguir.

		2017	REGULARIZAÇÕES/ BAIXAS (ANTERIOR A 2018)	ENTRADA DE NOVOS DEPÓSITOS JUDICIAIS	REGULARIZAÇÕES/ BAIXAS (ANO 2018)	2018
GESTÃO PREVIDENCIAL	3	2.290.952	-180.445	726.895	-189.272	2.648.129
Plano PPSP/Repactuado		0	1.021.686	251.979	-49.559	1.224.106
Plano Petros do Sistema Petrobras		2.126.772	-1.158.263	440.444	-92.647	1.316.306
Plano Petros - Empresas Privatizadas		162.945	-43.719	34.047	-46.924	106.348
Plano Petros Copesul		102.511	-18.449	7.223	-37.622	53.663
Plano Petros Ultrafertil		38.359	-19.125	19.049	-4.882	33.401
Plano Petros Lanxess		12.076	-3.043	3.209	-1.770	10.472
Plano Petros Nitriflex/Lanxess		624	-226	0	-41	357
Plano Petros Braskem		7.796	-2.510	4.286	-1.441	8.130
Plano Petros PQU		1.579	-366	280	-1.167	326
Contribuição Definida/Variável		1.235	-150	425	-141	1.368

Plano Petros-2	526	30	279	-51	784	
Plano TAPMEPrev	661	-313	126	-79	395	
Outros*	48					
Plano Transpetro		142	0	0	148	
Plano Triunfo Vida		0	0	-6	21	
Plano CROprev		0	0	-4	0	
Plano ANAPARprev		-1	20	0	20	
Plano PrevFIEPA		-8	0	0	0	
GESTÃO ADMINISTRATIVA	4	13.772	-497	39.975	-1.469	51.781
Depósito Judicial		13.772	-497	1.438	-1.469	13.243
PIS/COFINS		0	0	38.537	0	38.537
INVESTIMENTOS	5	20.926	0	0	-20.926	0

TOTAL	2.325.650	-180.942	766.870	-211.667	2.699.909
--------------	------------------	-----------------	----------------	-----------------	------------------

*O item outros exibido na coluna de Contribuição Definida/Variável é composto por PLANO TRANSPETRO, PLANO TRIUNFO VIDA, PLANO CROPREV, PLANO ANAPARPREV e PLANO PREVFIEPA exibidos de forma individual em 2018.

4 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa e valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais.

Descrição	Notas	2018	2017
Contas a Receber		13.262	11.344
Contribuições para Custeio		2.990	1.108
Responsabilidade de Empregados		2.034	8.424
Responsabilidade de Terceiros		268	262
Outros Recursos a Receber		7.970	1.550
Despesas Antecipadas		680	174
Depósitos Judiciais e Recursais	3.4	51.781	13.772
Tributos a Compensar		3	3
Outros Realizáveis		1.960	202
TOTAL		67.686	25.495

5 INVESTIMENTOS

5.1 Composição da carteira de investimentos - Consolidado

Todos os títulos e valores mobiliários assim como as cotas de fundos de investimentos estão sob custódia do Banco Bradesco S.A..

Os valores segregados por planos de benefícios, estão apresentados nas notas explicativa nºs 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.4.

INVESTIMENTOS	NOTA	2018	2017
TÍTULOS PÚBLICOS	5.2.1	42.797.698	37.401.423
Títulos Públicos Federais		42.526.587	37.127.389
Notas do Tesouro Nacional		42.391.970	36.488.780
Letras Financeiras do Tesouro		134.617	638.609
Títulos Públicos Estaduais		271.111	274.034
Letras Financeiras do Tesouro Santa Catarina (a)		271.111	274.034
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	5.2.2	842.412	759.172
Instituições Financeiras		16.933	16.386
Certificado de Depósito Bancário		1.329	1.329
(-) Provisão para Perda		(1.329)	(1.329)
Letras Hipotecárias		16.933	16.386
Companhias Abertas		668.643	444.778
Debêntures não-Convertíveis		668.643	444.778
Companhias Fechadas		96.214	194.405
Debêntures Convertíveis		13.581	13.581
(-) Provisão para Perda		(13.581)	(13.581)
Debêntures não-Convertíveis		100.789	172.518
(-) Provisão para Perda		(4.575)	(7.832)
Cédulas de Crédito Imobiliário		107.374	106.271
(-) Provisão para Perda		(107.374)	(106.271)
Certificados Recebimentos Imobiliários		-	29.719
Sociedades de Propósito Específico		60.622	103.603
Debêntures não-Convertíveis		60.622	103.603
AÇÕES	5.2.3	8.950.845	11.275.876
Instituições Financeiras		356	246.363
Companhias Abertas		8.397.537	10.184.189
Sociedades de Propósito Específico		551.766	723.785
Patrocinador(es)		1.186	-
Empréstimo de Ações		-	121.539
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	5.2.4	14.056.807	14.209.600
Renda Fixa		6.373.991	7.004.238
(-) Provisão para Perda		(2.160)	(2.160)
Ações		4.297.221	2.685.704
Multimercado		1.839.796	2.651.439
Direito Creditórios		22.652	39.871
Empresas Emergentes		35.814	54.101
Participações		1.192.150	1.465.356
Imobiliário		297.343	311.051
DERIVATIVOS		-	29
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	5.1.3	4.007.703	4.302.476
Terrenos		11.767	10.108
Aluguéis e Renda		3.976.349	4.291.371
Locadas a Patrocinador(es)		1.337.518	1.347.874
Locadas a Terceiro		2.199.480	2.484.506
Rendas de Participações		439.351	458.991
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários		19.587	997
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		3.060.043	2.950.036
EMPRÉSTIMOS	5.3	3.060.043	2.950.036
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	3.4	-	20.926
OUTROS REALIZÁVEIS	5.4	830.605	796.519
TOTAL DO REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS		74.546.113	71.716.057

(a) Letra Financeira do Tesouro de Santa Catarina - decorre de processo judicial ajuizado pela Petros. Ao longo de 2018 foram efetuados 4 pagamentos desse precatório: R\$ 6.260.031,91, em 23/07/2018; R\$ 2.686.643,00, R\$ 6.610.155,34, e R\$ 8.341.644,25, em 26/11/2018.

O quadro a seguir demonstra o resultado líquido dos investimentos (saldo consolidado):

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	2018	2017
Plano de Benefícios		
Títulos Públicos	5.423.956	3.581.230
Créditos Privados e Depósitos	124.056	71.128
Ações	-1.204.111	981.831
Fundos de Investimento	1.154.497	811.005
Derivativos	66.845	4.843
Investimentos Imobiliários	23.260	-140.615
Empréstimos e Financiamento	377.734	338.243
Exigível Contingencial - Investimentos	16	-6.074
Outros Realizáveis	60.117	794.892
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	(66.708)	(51.739)
TOTAL	5.959.662	6.384.744
Plano de Gestão Administrativas Rendas/Variações Líquidas	65.244	68.631
Títulos Públicos	40.264	27.675
Créditos Privados e Depósitos	1.020	626
Ações	-1.531	-5.640
Fundos de Investimento	25.253	48.594
Derivativos	0	-6
Investimentos Imobiliários	295	-2.553
Empréstimos e Financiamento	0	0
Exigível Contingencial - Investimentos	0	0
Outros Realizáveis	-57	-65
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	0	0
TOTAL	65.244	68.631
TOTAL GERAL	6.024.906	6.453.375

5.1.1 Títulos de renda fixa mantidos até o vencimento

Os títulos classificados como Títulos mantidos até o vencimento foram avaliados a mercado no exercício de 2018 apenas para divulgação, conforme artigo 36º da Resolução CNPC nº29, de 13/04/2018, e estão indicados abaixo:

PLANO/TÍTULOS	CUSTO AMORTIZADO					2018	2017
	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos		
PGA	-	19.730	-	17.878	-	37.609	34.637
NTN-C	-	17.736	-	17.878	-	35.615	32.544
Letra hipotecária	-	322	-	-	-	322	311
Debêntures Simples	-	1.672	-	-	-	1.672	1.782
PLANO MISTO SANASA	-	44.457	32.332	3.203	83.483	163.476	157.177
Debêntures Simples	-	-	974	-	-	974	935
NTN-B	-	44.457	31.358	3.203	83.483	162.502	156.242
PLANO PETROS-2	667.163	1.213.013	1.355.655	479.689	8.218.269	11.933.789	11.590.651
NTN-C	-	64.985	-	65.507	-	130.492	119.240
Letra hipotecária	-	1.182	-	-	-	1.182	1.144
Debêntures Simples	48.107	188.046	-	-	-	236.153	252.660
NTN-B	619.056	958.800	1.355.655	414.182	8.218.269	11.565.962	11.187.888
Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	29.719
PLANO PETROS LANXESS	-	54.697	-	43.098	-	97.795	100.995
NTN-C	-	42.751	-	43.098	-	85.849	78.446
Letra hipotecária	-	779	-	-	-	779	754
Debêntures Simples	-	11.167	-	-	-	11.167	21.795

PLANO/TÍTULOS	MERCADO					2018	2017
	0 - 1 ANO	1 - 5 ANOS	5 - 10 ANOS	10 - 15 ANOS	> 15 ANOS		
PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS	-	8.111	-	6.396	-	14.507	14.990
NTN-C	-	6.347	-	6.396	-	12.743	11.644
Letra hipotecária	-	115	-	-	-	115	111
Debêntures Simples	-	1.649	-	-	-	1.649	3.235
PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS NR	-	203.843	36.387	175.380	-	415.610	-
NTN-C	-	173.981	-	175.380	-	349.361	-
Letra hipotecária	-	3.163	-	-	-	3.163	-
Debêntures Simples	-	26.699	36.387	-	-	63.086	-
PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS R	-	691.368	123.440	594.826	-	1.409.634	-
NTN-C	-	590.095	-	594.826	-	1.184.921	-
Letra hipotecária	-	10.732	-	-	-	10.732	-
Debêntures Simples	-	90.541	123.440	-	-	213.981	-
PLANO PETROS ULTRAFERTIL	-	45.478	-	35.514	-	80.992	84.024
NTN-C	-	35.231	-	35.514	-	70.744	64.644
Letra hipotecária	-	640	-	-	-	640	619
Debêntures Simples	-	9.608	-	-	-	9.608	18.761
PLANO TAPMEPREV	-	91.916	32.972	-	48.484	173.371	181.935
Debêntures Simples	-	913	964	-	-	1.877	1.803
NTN-B	-	91.003	32.008	-	48.484	171.495	180.132
PGA	-	22.703	-	27.138	-	49.841	45.407
NTN-C	-	20.709	-	27.138	-	47.847	43.314
Letra hipotecária	-	322	-	-	-	322	311
Debêntures Simples	-	1.672	-	-	-	1.672	1.782
PLANO MISTO SANASA	-	37.337	46.191	3.636	93.310	180.474	167.961
Debêntures Simples	-	-	1.057	-	-	1.057	951
NTN-B	-	37.337	45.134	3.636	93.310	179.416	167.010
PLANO PETROS-2	626.926	1.170.840	1.591.908	563.242	9.527.282	13.480.198	12.551.177
NTN-C	-	75.879	-	99.433	-	175.312	158.703
Letra hipotecária	-	1.182	-	-	-	1.182	1.144
Debêntures Simples	-	82.541	112.436	-	-	194.978	259.076
NTN-B	626.926	1.011.237	1.479.472	463.809	9.527.282	13.108.727	12.102.535
Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	29.719
PLANO PETROS LANXESS	-	61.863	-	65.419	-	127.282	127.841
NTN-C	-	49.917	-	65.419	-	115.336	104.409
Letra hipotecária	-	779	-	-	-	779	754
Debêntures Simples	-	11.167	-	-	-	11.167	22.678
PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS	-	9.175	-	9.708	-	18.883	18.974
NTN-C	-	7.411	-	9.708	-	17.119	15.497
Letra hipotecária	-	115	-	-	-	115	111
Debêntures Simples	-	1.649	-	-	-	1.649	3.366
PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS NR	-	233.007	38.087	266.210	-	537.304	
NTN-C	-	203.144	-	266.210	-	469.355	
Letra hipotecária	-	3.163	-	-	-	3.163	
Debêntures Simples	-	26.699	38.087	-	-	64.786	
PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS R	-	790.284	129.202	902.887	-	1.822.374	
NTN-C	-	689.011	-	902.887	-	1.591.898	
Letra hipotecária	-	10.732	-	-	-	10.732	
Debêntures Simples	-	90.541	129.202	-	-	219.743	
PLANO PETROS ULTRAFERTIL	-	51.384	-	53.906	-	105.290	106.179
NTN-C	-	41.136	-	53.906	-	95.042	86.038
Letra hipotecária	-	640	-	-	-	640	619
Debêntures Simples	-	9.608	-	-	-	9.608	19.522
PLANO TAPMEPREV	-	99.528	35.913	53.453	-	188.894	193.438
Debêntures Simples	-	926	1.041	-	-	1.966	1.814
NTN-B	-	98.602	34.872	53.453	-	186.928	191.624

A administração da Fundação manifesta a intenção de manter estes títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, os planos de benefícios, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos. Anualmente são elaborados estudos gerenciais internos com software de "gestão de ativos e passivos" (ALM), que simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais, com as necessidades de liquidez dos planos administrados pela Petros, no curto, médio e longo prazos.

5.1.1.1 Demonstramos abaixo a negociação dos Títulos Públicos Federais classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" alienados no exercício.

Estas alienações foram realizadas simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma classificação, com vencimento posterior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados, o que não descaracteriza a intenção da Entidade quando da classificação dos mesmos na referida categoria, conforme Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018.

PAPEL	VENCIMENTO	OPERAÇÃO	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R\$)	RESULTADO APROPRIADO (R\$)
NTN-B	mai/19	Venda	(30)	(97.438)	1.966
NTN-B	ago/20	Venda	(207)	(672.561)	22.677
NTN-B	mai/21	Venda	(85)	(277.969)	9.940
NTN-B	ago/22	Venda	(189)	(603.971)	22.415
NTN-B	mai/23	Venda	(124)	(403.941)	22.370
NTN-B	mai/45	Compra	69	226.736	-
NTN-B	ago/50	Compra	477	1.541.672	-
NTN-B	mai/55	Compra	94	311.150	-
				23.678	79.368

Justificativas em atendimento ao parágrafo 2º do Artigo 32, da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018.

Essas operações de troca de títulos, já contabilizados pelo custo amortizado, foram realizadas em leilões de permuta do Tesouro Nacional e cursadas no Mercado Secundário e exclusivamente no Plano Petros-2, pelos motivos abaixo:

- Mitigação do risco de reinvestimento dos ativos de renda fixa;
- Adequação do prazo dos Títulos Públicos Federais ao fluxo de caixa de longo prazo da PETROS, de acordo com as necessidades de caixa apontadas pela gestão de ativos e passivos;

- Redução do risco de descasamento do indexador mediante a meta atuarial, passivo atuarial.

O Plano Petros-2 (PP2) possui títulos Públicos Federais classificados nas categorias "Mantidos até o Vencimento" e para "Negociação".

A Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os respectivos vencimentos, conforme atestado pelas Diretorias de Investimento e Seguridade.

5.1.1.2 Demonstramos abaixo a negociação dos Títulos Privados classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" alienados no exercício.

Houve alienação de CRI pertencente à carteira do Plano Petros-2:

PAPEL	VENCIMENTO	OPERAÇÃO	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R\$)	RESULTADO APROPRIADO (R\$)
CRI HABITASEC	06/2023	Venda	(73)	29.000	495

A operação de venda do CRI, já contabilizado pelo custo amortizado, foi realizada em plataforma eletrônica e cursada no Mercado Secundário pelos motivos abaixo:

- Verificou-se que a situação do ativo em relação ao momento de compra modificou-se substancialmente, a partir do momento em que a situação financeira do emissor do título deteriorou-se e, conseqüentemente, sua relação risco-retorno.
- O Ativo não estava aderente à Política de Investimentos e a Política de Crédito da Fundação.

A Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os respectivos vencimentos, conforme atestado pelas Diretorias de Investimento e Seguridade.

5.1.2 Ativos sem cotação em Mercado Ativo

A Petros investe, direta e indiretamente, em ações de empresas que não possuem cotação em bolsa de valores e negociação frequente em mercado ativo, assim como em fundos de investimentos estruturados. Tais investimentos são avaliados por meio de modelos de precificação

com a finalidade de apresentar o seu valor justo. Dadas a metodologia e premissas utilizadas nesses modelos, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quando da sua efetiva realização financeira. Eventuais ajustes são reconhecidos, diretamente com o conseqüente efeito no resultado dos planos atrelados a esses investimentos ou por meio do ajuste no valor da cota do fundo investimento.

Segue abaixo as premissas utilizadas para a avaliação dos ativos que se encontram evidenciados na nota 5.2.3:

(i) Invepar S.A

A Invepar é uma das principais empresas de concessões de infraestrutura de transportes do Brasil, com ativos rodoviários, aeroportuários e de mobilidade urbana.

A participação da Petros na Invepar foi avaliada pelo método de fluxo de dividendos descontados (Metodologia DDM), conforme Laudo de Avaliação emitido pelo avaliador independente Rosenberg Investimentos em 28 de dezembro de 2018.

Premissas 2018:

- Foi utilizado o modelo de fluxo de dividendos descontados (DDM) para os ativos do Grupo Invepar, com data base no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2018 da empresa, sendo projetado o valor econômico total para 31 de dezembro de 2018.
- Para as projeções financeiras e operacionais, foram consideradas as informações contidas do orçamento plurianual (PAN18) apresentada pela administração da Companhia.
- Para o cálculo da taxa de desconto, as variáveis possuem a data base de 22 de outubro de 2018.
- Os fluxos foram projetados até o final de todas as concessões, em Reais e em base nominal, descontados pelo custo médio ponderado de capital ("WACC") de cada negócio, sem perpetuidade.
- Taxa de desconto foi baseada na metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM e devido à alavancagem do projeto, foi utilizada uma taxa de desconto ano a ano, alterando-se a estrutura de capital em cada período, refletindo o setor de atuação.
- O valor da Invepar considera a soma das partes de sua participação societária em cada negócio.

(ii) Norte Energia S.A (UHE Belo Monte)

A Norte Energia S.A. é responsável pela construção e operação da maior usina hidroelétrica 100% brasileira: a Usina Hidrelétrica Belo Monte. A Companhia venceu o leilão de concessão em 20 abril de 2010 e o prazo de gerenciamento da Usina pela Norte Energia, definido no contrato de concessão, é de 35 anos.

A Usina Hidrelétrica Belo Monte, instalada no rio Xingu, no Pará, possui capacidade instalada de 11.233,1 MW e quantidade média de geração de energia de 4.571 MW.

A participação da Petros na Norte Energia S.A. foi avaliada pelo método de fluxo de dividendos descontados (metodologia DDM), conforme Laudo de Avaliação emitido pela Rosenberg Investimentos em 28 de dezembro de 2018.

Sob o aspecto de apuração do retorno, a rentabilidade do investimento, no exercício, também foi influenciada pelos eventos de capitalização materializados ao longo de 2018, e que consideraram, dado regimento no Acordo de Acionistas da companhia, o preço de emissão no valor de R\$ 1,00 por ação. A emissão das ações a este valor implicaram em ajustes pontuais de rentabilidade quando da contabilização das novas ações ao seu valor justo.

Premissas 2018:

- Foi utilizada a metodologia de Fluxo de Dividendos Descontados ("DDM") para obter o valor econômico financeiro da NESA, com data base do balanço patrimonial de 30 de setembro de 2018, sendo projetado o valor econômico da empresa para 31 de dezembro de 2018.
- Para as projeções operacionais, foram consideradas as informações contidas do orçamento apresentado pela administração da Companhia:
 - PLD – curva de preço disponibilizada pela Companhia.
 - GSF – com base no orçamento da Companhia.
 - Cronograma de Motorização: Considera UG 08 a 12 entrando em operação em 2018 e UG 13 a 18 ao longo de 2019.
 - Endividamento: BNDES direto e indireto; PSI; e Capital de Giro.
- A avaliação foi realizada com projeções até o término da concessão (2045), sem utilização do valor de perpetuidade.
- Foi considerado todo o planejamento tributário, com base no estudo da EY e premissas internas da Companhia.
- A Companhia goza do benefício da SUDAM atualmente. O benefício resulta em uma redução de 75% das alíquotas de IR/CSLL. O benefício foi considerado até o final da concessão da UHE Belo Monte, em linha com a premissas da administração da Norte Energia.

- Para os dividendos, foi considerada a distribuição (efeito caixa) apenas no mês de junho, dos dividendos já declarados. Foi utilizado 25% do valor mínimo entre (i) o caixa final do período e (ii) os lucros acumulados, respeitando um mínimo de 20 milhões em caixa pós-distribuição.
- Taxa de desconto baseada na metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM e devido à alavancagem do projeto, e da curva de amortização da dívida ao longo do período de concessão, foi utilizada uma taxa de desconto ano a ano, alterando-se a estrutura de capital em cada período.

(iii) Litel Participações S.A

Para fins de avaliação do valor justo do investimento na Litel Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, relacionamos a seguir os fatores que foram considerados na análise efetuada pela Administração da Petros:

Diante da significativa redução da estrutura societária da Vale S.A. e considerando que uma parcela das ações detidas por Litel em Vale encontra-se livre para negociação, bem como a fim de conferir maior transparência ao valor justo do investimento considerado para fins contábeis, desde 31/12/17, a Petros passou a considerar em sua metodologia de apuração das suas ações de LITEL, o preço de fechamento das ações ON da Vale, no último dia útil de cada mês, e quando aplicável, eventuais ajustes patrimoniais, com base nas demonstrações financeiras, são considerados para ajustar o valor justo do investimento.

(iv) Eldorado Brasil e Celulose S.A (FIP Florestal)

Em 05 de fevereiro de 2018, foi finalizada a alienação de cotas do FIP Florestal à CA Invest. Nessa etapa, foi transferida a totalidade das quotas detidas pela Petros no FIP Florestal, inicialmente bloqueadas por força da Instrução CVM 476, que limitava a negociação de quotas subscritas em prazo inferior a 90 (noventa) dias. Na ocasião, foi transacionado 0,025% do capital do Fundo, resultando no recebimento de R\$ 19,5 mil.

Agregado ao valor dos demais recebimentos pela Petros relacionados à operação de venda da participação indireta no capital da Eldorado (primeira etapa concluída em 12 de dezembro de 2017), esta Fundação recebeu R\$ 665,7 milhões versus o investimento de R\$ 273 milhões.

Em 26 de janeiro de 2018, foi contratada, pela PETROS, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI com o objetivo de atestar, a partir das melhores práticas contábeis, se os números apresentados eram íntegros, precisos e valorados de acordo com as técnicas adequadas.

Em 22 de fevereiro de 2018, como resultado ao referido trabalho, a FIPECAFI encaminhou Nota Técnica concluindo que o ajuste a menor de R\$ 63,1 milhões foi corretamente apurado e, portanto, diante da participação indireta da Petros no capital da Eldorado (8,53%), foi realizada a restituição à CA Invest em aproximadamente R\$ 5,5 milhões (ocorrida em 07/03/2018).

Portanto, ao todo, o valor do desinvestimento, após ajuste supracitado, foi de R\$ 660.239 mil.

(v) Multiner S.A (FIP Multiner)

Em 31 de outubro de 2017, o administrador do FIP Multiner (Planner Corretora) reprecificou as cotas do Fundo com base em laudo de avaliação econômico-financeira, elaborado pelo avaliador independente Thoreos. O avaliador utilizou como referência, para elaborar o valuation, a posição patrimonial em dezembro/2016, e demais informações disponibilizadas pelas investidas até agosto/2017.

Como resultado do trabalho realizado, o avaliador independente Thy-mos alcançou o valor de R\$ 55,7 milhões para os investimentos do FIP Multiner. Ao longo de 2018, o FIP passou por processo de substituição do Gestor, efetivamente concluído em setembro de 2018, com a contratação da Polo Capital para o exercício da função.

Na sequência, em novembro de 2018, foi contratado novo avaliador independente (Thymos) para a elaboração de novo Laudo de Avaliação

(e consequente nova precificação da carteira). Após sua conclusão, o mesmo deverá ser encaminhado, ao Administrador, para nova atualização do valor do investimento.

(vi) Sete Brasil Participações S.A (FIP Sondas)

Na posição de 31 de dezembro de 2018, o administrador manteve a provisão de perdas de 100% do valor do investimento realizado, já observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Encontra-se em curso arbitragem do dito ativo.

(vii) IRB-Brasil Resseguros S.A (FIP Caixa Barcelona)

Em 31 de julho de 2017, foi realizada a abertura de capital do IRB-Re, tendo o FIP Caixa Barcelona negociado 6.864.000 ações ordinárias (oferta base), o que representa 2,2% do capital social da Companhia, culminando na entrada de recursos no Fundo na ordem de R\$ 184 milhões. Em relação ao processo de deliberação da estratégia de desinvestimento parcial do Fundo, em que o Gestor propôs, por maioria foi aprovada a alienação de 7.792.452 ações de emissão do IRB-Re de titularidade do Fundo, quer seja, totalidade das ações não vinculadas, sendo 6.864.000 na oferta base e 928.452 no lote suplementar (green shoe), resultando-se na redução de participação do Fundo no capital social do IRB-Re de 9,9% para 7,4%.

Em relação à precificação das ações do IRB-Re detidas pelo FIP Caixa Barcelona, a partir do IPO da companhia, o critério de marcação a mercado recai sobre o valor de fechamento das ações ordinárias do IRB-Re, na B3, uma vez que as mesmas possuem cotação diária visto a listagem em bolsa do ativo.

Ultrapassados os períodos de lock-up estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, após a abertura de capital e início da negociação das ações do IRB-Re na B3, foi realizada, em 22 de novembro de 2018, a amortização de cotas por meio de transferência de 13.591.248 ações emitidas pelo IRB, detidas pelo Fundo, aos cotistas de forma proporcional a sua participação, conforme deliberado em Assembleia Geral de Cotistas (AGC), ocorrida em 24/04/2018.

Para a transferência, foi utilizada a cotação do dia 22/11/2018, no valor de R\$ 73,89/ação, de maneira que o total amortizado representou o montante financeiro de R\$ 1.004 milhões.

Tal transferência de ações aos cotistas totalizou o equivalente a 4,36% de participação do capital do IRB detido pelo Fundo (que permanece com 3,00% do total das ações da Companhia, ainda vinculadas ao Acordo de Acionistas).

A participação indireta da Petros passou de 1,84% para 0,75% do capital total da Companhia, representando uma redução de 1,09 p.p.

5.1.3 Investimentos Imobiliários

Carteira de imóveis e impacto da reavaliação de imóveis.

DESCRIÇÃO	TOTAL 2018	TOTAL 2017	EMPRESA AVALIADORA	DATA DA AVALIAÇÃO
TERRENOS	11.767	10.108		
Iguatemi Fortaleza T	11.767	10.108	C	27/12/2018
ALUGUÉIS E RENDAS	3.965.748	3.760.850		
Locadas a Patrocinador (es)	1.333.008	1.311.756		
Conjunto Pituba	79.657	85.004	B	19/06/2018
Conjunto Pituba - Ampliação	914.000	883.361	B	20/06/2018
Edifício Ouro Negro Patroc	51.792	54.080	A	31/10/2018
Edifício Paulista 500	13.213	13.600	A	30/09/2018
Horta Barbosa	247.441	246.029	B	05/07/2018
Porto Brasília - 2º E 3º Andares	26.905	29.682	A	12/04/2018
Locadas a Terceiros	2.193.397	2.044.282		
Business Park Jundiá-Itupeva	377.180	374.412	B	05/07/2018
Centro Comercial E Empresarial Jubran	102.835	-	A	07/11/2018
Centro Empres. S.P.	38.940	38.397	B	30/03/2018
Centro Empres. Varig	34.087	16.271	C	05/10/2018
CENTRO EMPRESARIAL ARAGUAIA II	82.133	102.994	C	27/12/2018
CENTRO SÉCULO XXI	622	-	B	18/06/2018
Cond Indl Log Alfredo Braz	37.974	-	A	10/04/2018
Condomínio Centro Logístico Raposo	386.391	455.784	B	31/10/2018
Condomínio Empresarial Rodoanel	77.910	-	A	28/09/2018
Continental Square	76.503	69.044	B	24/09/2018
Ed. Petros-Loja	15.620	-	A	16/10/2018
Edifício Ouro Negro Terc.	30.976	32.406	A	31/10/2018
Hiper Bompreço Bahia	49.000	49.000	B	31/07/2018

DESCRIÇÃO	TOTAL 2018	TOTAL 2017	EMPRESA AVALIADORA	DATA DA AVALIAÇÃO
Hiper Bompreço Natal	63.735	-	C	28/11/2018
Hiper Bon Marche	11.700	-	B	24/07/2018
Hiper Casa Forte	87.890	86.460	B	23/07/2018
Lavrado 162	82.105	92.922	B	09/07/2018
Monteiro Lobato	-	19.424	B	30/05/2018
OAB	7.642	-	B	04/04/2018
Park Avenue *	394	849	B	30/06/2018
Paulista 500 *	90.926	94.885	A	30/09/2018
Porto Brasilis	173.851	191.897	A	12/04/2018
Rio Office Park - 4	2.857	1.330	B	15/08/2018
Rio Office Park 5	16.487	14.493	B	15/08/2018
Sao Luiz (Torre IV)	-	45.696	-	-
São Paulo Headquarters I	321.462	358.018	B	03/12/2018
Tendtodo	24.178	-	A	21/06/2018

RENTA DE PARTICIPAÇÕES	439.342	404.812		
Iguatemi Fortaleza + Expansão	239.630	249.362	C	27/12/2018
Shopping Del Rey	60.912	5.900	C	03/10/2018
Shopping Vitória + Expansão	138.800	149.550	B	07/07/2018

DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	19.589	997		
Park Avenue - Unidades Alienadas	1.029	997		
Centro Empresarial VARIG - Unidades Alienadas	4.684	-		
Centro Século XXI - Unidades Alienadas	13.379	-		
ROP 4 - Unidades Alienadas	372	-		
ROP 5 - Unidade Alienada	123	-		

TOTAL	3.997.102	3.771.955		
--------------	------------------	------------------	--	--

Avaliadores:

A – Câmara de Consultores Associados S.A Ltda
B – FIDE Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda
C – UON Consultoria Técnica Ltda

DESCRIÇÃO	REF.	PPSP - R	PPSP - NR	NITRIFLEX/ LANXESS	ULTRAFÉRTIL	LANXESS	PETROS-2	PGA	2018
TERRENOS		9.088	2.679	-	-	-	-	-	11.767
Iguatemi Fortaleza T		9.088	2.679						11.767
ALUGUÉIS E RENDAS		2.736.697	806.885	12.433	27.990	55.187	321.948	4.607	3.965.748
Locadas a Patrocinador (es)		1.029.478	303.530	-	-	-	-	-	1.333.008
Conjunto Pituba		61.519	18.138	-	-	-	-	-	79.657
Conjunto Pituba - Ampliação		705.879	208.121	-	-	-	-	-	914.000
Edifício Ouro Negro Patroc		39.999	11.793	-	-	-	-	-	51.792
Edifício Paulista 500		10.205	3.009	-	-	-	-	-	13.213
Horta Barbosa		191.098	56.343	-	-	-	-	-	247.441
Porto Brasilis - 2º E 3º Andares		20.778	6.126	-	-	-	-	-	26.905
Locadas a Terceiros		1.410.340	415.823	12.262	26.803	17.352	310.675	143	2.193.397
Business Park Jundiá-Itupeva		291.295	85.885	-	-	-	-	-	377.180
Centro Comercial E Empresarial Jubran		-	-	-	-	-	102.835	-	102.835

DESCRIÇÃO	REF.	PPSP -R	PPSP -NR	NITRIFLEX/ LANXESS	ULTRAFÉRTIL	LANXESS	PETROS-2	PGA	2018
Centro Empres. S.P.		30.073	8.867	-	-	-	-	-	38.940
Centro Empres. Varig	5	11.864	3.498		9.432	9.293			34.087
Centro Empresarial Araguaia II		63.431	18.702	-	-	-	-	-	82.133
Centro Século XXI	6	-	-	-	622	-	-	-	622
Cond Indl Log Alfredo Braz		-	-	-	-	-	37.974	-	37.974
Condomínio Centro Logístico Raposo		298.409	87.982	-	-	-	-	-	386.391
Condomínio Empresarial Rodoanel		-	-	-	-	-	77.910		77.910
Continental Square		59.083	17.420	-	-	-	-	-	76.503
Ed. Petros-Loja		-	-	-	15.620	-	-	-	15.620
Edifício Ouro Negro Terc.		23.923	7.053	-	-	-	-	-	30.976
Hiper Bompreco Bahia		37.843	11.157	-	-	-	-	-	49.000
Hiper Bompreco Natal		-	-	-	-	-	63.735	-	63.735
Hiper Bon Marche		-	-	11.700	-	-	-	-	11.700
Hiper Casa Forte		67.877	20.013	-	-	-	-	-	87.890
Lavradio 162		63.409	18.696	-	-	-	-	-	82.105
Monteiro Lobato	7	-	-	-	-	-	-	-	-
OAB		-	-	-	-	7.642	-	-	7.642
Park Avenue *	2	304	90	-	-	-	-	-	394
Paulista 500 *		70.222	20.704	-	-	-	-	-	90.926
Porto Brasília		134.264	39.586	-	-	-	-	-	173.851
Rio Office Park - 4	3	226	67	562	444	417	999	143	2.857
Rio Office Park 5	4	9.852	2.905	-	686	-	3.044	-	16.487
Sao Luiz (Torre IV)	1	-	-	-	-	-	-	-	-
São Paulo Headquarters I		248.264	73.198	-	-	-	-	-	321.462
Tenduto		-	-	-	-	-	24.178	-	24.178
RENTA DE PARTICIPAÇÕES		296.880	87.532	171	1.187	37.836	11.273	4.464	439.342
Iguatemi Fortaleza + Expansão		185.066	54.565	-	-	-	-	-	239.630
Shopping Del Rey		4.620	1.362	171	1.187	37.836	11.273	4.464	60.912
Shopping Vitoria + Expansão		107.195	31.605	-	-	-	-	-	138.800
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		1.685	497	-	13.379	3.780	123	123	19.587
Park Avenue - Unidades Alienadas		795	234	-	-	-	-	-	1.029
Centro Empresarial VARIG - Unidades Alienadas		890	263	-	-	3.531	-	-	4.684
Centro Século XXI - Unidades Alienadas		-	-	-	13.379	-	-	-	13.379
ROP 4 - Unidades Alienadas		-	-	-	-	249	123	-	372
ROP 5 - Unidade Alienada		-	-	-	-	-	-	123	123
TOTAL GERAL		2.747.470	810.062	12.433	41.368	58.967	322.072	4.730	3.997.102

* Unidades transferidas de Locadas a Patrocinadoras para Locadas a Terceiro no Exercício 2018

(1) As unidades 24, 34, 44, 54, 64, 74, 94, 104, 114, 124, 134 e 144 do Ed. São Luiz, foram alienadas em 08 de fevereiro de 2018, pelo valor de R\$ 89.680, impactando o resultado R\$ 1.644 negativamente.

(2) As unidades 702, 703 e 1003 do Park Avenue foram alienadas em 05 de fevereiro de 2018, pelo valor de R\$ 306, impactando o resultado R\$ 36 positivamente.

(3) As lojas 103 a 109 do Rio Office Park 4 foram alienadas em 13 de agosto de 2018, pelo valor de R\$ 1.705, impactando o resultado R\$ 695 positivamente.

(3) A unidade 330 do Rio Office Park 4 foi alienada em 30 de agosto de 2018, pelo valor de R\$ 176, impactando o resultado R\$ 15 negativamente.

(4) A loja 116 do Rio Office Park 5 foi alienada em 30 de agosto de 2018, pelo valor de R\$ 171,5, impactando o resultado R\$ 3,5 negativamente.

(3) As lojas 110 e 111 do Rio Office Park 4 foram alienadas em 13 de setembro de 2018, pelo valor de R\$ 303,5, impactando o resultado R\$ 4,5 positivamente.

(5) A unidade 1402 e 602 do Centro Empresarial Varig foram alienadas em 28 de setembro de 2018, pelo valor de R\$ 5.727, impactando o resultado R\$ 272,60 positivamente.

(6) A unidade 604, 2601 e 2701 do Centro Século XXI foram alienadas em 04 de outubro de 2018, pelo valor de R\$ 7.362, impactando o resultado R\$ 310 positivamente.

(2) A unidade 806 do Park Avenue foi alienada em 04 de outubro de 2018, pelo valor de R\$ 180, impactando o resultado R\$ 17 positivamente.

(6) As unidades 2501, 2801 e 2901 do Centro Século XXI foram alienadas em 18 de outubro de 2018, pelo valor de R\$ 9.968, impactando o resultado R\$ 608 positivamente.

(7) A totalidade do Ed. Monteiro Lobato foi alienada em 14 de novembro de 2018, pelo valor de R\$ 18.550, impactando o resultado R\$ 604,6 negativamente.

5.1.4 Provisões para crédito de liquidação duvidosa e recuperabilidade de investimentos

As provisões foram constituídas considerando a inadimplência dos emissores e contrapartes, de acordo com os critérios definidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, nas análises de crédito realizadas pela Petros e laudos de avaliações de investimentos.

O total das provisões em 31 de dezembro de 2018 monta a R\$ 1.589.682 (R\$ 948.603 em 31 de dezembro de 2017), conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	2018 Provisão	2017 Provisão
Certificado Cédula de Crédito Bancário	52.648	52.648
Debêntures	64.729	64.729
Certificados de Recebíveis Imobiliários	79.815	80.532
Cédula de Crédito Bancário	289.296	327.988
Cédula de Crédito Imobiliário (*)	410.296	419.217
Ações	602.334	-
Outros	90.564	3.489
TOTAL	1.589.682	948.603

(*) O valor total da CCI foi ajustado em 2017 para refletir a provisão correta dos títulos.

Em 2016, alguns ativos totalmente provisionados para perda foram transferidos para Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados (FIDCs). A estratégia de cobrança/recuperação desses ativos resultou na recuperação, líquida de despesas, do montante de R\$ 41.897 mil em 2018 (R\$ 2.302 mil em 2017). Além dos FIDC-NPs, a estratégia de cobrança/recuperação dos demais fundos de crédito resultou na recuperação, líquida de despesas, do montante adicional de R\$ 27.269 mil em 2018 (R\$ 0,00 em 2017). Em 2018, a Petros recebeu R\$ 91 milhões referentes aos créditos que entraram em default no passado, resultado da estratégia de cobrança e execução das dívidas, bem como das garantias das operações.

A Fundação constituiu Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa para os Investimentos Imobiliários (Aluguéis) e Empréstimos, conforme tabela abaixo:

Descrição	2018	2017
Investimentos Imobiliários	20.224	10.254
Locadas a Patrocinadores	32	131
Locadas a Terceiros	20.192	10.123
Operações com Participantes (Empréstimos)	23.379	14.552
Planos de Benefício Definido	13.829	8.374
Planos de Contribuição Definida / Variável	9.550	6.178
TOTAL	43.603	24.806

O critério de constituição das provisões é estabelecido pela Instrução MPS/SPC N°34, de 24/09/2009, que estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências. Transcrevemos abaixo o item 11 da referida instrução que define tal critério:

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos: a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias; b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias; c) 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

5.2 Carteira de Investimentos de Títulos de renda fixa e variável por Plano de Benefícios

5.2.1 Títulos Públicos

	PLANOS DE BENEFÍCIOS										2018
	PETROS SISTEMA PETROBRAS NR	PETROS SISTEMA PETROBRAS R	PETROS NITRILFEX / LANXESS	PETROS LANXESS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PETROS-2	MISTO SANASA	TAPMEPREV	PGA		
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	5.636.229	20.504.112	70.156	488.481	214.209	14.790.358	194.216	231.089	397.736	42.526.587	
Nota do Tesouro Nacional C	349.361	1.184.921	12.743	85.849	70.744	130.492	-	-	35.615	1.869.725	
Notas do Tesouro Nacional B	5.086.955	18.695.944	50.753	402.632	143.465	13.536.302	191.254	223.436	274.005	38.604.747	
Notas do Tesouro Nacional F	199.913	623.246	2.839	-	-	1.091.500	-	-	-	1.917.498	
Letra Financeira do Tesouro	-	-	3.822	-	-	32.065	2.963	7.653	88.116	134.618	
TÍTULOS PÚBLICOS ESTADUAIS	50.044	169.735	1.854	12.484	10.675	18.686	-	-	7.632	271.111	
Valores a Receber (LFT-SC)	50.044	169.735	1.854	12.484	10.675	18.686	-	-	7.632	271.111	
TOTAL	5.686.274	20.673.846	72.011	500.965	224.884	14.809.045	194.216	231.089	405.368	42.797.698	

5.2.2 Créditos e Depósitos

	PETROS SISTEMA PETROBRAS NR	PETROS SISTEMA PETROBRAS R	PETROS NITRILFEX/ LANXESS	PETROS LANXESS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PETROS-2	MISTO SANASA	TAPMEPREV	PGA	2018
CREDITOS PRIVADOS E DEPOSITOS	94.574	320.780	8.655	15.677	13.323	380.036	1.213	2.278	5.877	842.412
LETRAS HIPOTECÁRIAS	3.163	10.732	115	779	640	1.182	-	-	322	16.933
LH	3.163	10.732	115	779	640	1.182	-	-	322	16.933
DEBENTURES	91.411	310.048	8.540	14.898	12.682	378.854	1.213	2.278	5.555	825.479
TERMO PERNAMBUCO	-	-	-	-	-	40.521	-	-	-	40.521
PETROBRAS	-	-	-	-	-	49.840	247	365	-	50.452
MRV	5.063	17.185	-	-	-	10.051	-	64	-	32.362
CIA VALE DO RIO DOCE	15.185	51.502	554	3.731	3.075	5.672	-	-	1.548	81.267
SONAE SIERRA	-	-	-	-	-	33.125	439	279	-	33.843
TERMO BAHIA	11.244	38.137	407	2.744	2.342	4.101	-	-	1.672	60.648
BR TOWERS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAIZEN	10.954	37.153	-	-	-	48.107	-	-	-	96.214
INVEPAR	25.053	85.000	6.338	-	-	-	-	-	-	116.391
LJS AMERICANAS	4.500	15.251	1.241	8.422	7.266	19.751	-	-	-	56.432
LJS AMERICAN	6.271	21.254	-	-	-	4.118	289	255	-	32.187
CCR	7.053	23.921	-	-	-	14.137	-	97	611	45.819
ECORODOVIAS	1.247	4.232	-	-	-	2.497	6	18	113	8.113
SABESP	4.839	16.412	-	-	-	11.007	-	55	382	32.695
RIO PARANAPANEMA	-	-	-	-	-	41.691	140	97	1.230	43.158
COMGÁS	-	-	-	-	-	47.594	-	-	-	47.594
LOCALIZA	-	-	-	-	-	26.441	92	133	-	26.667
SANTO ANTONIO 1	-	-	-	-	-	13.706	-	913	-	14.619
SANTO ANTONIO 2	-	-	-	-	-	6.497	-	-	-	6.497

5.2.3 Ações

	PETROS SISTEMA PETROBRAS NR	PETROS SISTEMA PETROBRAS R	PETROS NITRILFEX / LANXESS	PETROS LANXESS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PETROS-2	PGA	2018
AÇÕES	1.715.592	5.849.604	34.996	236.244	199.040	761.484	153.884	8.950.845
VALE ON	21.459	72.783	778	5.237	4.469	7.826	3.192	115.744
BRFOODSON	411.390	1.395.305	5.949	40.686	32.616	126.713	20.609	2.033.268
LITEL ON	666.788	2.261.533	24.161	162.737	138.877	243.164	99.173	3.596.433
INVEPAR PN	165.601	561.667	-	-	-	39.882	14.858	782.009
NORTE ENERGIA ON	194.266	658.890	-	-	-	-	-	853.156
INVEPAR ON	82.801	280.834	-	-	-	19.941	7.429	391.005
TOTVS ON	99.176	336.374	-	-	-	-	-	435.550
BRASKEMON	16.277	55.205	594	4.000	3.296	6.080	1.659	87.111
TERMOBAHIA ON	221	751	8	55	45	83	22	1.186
NEWTEL ON	85	287	3	21	17	32	9	454
LITEL PNA	6	19	0	2	1	2	1	30
IRBRASIL ON	-	-	-	-	-	283.581	-	283.581
MARCOPOLO PN	77.380	262.448	-	-	-	-	-	339.828
COELCE PNA	26.663	90.433	973	6.552	5.399	9.960	2.718	142.698
PARANAPANEMA ON	6.543	33.450	360	2.424	1.997	3.684	1.005	49.464
FRAS-LE ON	8.744	29.657	323	2.176	1.793	3.307	903	46.902
INDS. ROMI ON	4.506	38.810	-	-	-	-	-	43.316
RECIBO TELES	1.420	4.818	52	349	288	531	145	7.602
DIMED ON	7.119	24.145	-	-	-	9.347	332	40.942
TELEFÔNICA PN	26	88	1	6	5	10	3	139
KEPLERWEBER	3.393	11.509	-	-	-	4.455	159	19.516
TELEBRAS PN	10	32	0	2	2	4	1	51
DIR. SUBSC. MARCOPOLO	388	1.317	-	-	-	-	-	1.705
PROVISÃO PARA PERDA	-132.357	-448.911	-	-	-	-15.348	-5.718	-602.334
PROVENTOS A RECEBER	52.529	178.161	1.795	11.997	10.234	18.231	7.386	280.332
VALORES À RECEBER / ORDEM DE VENDA	1.156	-	-	-	-	-	-	1.156

5.2.4 Fundo de Investimentos

FUNDOS DE INVESTIMENTOS														
	1.488.970	5.551.052	4.836.191	313.250	202.158	268.683	95.278	8.566	41.505	73.123	28.432	9.022	1.140.576	14.056.807
RENDA FIXA	762.805	3.089.003	1.691.218	178.032	172.379	28.128	38.909	8.268	22.682	33.392	28.432	9.022	134.306	6.196.575
FP CARTEIRA ATIVA	-	1.546.811	947.893	11.695	7.348	17.904	33.652	-	14.754	27.671	-	-	100.466	2.708.193
LIQUIDEZ	762.300	1.540.445	743.214	166.211	164.891	10.179	5.258	8.268	7.917	5.721	28.432	9.022	33.841	3.485.698
MATCHDI	211	750	-	53	77	-	-	-	-	-	-	-	-	1.091
SINERGIA	294	997	110	73	63	45	-	-	11	-	-	-	-	1.593
MULTIMERCADO	447	1.515	582	100.371	-	178.586	25.707	298	9.560	33.896	-	-	969.128	1.320.090
FIM JUPITER	-	-	-	-	-	-	-	298	-	-	-	-	-	298
GERAÇÃO FUTURO	228	773	299	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	1.311
ATLANTIS	219	742	283	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	1.254
MODERADO	-	-	-	100.371	-	178.565	25.707	-	9.560	33.896	-	-	969.128	1.317.227
CRÉDITO	112.587	381.860	179.570	-	-	16.746	-	-	4.089	111	-	-	-	694.963
WESTERN PREV STRUCTURED CREDIT II	-	-	36.990	-	-	-	-	-	-	111	-	-	-	37.101
CRONOS	-	-	101.521	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.521
FIM CREDITO	103.137	349.807	37.613	-	-	15.340	-	-	3.745	-	-	-	-	509.642
Brasil Plural FRC PETROS	382	1.294	139	-	-	57	-	-	14	-	-	-	-	1.886
FICaixa Petros Habitacional	3.625	12.294	1.322	-	-	539	-	-	132	-	-	-	-	17.912
Canvas FRC PETROS	516	1.749	188	-	-	77	-	-	19	-	-	-	-	2.549
FI RF Petros Cred. Priv. Recuperacao BR	2.842	9.639	1.036	-	-	423	-	-	103	-	-	-	-	14.044
FI RF Petros Crédito Priv. Recuperacao	947	3.211	345	-	-	141	-	-	34	-	-	-	-	4.678
Polo Rec. Crédito Petros	1.139	3.864	415	-	-	169	-	-	41	-	-	-	-	5.630
DIREITOS CREDITÓRIOS	3.004	10.188	8.206	525	433	218	-	-	78	-	-	-	-	22.652
FIDC VINCI ENERGIA	-	-	7.089	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.089
BR PLURAL I	372	1.261	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.633
BR PLURAL II	282	957	105	69	57	29	-	-	10	-	-	-	-	1.511
Trendbank	25	86	10	6	5	3	-	-	1	-	-	-	-	136
MULT ITALIA	33	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	146
MULTISET BVA	280	948	104	69	57	29	-	-	10	-	-	-	-	1.496
MULT BVA II	33	111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144
MULT BVA III	26	88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114
Polo Recuperação de Crédito	329	1.117	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.447
II Polo Recuperação de Crédito	1.551	5.260	579	381	314	158	-	-	57	-	-	-	-	8.299
III Polo Recuperação de Crédito	73	246	319	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	638

	PETROS SISTEMA PETROBRAS NR	PETROS SISTEMA PETROBRAS-2	PETROS LANXESS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PGA	TAPMEPREV	PETROS COPESUL	PETROS NITRILFEX /LANXESS	MISTO SANASA	PETROS PQU BRASKEM	PLANOS CDS	2018	
AÇÕES	367.704	1.246.261	2.583.410	878	749	24.560	30.662	-	130	5.724	-	37.142	4.297.221
FIA BR PLURAL	-	-	12.740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.740
IP SELECAO	116.294	394.490	169.782	-	-	9.297	-	-	-	-	-	-	689.863
FP Ibovespa FIA	-	-	1.213.806	-	-	164	30.662	-	-	-	-	-	1.244.633
FIA FRANK, TEMPLE- TON Total Return	59.180	200.547	299.495	-	-	3.452	-	-	1.558	-	-	10.037	574.268
FIA NEO Total Return	26.699	90.452	136.843	-	-	1.565	-	-	703	-	-	4.626	260.887
FIA XP Total Return	26.425	89.537	142.546	-	-	1.709	-	-	711	-	-	4.587	265.516
FIA STUDIO Total Return	28.462	96.431	144.922	-	-	1.646	-	-	751	-	-	4.933	277.145
FIA BAHIA Total Return	26.639	90.254	67.619	-	-	1.557	-	-	-	-	-	-	186.069
FIA SANTANDER Total Return	16.665	56.447	81.015	-	-	963	-	-	406	-	-	2.631	158.127
FIA WESTERN Total Return	15.543	52.644	76.590	-	-	900	-	-	393	-	-	2.518	148.587
FIA INDIE Total Return	15.722	53.252	78.389	-	-	909	-	-	400	-	-	2.612	151.285
FIA ARX Total Return	16.724	56.647	81.616	-	-	957	-	-	416	-	-	2.687	159.048
FIA BNP PARIBAS Total Return	15.754	53.359	76.736	-	-	906	-	-	386	-	-	2.512	149.652
FIA ENERGIA SP (a)	417	1.414	152	102	87	62	-	-	15	-	-	-	2.248
FIA LEBLON	3.180	10.787	1.160	776	662	473	-	-	115	-	-	-	17.154
EMPRESAS EMERGENTES	8.122	27.549	52	35	30	21	-	-	5	-	-	-	35.814
FIPAC	139	471	52	35	30	21	-	-	5	-	-	-	753
EMPRENDEDOR	7.169	24.315	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.484
JARDIM BOTA	815	2.763	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.577
PARTICIPAÇÕES	179.071	607.351	252.097	30.459	26.045	18.621	-	-	4.524	-	-	-	1.118.168
Brasil Energia	35.488	120.363	13.251	8.853	7.570	5.412	-	-	1.315	-	-	-	192.252
Infrabrazil Senior	12.109	41.071	4.522	3.021	2.583	1.847	-	-	449	-	-	-	65.601
Logística Brasil	26.770	90.796	9.996	6.678	5.710	4.083	-	-	992	-	-	-	145.025
Energia PCH	20.806	70.569	7.769	5.190	4.438	3.173	-	-	771	-	-	-	112.717
Investidores Institucionais	- 17	- 56	- 6	- 4	- 4	- 3	-	-	- 1	-	-	-	- 90
AG Angra	26.940	91.372	10.059	6.721	5.747	4.109	-	-	998	-	-	-	145.946
FIP Barcelona	-	-	195.454	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195.454
FIPAC 2	-	-	11.007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.007
Polo II	-	-	65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65
Brasil Mezanino	173	588	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	762
Investidores Institucio- nais III	4.279	14.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.792
Caixa Ambiental	1.516	5.140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.656

	PETROS SISTEMA- MA PETROBRAS NR	PETROS SISTEMA PE- TROBRAS R	PETROS-2 LANXESS	PETROS ULTRAFÉRTIL	PGA TAPMEPREV	PETROS COPESUL	PETROS NITRILFEX /LANXESS	MISTO SANASA	PETROS PQU BRASKEM	PLANOS CDS	2018
Brasil Governança	12.407	42.080	-	-	-	-	-	-	-	-	54.486
Global Equity	- 2.283	- 7.742	-	-	-	-	-	-	-	-	- 10.025
Agronegócio	27.549	93.439	-	-	-	-	-	-	-	-	120.988
CRP VII	3.144	10.662	-	-	-	-	-	-	-	-	13.805
BR Sustentabilidade	5.623	19.070	-	-	-	-	-	-	-	-	24.693
Modal Oleo e Gas	- 474	- 1.608	-	-	-	-	-	-	-	-	- 2.082
FIP Sondas	- 53	- 181	- 18	-	-	-	-	-	-	-	- 253
FIP BR Óleo e Gás	100	340	-	-	-	-	-	-	-	-	440
FIP Brasil Petróleo I	611	2.073	-	-	-	-	-	-	-	-	2.685
FIP Riviera	8.879	30.114	-	-	-	-	-	-	-	-	38.993
FIP Bioenergia (b)	- 4.497	- 15.252	-	-	-	-	-	-	-	-	- 19.749
IMOBILIÁRIO	38.385	130.189	121.056	2.523	1.804	-	438	-	-	-	297.343
PANAMBY	8.041	27.272	3.002	1.715	1.226	-	298	-	-	-	43.561
CONTINENTAL SQUARE	3.784	12.836	1.413	807	577	-	140	-	-	-	20.502
RB CAPITAL	26.559	90.081	116.640	-	-	-	-	-	-	-	233.280
OUTROS VALORES A RECEBER	16.846	57.136	-	-	-	-	-	-	-	-	73.982
VALE FLORESTAR	16.846	57.136	-	-	-	-	-	-	-	-	73.982

a) A Petros iniciou seu investimento no Energia São Paulo FIA em 1997, quando ocorreu o leilão de privatização da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista"), distribuidora de energia elétrica, localizada no estado de São Paulo. O investimento foi realizado por meio de um fundo de ações que, por sua vez, adquiriu ações da empresa Bonaire Part. S.A., adquirente das ações da CPFL Paulista.

Em janeiro de 2017, a Petros e demais acionistas controladores da CPFL alienaram as ações vinculadas ao controle da companhia à State Grid, e, posteriormente, ao final do mesmo ano, venderam o restante da participação acionária na CPFL, por meio da "OPA de Alienação de Controle".

Em 31 de dezembro de 2018 se esgotou o prazo de duração do Energia São Paulo FIM, conforme definido em seu regulamento, tendo a sua liquidação ocorrido em 07 de janeiro de 2019 mediante a transferência das ações da Bonaire para os seus cotistas na mesma proporção de participação no referido fundo.

Desse modo, a participação acionária da Petros, na Bonaire passou a ser 15.198.071 ações ON

(b) FIP Bioenergia – A ausência de DFs do FIP é explicada, essencialmente, (i) pela ausência de DFs da única Companhia Investida e (ii) pela ausência de caixa, no Fundo, para a contratação de Auditoria Independente. Ambas as questões, que possuem extenso histórico, estão sendo encaminhadas para solução, dentro das limitações que existem no FIP Bioenergia.

Por um lado, começando pelo segundo ponto, a ausência de caixa no FIP está começando a ser solucionada neste início de 2019, com um aporte recém realizado e outro já em discussão para ocorrer no curto prazo. Já com relação à Companhia Investida, a mesma está arrendada para um terceiro, motivo pelo qual fica prejudicado, nesse momento, o acesso à informações fidedignas sobre os números. Cumpre destacar que o Patrimônio Líquido do FIP está negativo. Tal fato, por sua vez, é explicado (i) pela provisão integral da única Companhia Investida – dada a falta de perspectiva sobre a geração de valor no momento do desinvestimento, (ii) pelo provisionamento do Passivo Trabalhista da Companhia Investida e (iii) pelo provisionamento de Contas a Pagar, decorrentes da ausência de caixa. O provisionamento do Passivo Trabalhista foi realizado com base em um relatório de diligência jurídica, emitido no 2º semestre de 2017. Decorrido mais de 1 ano, o Passivo Trabalhista deverá ser atualizado, para consequente atualização do Patrimônio Líquido do Fundo. O motivo de tal atualização não ter ocorrido até agora foi, justamente, a ausência de caixa do FIP – que está começando a ser solucionada. Sendo assim, informamos que, embora não seja possível precisarmos o valor do Patrimônio Líquido do FIP Bioenergia em 31 de dezembro de 2018, o valor em carteira é melhor estimativa existente dentro do contexto narrado. O PL deverá ser atualizado na medida em que seja possível, principalmente, a obtenção de informações atualizadas sobre o Passivo Trabalhista.

5.3 Carteira de Empréstimos a participantes e assistidos por Plano de Benefícios

	2018	2017
Plano Petros do Sistema Petrobras	323.654	2.198.793
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados	1.906.367	-
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2.878	2.868
Plano Petros Lanxess	20.769	20.770
Plano Petros Ultrafertil	14.102	16.499
Plano Petros Copesul	5	23
Plano Transpetro	18	18
Plano IBPprev Associados	122	109
Plano Misto Sanasa	2.711	2.081
Plano TERMOprev	26	44
Plano FIEPEprev	2.765	2.414
Plano Petros-2	781.853	701.814
Plano ANAPARprev	2.963	2.849
Plano PTAPrev	1.810	1.754
TOTAL	3.060.043	2.950.036

A carteira de empréstimos a participantes está composta em 31 de dezembro de 2018 por 70.475 contratos com prazo médio de 110 meses e taxa de remuneração média de 0,59% a.m., acrescido da variação do IPCA com defasagem de dois meses.

5.4 Outros Realizáveis

5.4.1 Acordos de Leniência - J&F

No dia 5 de junho de 2017 o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), por conta da força tarefa das Operações Greifield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fresca, formalizaram um Acordo de Leniência em que a J&F responsabilizou-se por atos ilícitos e assumiu, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, o valor de R\$ 10.300.000 a ser pago no prazo de 25 anos. Adicionalmente, tal valor, será corrigido pelo IPCA até o final da quitação, ou em sua ausência, sucessivamente, do IGP-M, INPC ou de outro índice que adote metodologia de cálculo inflacionário similar. O referido acordo, foi assinado em 24 de agosto de 2017, e entre os beneficiários deste Acordo figura a Petros, que no período de 2008 a 2017, possuía investimentos nas empresas JBS S.A e Eldorado S.A, do grupo J&F.

Do ponto de vista legal e contábil, consideramos que a Petros possui o direito incondicional de receber caixa, os valores declarados na

cláusula 16 do Acordo de Leniência, os quais totalizam o montante de R\$ 1.750.000. Para fins de precificação deste ativo, buscou-se uma metodologia em linha com as melhores práticas de mercado, de forma a considerar uma taxa final de desconto que levasse em consideração o Risco de Crédito da Companhia J&F, bem como o Risco de Mercado, o qual foi referendado no Comitê de Precificação da Petros.

Considerando o fluxo de pagamentos e os parâmetros e premissas utilizadas na metodologia incluindo (i) o valor presente do fluxo programado, e (ii) uma taxa de desconto de longo prazo acrescida de spread de crédito calculado, o valor registrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 779.736. Todas as parcelas referentes ao exercício de 2018 foram quitadas por seus valores nominais.

5.5 Adequação aos limites exigidos pela Resolução CMN

Os planos de benefícios Petros Lanxess, Nitriflex, Ultrafertil e PGA apresentaram desenquadramento passivo para o investimento no Conglomerado Econômico Vale S.A. enquanto os demais planos de benefícios administrados pela Petros estão em conformidade com os percentuais de enquadramento estabelecidos na Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, que substituiu e revogou a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

6 EXIGÍVEL OPERACIONAL

A composição do saldo do exigível operacional está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	NOTA	2018	2017
GESTÃO PREVIDENCIAL		535.851	610.349
Benefícios a Pagar		255.847	176.016
Benefícios a Pagar		14.064	11.023
Créditos de Participantes		238.213	164.670
Saldo de Contas - Retirada de Patrocínio		41.090	38.327
Outros Créditos de Participantes		197.123	126.343
Demais Rubricas		3.570	323
Retenções a Recolher		33.382	624
Recursos Antecipados		17.111	15.315
Outras Exigibilidades		229.511	418.394
Créditos de Participantes		172	185.220
Outros	6.1	229.339	233.174
GESTÃO ADMINISTRATIVA		151.580	82.308
Contas a Pagar		27.225	17.806
Retenções a Recolher		3.208	4.635
Tributos a Recolher	6.2	83.308	39.629
Outras Exigibilidades	6.3	37.839	20.238
INVESTIMENTOS		10.213	3.568
Ações		-	634
Investimentos Imobiliários		1.635	1.438
Empréstimos e Financiamentos		7.915	1.188
Relacionados com o Disponível		635	298
Outras Exigibilidades		28	10
TOTAL		697.644	696.225

6.1 Outros/Gestão previdencial

Representa, principalmente, créditos de patrocinadores R\$ 172.983, créditos de terceiros R\$ 42.583 e retenções a recolher R\$ 2.988.

6.2 Tributos a Recolher

Provisão referente a adesão ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária relativo ao PIS/COFINS, em 145 parcelas mensais, e crédito tributário sub judice de PIS/COFINS referente aos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, conforme Nota 7.2.2.

6.3 Outras exigibilidades/Gestão Administrativa

O total desta rubrica é composto, principalmente, pela provisão de férias a empregados de R\$ 12.527 e depósitos não identificados de R\$ 5.953. Os referidos depósitos consistem de valores creditados nas contas bancárias da Fundação Petros sem os correspondentes dados mínimos para identificação do respectivo Plano de Benefícios ao qual pertencem. Esses valores são majoritariamente oriundos de resgates de depósitos realizados pela Fundação no âmbito de processos judiciais.

7 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões para contingências decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades da Fundação, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais, bem como outras não vinculadas a processos judiciais, nas quais a administração identifique eventuais riscos de incorrer desembolsos financeiros.

O critério utilizado no exercício de 2018 para a classificação de risco das ações, quanto à probabilidade de perda, está previsto em normativo interno da Fundação, alinhado com a NBC TG 25 (R2).

O sistema de acompanhamento de processos judiciais foi aprimorado ao longo do ano de 2018, mediante a aquisição do seu módulo financeiro, com o objetivo de viabilizar sua integração automatizada com o sistema contábil da Petros de forma a mitigar o risco de inconsistências entre os registros jurídicos e os registros contábeis, decorrentes dos pagamentos e recebimentos efetuados nos processos judiciais. Também com a implantação deste referido módulo, a Petros sanou um problema recorrente, relativo aos registros das contingências, pois a sua consolidação era efetuada manualmente, o que passou a ocorrer automaticamente com redução do risco de divergência de informação. A partir de novembro de 2018, as contingências passaram a ser consolidadas de forma automática, ao final de cada mês. Cabe ressaltar que tais ações corrigem falhas nos controles internos de forma prospectiva, desta forma, possíveis desatualizações relativas aos depósitos judiciais/recursais e contingências em datas anteriores à implementação do sistema podem não ter sido detectadas até a emissão destas demonstrações contábeis.

Dando continuidade ao processo de aprimoramento dos controles internos da Petros, a Fundação contratou no exercício de 2018: (a) escritório de advocacia especializado na recuperação de depósitos judiciais, cujo trabalho está previsto para ser concluído até 2020 e (b) empresa especializada com a finalidade de automatizar o cadastramento dos processos judiciais da Fundação, o que trará maior segurança na apuração do seu exigível contingencial. Esse trabalho, que já está em andamento, terá continuidade ao longo do ano de 2019.

Para o exercício de 2019, está prevista a continuidade do processo de conciliação das contingências pré-existentes à implantação do módulo financeiro do sistema jurídico de acompanhamento de processos, assim como a continuidade do processo de melhoria da consistência da base de dados do sistema de acompanhamento de processos judiciais com a contratação de empresa especializada

para fazer a verificação e, se necessário, a retificação dos dados da base de processos judiciais, com a verificação das informações sobre a contingência judicial, os depósitos judiciais e a classificação de processos quanto a probabilidade de perda.

A seguir, é apresentado demonstrativo contendo a evolução do "Exigível Contingencial", entre os exercícios:

		2017	Cisão PPSP	Novos Processos	Baixa e Reversões de Provisões (anterior a 2017) (a)	Baixa de Provisões (ano 2018)	Reclassificações/ Reversões de Provisões	2018
GESTÃO PREVIDENCIAL	7.1	4.099.530	0	226.779	27.295	-127.908	-80.964	4.144.731
Processos Judiciais		4.099.530	0	226.779	27.295	-127.908	-80.964	4.144.731
Plano Petros do Sistema Petrobras		3.794.878	-1.794.878	96.881	-58.665	-44.086	-82.460	1.911.669
Plano PPSP/Repactuado		0	1.794.878	108.100	77.728	-33.441	55.520	2.002.786
Plano Petros Copesul		165.090	0	14.873	795	-43.900	-62.175	74.683
Plano Petros Ultrafértil		72.850	0	2.887	558	-310	-601	75.384
Plano Petros Lanxess		17.732	0	2.204	839	-3.706	6.843	23.912
Plano Petros Nitriflex/Lanxess		4.853	0	447	-39	-512	-1.397	3.352
Plano Petros Braskem		17.466	0	59	6.962	-224	3.370	27.633
Plano Petros PQU		4.609	0	59	541	-930	-838	3.441
Plano Petros-2		18.142	0	1.269	-1.524	-295	482	18.075
Plano TAPMEPrev		1.659	0	0	265	-375	819	2.368
Outros		2.251	0	0	-164	-129	-528	1.429
GESTÃO ADMINISTRATIVA		89.442	0	763	-27.289	-734	-1.311	8.120
Processos Judiciais	7.2.1	36.691	0	763	-27.289	-734	-1.311	8.120
Outras Provisões	7.2.2	52.751						
INVESTIMENTOS		27.000	0	0	0	-27.000	0	0
TOTAL		4.215.972	0	227.542	5	-155.642	-82.275	4.152.851

7.1 Gestão Previdencial

7.1.1 Plano Petros do Sistema Petrobras - NR

Grupo	Descrição	2018	2017
Grupo 1	Assistidos que almejam: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela da RMNR; d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e da Gratificação Contingente, concedidos aos ativos por ACT.	968.970	-
Grupo 2	Empregados da Petrobras não inscritos na Petros (retardatários) ou inscritos no Plano por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS).	36.440	-
Grupo 3	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL- 1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos e limite etário.	780.928	-
Grupo 4	Outras demandas judiciais	125.331	-
TOTAL		1.911.669	-

ACT - Acordo Coletivo de Trabalho

PCAC - Plano de Classificação e Avaliação de Cargos

RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime

PLR - Participações nos Lucros e Resultados

PL-DL - 1971 - Participação nos Lucros - Decreto Lei

As ações citadas nos grupos 1 e 3 com sentenças de mérito prolatadas pela Justiça do Trabalho até 20 de fevereiro de 2013 são classificadas como prováveis no que diz respeito à probabilidade de êxito do autor, tendo em vista que essas matérias estavam pacificadas contrariamente à Fundação Petros.

As ações citadas no grupo 2 são classificadas como remotas no que diz respeito à probabilidade de êxito do autor, tendo em vista que essas matérias estavam pacificadas favoravelmente à Fundação.

Após a decisão do STF, em 20 de fevereiro de 2013, alterando a competência para julgamento de matérias relativas à previdência complementar, as ações dos grupos 1, 2 e 3 passaram a ter decisões de mérito majoritariamente favoráveis às teses sustentadas pela Petros, razão pela qual são classificadas como remotas.

7.1.2 Plano Petros do Sistema Petrobras - R

GRUPO	DESCRIÇÃO	2018	2017
Grupo 1	Assistidos que almejam: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela da RMNR; d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e da Gratificação Contingente, concedidos aos ativos por ACT.	934.604	-
Grupo 2	Empregados da Petrobras não inscritos na Petros (retardatários) ou inscritos no Plano por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS).	18.237	-
Grupo 3	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos e limite etário.	936.856	-
Grupo 4	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	113.089	-
TOTAL		2.002.786	-

ACT - Acordo Coletivo de Trabalho

PCAC - Plano de Classificação e Avaliação de Cargos

RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime

PLR - Participações nos Lucros e Resultados

PL-DL - 1971 - Participação nos Lucros - Decreto Lei

As ações citadas nos grupos 1 e 3 com sentenças de mérito prolatadas pela Justiça do Trabalho até 20 de fevereiro de 2013 são classificadas como prováveis no que diz respeito à probabilidade de êxito do autor, tendo em vista que essas matérias estavam pacificadas contrariamente à Fundação Petros.

As ações citadas no grupo 2 são classificadas como remotas no que diz respeito à probabilidade de êxito do autor, tendo em vista que essas matérias estavam pacificadas favoravelmente à Fundação.

Após a decisão do STF, em 20 de fevereiro de 2013, alterando a competência para julgamento de matérias relativas à previdência complementar, as ações dos grupos 1 e 3 passaram a ter decisões de mérito majoritariamente favoráveis às teses sustentadas pela Petros, razão pela qual são classificadas como remotas.

7.1.3 Plano Petros Copesul

GRUPO	DESCRIÇÃO	2018	2017
Grupo 1	Ações em que se discute a validade/legalidade do Redutor etário (Limite de idade).	43.210	119.114
Grupo 2	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas e teto.	19.085	18.959
Grupo 3	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores..	12.387	27.017
TOTAL		74.683	165.090

7.1.4 Plano Petros Ultrafértil

GRUPO	DESCRIÇÃO	2018	2017
Grupo 1	Almejam a desconsideração do limite/redutor etário previsto no Decreto nº 81.240/78 e no Regulamento do Plano de Benefícios e reserva especial.	2.544	14.332
Grupo 2	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos.	54.616	18.954
Grupo 3	Discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pelo Patrocinador, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição.	5.170	7.649
Grupo 4	Outras demandas judiciais, em especial: retirada de patrocínio, nível, PCAC, ações com reflexo trabalhista, RMNR, INSS, PL-DL 1971, abono contingencial, pré-70.	13.054	35.663
TOTAL		75.384	76.598

7.1.5 Plano Petros Lanxess

GRUPO	DESCRIÇÃO	2018	2017
Grupo 1	Buscam o recebimento de benefícios no valor equivalente à remuneração atual dos diretores da Patrocinadora, desconsiderando o teto regulamentar.	73	-
Grupo 2	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos.	11.014	6.964
Grupo 3	Discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pelo Patrocinador, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição.	880	619
Grupo 4	Outras demandas judiciais, em especial: retirada de patrocínio, nível, PCAC, ações com reflexo trabalhista, RMNR, INSS, PL-DL 1971, abono contingencial, pré-70.	11.945	10.149
TOTAL		23.912	17.732

7.1.6 Plano Petros Nitriflex/Lanxess

Em sua maioria, as ações judiciais do Plano Petros Nitriflex/Lanxess são decorrentes de questionamentos dos participantes e assistidos sobre a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pelo Patrocinador, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição e representam 80% (oitenta e oito por cento) das provisões.

7.1.7 Plano Petros Braskem

GRUPO	DESCRIÇÃO	2018	2017
Grupo 1	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos, Fundos Individuais de Retirada	26.933	11.565
Grupo 2	Questionam a Retirada de Patrocínio do Plano e os valores/critérios dos cálculos dos Fundos de Retirada.	5	14
Grupo 3	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	695	5.887
TOTAL		27.633	17.466

7.1.8 Plano Petros PQU

Em sua maioria, as ações judiciais do Plano Petros PQU questionam devolução da reserva de poupança, o cálculo de suplementação de aposentadoria e de pensão, reflexos ao contrato de trabalho com o patrocinador, bem como a própria retirada de patrocínio.

7.1.9 Plano Petros-2

GRUPO	DESCRIÇÃO	2018	2017
Grupo 1	Predominantemente são ações judiciais em que os ex-participantes pleiteiam o reingresso no Plano Petros do Sistema Petrobras ("PPSP").	3.882	4.557
Grupo 2	Ações judiciais em que os participantes pleiteiam verbas trabalhistas em relação aos patrocinadores e que causarão reflexos no benefício que recebem pela Petros.	2.710	3.085
Grupo 3	Ações judiciais em que os ex-participantes pleiteiam a devolução das contribuições feitas à Petros a título de Reserva de Poupança.	520	946
Grupo 4	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	10.964	9.554
TOTAL		18.075	18.142

7.1.10 Plano TAPMEPrev

As provisões do Plano TAPMEPrev se referem aos casos em que os ex-participantes pleiteiam a devolução de valores a título de Reserva de Poupança.

7.2 Gestão administrativa

7.2.1 Processos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo no valor de R\$ 8.120 (R\$ 36.691 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à demandas judiciais a seguir discriminadas:

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Grupo 1	Processos de natureza trabalhista (ex-empregados da Fundação).	3.323	40,9%
Grupo 2	Processos de natureza previdenciária (empregados e ex-empregados da Fundação).	1.895	23,3%
Grupo 3	Processos de natureza tributária.	324	4,0%
Grupo 4	Outras demandas judiciais.	2.578	31,7%
TOTAL		8.120	100%

7.2.2 PIS/Cofins

A Petros aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), em 30 de agosto de 2017, com o objetivo de efetuar o pagamento de o referido indébito tributário nas seguintes condições mais favoráveis:

(i) pagamento à vista de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 05 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante:

(ii) parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros e de 50% das multas.

PERÍODO	VALOR ATUALIZADO		VALOR PARCELA (*)	PRAZO A AMORTIZAR
	2017	2018		
2007 a 2014	38.343	36.256	264	17/145

(*) O valor da parcela é atualizada mensalmente pela variação da Selic.

Em 19 de outubro de 2018 a Petros impetrou mandado de segurança onde postula o direito de não se submeter à incidência da contribuição social do PIS e da Cofins sobre os recursos por ela arrecadados a título de taxa de carregamento e administração em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 01º de Janeiro de 2015, bem como reaver os depósitos judiciais realizados na ação e os valores recolhidos indevidamente a esse título desde a referida data. Até 31 de dezembro de 2018, foram depositados judicialmente no referido processo o valor de R\$ 5.387, a título de PIS, e R\$ 33.150, a título de Cofins, conforme Nota 3.4.

Em 31 de dezembro de 2018, considerando a adesão da Petros ao PERT e a impetração do Mandado de Segurança, em atendimento aos critérios estabelecidos na Resolução CFC NBCTG nº 25 (R2) para o reconhecimento de uma obrigação legal prevista em lei federal, a provisão constituída no exigível contingencial foi revertida para o exigível operacional no montante de R\$ 47.051 (R\$ 52.751 em 31 de dezembro de 2017), e considerando a classificação de probabilidade de perda possível, o saldo de R\$ 5.700 foi revertido para o fundo administrativo.

7.3 Contingências passivas com probabilidade de perda possível

As contingências passivas decorrentes de processos judiciais, em que se considera a probabilidade de perda para a Entidade como possível e não requerem o registro contábil da provisão, estão a seguir resumidas:

PLANO DE BENEFÍCIOS	2018	2017
Plano Petros Sistema Petrobras	-	2.056.687
Plano PPSP/Não Repactuado	866.845	-
Plano PPSP/Repactuado	905.999	-
Plano Petros PQU	3.931	4.668
Plano Petros Braskem	132.117	41.223
Plano Petros copesul	53.489	27.907
Plano Petros Lanxess	94.888	42.812
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	7.868	2.901
Plano Petros Ultrafertil	18.356	9.861
Plano Petros-2	10.092	14.220
Plano Transpetro	309	240
Plano TAPMEprev	3.835	1.170
Plano PQU Previdência	-	4.668
Plano ANAPARprev	302	1.670
Plano CROprev	309	240
Plano CRAprev	309	240
Plano FENAJprev	-	120
Plano FIEPEprev	4	-
Plano Liqueigás	5	144
Plano PTAPrev	155	120
Plano SIMEprev	155	361
Plano Triunfo Vida	-	-
Plano Prevtran (*)	161	120
Plano PreviContas	155	120
Plano DBA	28	-
Plano Eldorado Prev	309	-
Plano Gasprev	176	-
Plano PrevFIEPA	148	-
Plano Repsol YPF	155	-
Plano Culturaprev	237	-
Gestão Administrativa	16.886	71.501
TOTAL	2.117.223	2.280.993

(*) Plano transferido

A variação observada no passivo contingencial em 2018, se deve prioritariamente à reavaliação do valor dos pedidos envolvidos nos processos judiciais de volume, em especial demandas que versam sobre: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela da RMNR; e d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e Gratificação Contingente. A estimativa está baseada em um modelo de regressão linear simples.

7.4 Ações Judiciais sobre o Plano de Equacionamento do Déficit do PPSP-R e PPSP-NR

A Petros passou a figurar no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes e assistidos do PPSP-R e PPSP-NR questionam o equacionamento do déficit técnico acumulado de 2013, 2014 e 2015. A Entidade vem apresentando, de forma tempestiva, as defesas nos respectivos processos.

Até 31 de dezembro de 2018 foram propostas 417 ações questionando o plano de equacionamento do déficit técnico. Em 14 delas já foram proferidas sentenças de improcedência, favoráveis à Petros. Todas as sentenças ainda estão sujeitas a recurso. A expectativa de perda é

remota para todas as ações considerando que há precedente jurisprudencial no Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.

Importante ressaltar também que os planos de equacionamento em curso são fundamentais para a solvência de longo prazo. Assim, ainda que a expectativa de perda seja remota para todas as ações, as decisões em caráter liminar quanto ao cumprimento de equacionamentos podem inviabilizar a continuidade de planos.

As ações propostas contra o plano de equacionamento do déficit técnico do PPSP vêm sendo monitoradas de forma estratégica, inclusive com o envolvimento da PREVIC nas demandas coletivas.

Até a elaboração dessa nota explicativa, em que pesem as tutelas de urgência concedidas para a suspensão do pagamento da contribuição extraordinária beneficiando alguns Participantes e Assistidos, as sentenças até aqui prolatadas, com exceção de uma ainda pendente de recurso, são favoráveis à manutenção do plano de equacionamento.

7.5 Ações Judiciais sobre o Plano de Equacionamento do Déficit do Plano Petros Ultrafertil

Existem duas novas ações judiciais em face da Petros requerendo a suspensão do equacionamento do Plano Ultrafertil:

(1) ação civil pública proposta pela Associação dos Trabalhadores aposentados e Pensionistas da Ultrafertil do Estado de São Paulo - ASTAUL (1013591-48.2018.8.26.0562) perante a Justiça estadual, teve tutela concedida no sentido da Petros se abster de promover descontos, seja na folha dos beneficiários, seja na folha de participantes, de qualquer rubrica relacionada ao plano de equacionamento. A Petros ingressou com medidas judiciais a fim de reverter a tutela. A liminar está sendo cumprida pela Petros, no sentido de se abster de cobrar os descontos para este grupo de participantes.

A PREVIC peticionou no processo, informando que tinha interesse na causa, tendo em vista a relevância do debate acerca do equacionamento do déficit técnico do Plano de Benefícios para o sistema de previdência complementar, que poderia acarretar risco sistêmico. Considerando a natureza jurídica da PREVIC, de autarquia federal, e a regra prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, o ingresso da PREVIC no processo desloca a competência para o julgamento da ação da justiça estadual para a justiça federal. Assim, após a manifestação de interesse por parte da PREVIC, a ação foi redistribuída à Justiça Federal (5006796-88.2018.4.03.6104); e

(2) ação civil pública proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica do Estado do Paraná (5040500-93.2018.4.04.7000), tendo sido concedida liminar suspendendo as contribuições extras para os participantes ativos e assistidos, sindicalizados ou não, do Estado do Paraná. A liminar está sendo cumprida pela Petros, que ingressou com as medidas cabíveis para reverter-las.

Importante ressaltar também que os planos de equacionamento em curso são fundamentais para a solvência de longo prazo. Assim, ainda que a expectativa de perda seja remota para todas as ações, as decisões em caráter liminar quanto ao cumprimento de equacionamentos podem inviabilizar a continuidade de planos.

7.6 Ativos Contingentes

7.6.1 Ação judicial sobre expurgos inflacionários – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs

A Petros juntamente com outras entidades, por força do Decreto-lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND, com prazo de 10 anos e variação equivalente à OTN-Obrigações do Tesouro Nacional. Em 1991, a ABRAPP (como substituta processual da Petros) ajuizou ação ordinária em face do FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento), do BNDES e da União Federal para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 à fevereiro de 1991. A ABRAPP obteve ganho de causa na referida ação. Em 2012, a União Federal ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à ABRAPP (e por consequência à Petros) na supra referida ação ordinária, que foi rejeitada no Superior Tribunal de Justiça.

Por conta do ganho de causa na ação ordinária, a ABRAPP (como substituta processual da Petros) ajuizou em 2015 ação de liquidação em face da União Federal de forma a que seja reconhecido por decisão judicial o montante exato devido pela União Federal à Petros. A ação encontra-se em fase de produção de prova pericial que não foi concluída, estando ainda aberto o debate acerca do valor devido. No exercício não houve movimentação relevante no processo.

8 PATRIMÔNIO SOCIAL

8.1 Provisões matemáticas

	2018	2017
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	82.084.447	77.558.438
Contribuição Definida	552.074	524.551
Saldo de contas dos Assistidos	552.074	524.551
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	81.532.373	77.033.887
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	72.923.736	69.145.100
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	8.608.637	7.888.787
BENEFÍCIOS A CONCEDER	40.781.410	35.108.545
Contribuição Definida	20.300.187	16.287.389
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	10.553.367	8.473.586
Saldo de contas - Parcela Participantes	9.746.820	7.813.803
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	19.963.799	18.347.728
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	22.460.090	20.979.466
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.214.904)	(2.232.229)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(281.387)	(399.509)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	517.424	473.428
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	1.125.608	1.060.462
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(309.898)	(300.826)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(298.286)	(286.208)
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(30.058.691)	(27.794.134)
(-) Déficit Equacionado	(30.058.691)	(27.800.154)
(-) Patrocinador(es)	(14.682.621)	(13.600.849)
(-) Participantes	(6.439.971)	(6.014.395)
(-) Assistidos	(8.936.099)	(8.184.910)
(+/-) Por ajustes das Contribuições Extraordinárias	-	6.020
(+/-) Patrocinador(es)	-	6.020
TOTAL	92.807.166	84.872.849

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários dos planos de benefícios em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, observadas as regras dispostas na Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

a. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Para o cálculo da duração do passivo utilizada na definição da Taxa de Juros Parâmetro - TJP, deverá ser considerado o fluxo projetado na avaliação atuarial de encerramento do exercício anterior.

7.6.2 Arbitragens

A Petros é parte requerente em arbitragens de caráter sigiloso (inclusive contra patrocinadores) que poderão significar, no futuro, no recebimento de valores pelos planos administrados pela Petros.

b. Taxa de juros parâmetro

A Taxa de Juros Parâmetro corresponde àquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo Plano de Benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferiores e superiores, aplicados na avaliação de 2018 foram divulgados pela Portaria Previc nº 363 de 30 de abril de 2018.

PLANO	DURAÇÃO DO PASSIVO EM ANOS (EXERCÍCIO 2017)	PORTARIA PREVIC Nº 363			TAXA DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018)
		LIMITANTE INFERIOR	TAXA DE JUROS PARÂMETRO	LIMITANTE SUPERIOR	
ADUANAPREV	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
Alesat	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
ANAPARprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,47%
Cachoeira Dourada	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
CRAprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
CRCprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
CROprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
Culturaprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
EldoradoPrev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
FENAJprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
FIEPEprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,28%
Gasprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
IBAprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
IBPprev Associados	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
Liquigás	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
Misto Sanasa	10,12	4,19%	5,99%	6,39%	5,08%
Petro_RG	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
Petros-2	18,67	4,17%	5,96%	6,36%	5,35%
Petros do Sistema Petrobras - Repactuados	13,53	4,18%	5,97%	6,37%	5,27%
Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados	11,67	4,19%	5,98%	6,38%	5,27%
Petros Lanxess	9,95	4,19%	5,99%	6,39%	5,02%
Petros Nitriflex/Lanxess	9,87	4,19%	5,99%	6,39%	4,45%
Petros Ultrafértil	12,19	4,19%	5,98%	6,38%	4,93%
PREV-ESTAT	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
PrevFIEA	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,19%
PrevFIEPA	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,19%
PreviContas	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
Previtália	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
PTAprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,59%
Repsol	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
Simeprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
SindMed-RJ	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,42%
SulgasPrev	24,50	4,17%	5,96%	6,36%	4,38%
TAPMEprev	11,65	4,19%	5,98%	6,38%	5,22%
TERMOprev	10,00	4,19%	5,99%	6,39%	4,52%

Obs.: a Taxa de Juros Anual da Avaliação Atuarial de 2018 do Plano Petros Nitriflex/Lanxess está líquida da taxa de administração.

c. Premissas e hipóteses atuariais

As principais premissas e hipóteses adotadas nas avaliações atuariais estão apresentadas nos quadros a seguir:

PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO

PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS – REPACTUADOS

PREMISSA	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2013	Experiência Petros 2013
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa Real de Juros Anual	5,27%	5,70%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Petrobras: 1,479% para 2019 e 1,267% a.a. partir de 2020	Petrobras: 1,187 % a.a.
	BR: 1,400% a.a.	BR: 1,610% a.a.
	Petros: 1,500% a.a.	Petros: 1,970% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	Não aplicável	Não aplicável
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase Ativa: Família Média Petros ⁽ⁱ⁾	Fase Ativa: Família Média Petros ⁽ⁱⁱ⁾
	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

(i) Proporção de participantes casados de 90%, diferença de idade entre titular e cônjuge de 5 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por $z = 21 - \text{máximo} [(75 - x) / 2; 0]$, sendo "x" a idade do titular.

(ii) Proporção de participantes casados de 90%, diferença de idade entre titular e cônjuge de 5 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por $z = 21 - \text{máximo} [(76 - x) / 2; 0]$, sendo "x" a idade do titular.

PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS – NÃO REPACTUADOS

PREMISSA	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2017	Experiência Petros 2013
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa Real de Juros Anual	5,27%	5,70%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Petrobras: 1,336% para 2019 e 1,182% a.a. partir de 2020	Petrobras: 1,187 % a.a.
	BR: 1,510% a.a.	BR: 1,610% a.a.
	Petros: 1,500% a.a.	Petros: 1,970% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase Ativa: Família Média Petros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Fase Ativa: Família Média Petros ⁽ⁱⁱ⁾
	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

(iii) Proporção de participantes casados de 90%, diferença de idade entre titular e cônjuge de 5 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por $z = 21 - \text{máximo} [(80 - x) / 2; 0]$, sendo "x" a idade do titular.

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2018 dos Planos Petros do Sistema Petrobras–Repactuados e Petros do Sistema Petrobras–Não Repactuados foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conformes Atas DE 2337 e DE 2346, de 9 de outubro e de 28 de novembro de 2018, bem como pelo Conselho Deliberativo, Ata CD 626, de 12 de dezembro de 2018, com base nas propostas apresentadas nos memorandos GAP-234/2018 e GAP-294/2018, de 2 de outubro e de 21 de novembro de 2018, respectivamente.

PLANO PETROS LANXESS

PREMISSA	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual	5,02%	5,45%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,00%	0,90%
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase Ativa: Família Média Petros ^(iv)	Fase Ativa: Família Média Petros ^(iv)
	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS

PREMISSA	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual	4,45% (v)	4,45% (v)
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Lanxess: N/A	Lanxess: N/A
	Nitriflex: 0,00%	Nitriflex: 0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase Ativa: Família Média Petros ^(iv)	Fase Ativa: Família Média Petros ^(iv)
	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

PLANO PETROS ULTRAFERTIL

PREMISSA	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual	4,93%	5,35%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Araucária: 1,336% para 2019 e 1,182% a.a. partir de 2020	Araucária: 1,187%
	Ultrafertil: 0,00%	Ultrafertil: 0,00%
	Vale Fertilizantes: 0,00%	Vale Fertilizantes: 0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase Ativa: Família Média Petros ^(iv)	Fase Ativa: Família Média Petros ^(iv)
	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

(iv) Proporção de participantes casados de 95%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 4 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por $z = 21 - \text{máximo} [(76 - x) / 2; 0]$, sendo "x" a idade do titular.

(v) Taxa de Juros Anual da Avaliação Atuarial de 2018 do Plano Petros Nitriflex/Lanxess está líquida da taxa de administração.

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2018 dos Planos Petros Lanxess, Petros Nitriflex/Lanxess e Petros Ultrafertil foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme

Ata DE 2337 e Ata DE 2346, de 9 de outubro e de 28 de novembro de 2018, bem como pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata CD 624 e Ata CD 626, de 9 de novembro e de 12 de dezembro de 2018, com base nas propostas apresentadas nos memorandos GAP-235/2018 e GAP-292/2018, de 2 de outubro de 2018 e de 21 de novembro de 2018, respectivamente.

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

PLANO PETROS-2

PREMISSA	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	AT-2000 Feminina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana suavizada em 40%	Grupo Americana suavizada em 40%
Taxa Real de Juros Anual	5,35%	5,40%
Tábuas de Morbidez	Suavização Transpetro	Suavização Transpetro
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Petrobras e Demais Patrocinadores: 3,141% para 2019 e 2,721% a.a. a partir de 2020	Petrobras e Demais Patrocinadores: 2,528% a.a.
	BR e Stratura: 2,10% a.a.	BR e Stratura: 1,58% a.a.
	Petros: 1,50% a.a.	Petros: 0,76% a.a.
	Transpetro: 2,528% a.a.	Transpetro: 2,35% a.a.
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase Ativa: Família Média Petros ^(vi)	Fase Ativa: Família Média Petros ^(vi)
	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

(vi) Proporção de participantes casados de 85%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 4 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por $z = 21 - \text{máximo} [(67 - x) / 2; 0]$, sendo "x" a idade do titular.

As premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2018 do Plano Petros-2 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme Ata DE 2337 e Ata DE 2346, de 9 de outubro e de 28 de novembro de 2018, bem como pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata CD 626, de 12 de dezembro de 2018, com base nas propostas apresentadas nos memorandos GAP-233/2018 e GAP-295/2018, de 2 de outubro de 2018 e de 21 de novembro de 2018, respectivamente.

PLANO MISTO SANASA

PREMISSA	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Feminina (IAM)	AT-1983 Feminina (IAM)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos	Fase de Inatividade: Família real dos assistidos
Taxa Real de Juros Anual	5,08%	5,31%

PLANO TAPMEPrev

PREMISSA	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb-2015 por sexo	BR-EMSsb-2015 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Mercer Disability Feminina	Mercer Disability Feminina
Taxa Real de Juros Anual	5,22%	5,39%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	3,53%	0,43%
Hipótese sobre a Composição Familiar de Pensionistas	Fase Ativa: Família Média Petros ^(vii) Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.	Fase Ativa: Família Média Petros ^(vii) Fase de Inatividade: Família real dos assistidos.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

(vii) Proporção de participantes casados de 90%, diferença média de idade entre titular e cônjuge de 3 anos (homens mais velhos) e idade do dependente temporário estimado por $z = 24 - \text{máximo}[(76 - x)/2; 0]$, sendo "x" a idade do titular.

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2018 dos Planos Misto Sanasa e TAPMEPrev foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme Ata DE 2332, de 13 de setembro de 2018, bem como pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata CD 623, de 26 de outubro de 2018, com base nas propostas apresentadas nos memorandos GAP-211/2018, de 30 de agosto de 2018.

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

PLANO SULGASPREV

PREMISSA	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ponderada por sexo (70%M 30%F)	AT-2000 ponderada por sexo (70%M 30%F)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,00%	0,00%
Taxa Real de Juros Anual	4,38%	4,90%

DEMAIS PLANOS

PLANO	TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL (VIII)	TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS (VIII)	REFERENCIAIS	
			TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2018)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2017)
PLANO ADUANAPREV	AT-2000 por sexo	Não aplicável	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano ALESAT	AT-2000 ponderada por sexo (70%M + 30%F)	Não aplicável	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano ANAPARprev	Experiência Petros 2013	AT-1983 Masculina suavizada em 10% (AT-83 Male(IAM))	4,47% a.a.	4,90% a.a.
Plano Cachoeira Dourada	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	Ex-IAPC	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano CRAPrev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano CRCprev	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano CROprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,42% a.a.	4,90% a.a.

REFERENCIAIS

PLANO	TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL (viii)	TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS (viii)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2018)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2017)
Plano Culturaprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano Eldorado Prev	AT-2000 por sexo	Winklevoss	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano FENAJprev	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano FIEPEprev	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	Ex-IAPC	4,28% a.a.	5,20% a.a.
Plano GasPrev	AT-1983 Feminina suavizada em 10% (AT-83 Female (IAM))	AT-1983 Masculina suavizada em 10% (AT-83 Male(IAM))	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano IBAPrev	AT-1983 Masculina	Ex-IAPC	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano IBPprev Associados	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	Não aplicável	4,47% a.a.	4,90% a.a.
Plano Liquigás	AT-1983 Feminina suavizada em 10% (AT-83 Female (IAM))	AT-1983 Masculina suavizada em 10% suavizada em 10% (AT-83 Male(IAM))	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano Petro_RG	Não aplicável	Não aplicável	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano PREV-ESTAT	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano PrevFIEPA	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	Ex-IAPC	4,19% a.a.	5,05% a.a.
Plano PreviContas	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano PreviFIEA	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	Ex-IAPC	4,19% a.a.	5,05% a.a.
Plano Previtália	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano PTAPrev	AT-1983 Masculina	IAPB-57	4,59% a.a.	5,20% a.a.
Plano Repsol	AT-1983 Masculina suavizada em 10%	Não aplicável	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano Simeprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano SinMed/RJ	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,42% a.a.	4,90% a.a.
Plano Termoprev	AT-1983 Masculina	AT-1983 Masculina	4,52% a.a.	5,00% a.a.

(viii) Os referenciais de tábuas biométricas foram mantidas comparativamente à Avaliação Atuarial do exercício de 2017.

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2018 dos Planos ADUANAPrev, ALESAT, ANAPARprev, Cachoeira Dourada, CRAprev, CRCprev, CROprev, Culturaprev, Eldorado Prev, FENAJprev, FIEPEprev, Gasprev, IBAPrev, IBPprev Associados, Liguigás, Petro_RG, PREV-ESTAT, PrevFIEPA, PreviContas, PreviFIEA, Previtália, PTAPrev, Repsol, Simeprev, SindMed/RJ, SulgasPrev e Termoprev, foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme Ata DE 2332 e Ata DE 2334, de 13 e 25 de setembro de 2018, bem como pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata CD 621, Ata CD 624 e Ata 630, de 23 de setembro de 2018, de 9 de novembro 2018 e de 9 de janeiro de 2019, com base nas propostas apresentadas nos memorandos GAP-208/2018, GAP-210/2018 e GAP-299/2018, de 28 de agosto de 2018, de 29 de agosto de 2018 e de 26 de novembro de 2018, respectivamente.

d. Estatísticas dos Planos de Benefícios

PLANO	DATA-BASE PARTICIPANTES (ATIVOS E AUTOPATROCINADOS)	IDADE MÉDIA PARTICIPANTES	DATA-BASE ASSISTIDOS	IDADE MÉDIA ASSISTIDOS (IX)
Petros do Sistema Petrobras – Repactuados	31/07/2018	54,00	31/12/2018	67,00
Petros do Sistema Petrobras – Não Repactuados	31/07/2018	56,00	31/12/2018	71,00
Petros Nitriflex/Lanxess	30/06/2018	52,00	31/12/2018	71,00
Petros UltraFertil	31/07/2018	55,00	31/12/2018	68,00
Petros Lanxess	30/06/2018	55,00	31/12/2018	71,00
Petros – 2	31/07/2018	41,48	31/12/2018	62,02
Misto Sanasa	30/06/2018	47,00	30/06/2018	66,00
TAPMEprev	30/06/2018	48,00	30/06/2018	63,00
ADUANAPrev	30/06/2018	49,13	30/06/2018	63,00
ALESAT	30/06/2018	38,02	30/06/2018	58,37
ANAPARprev	30/06/2018	46,00	30/06/2018	69,00
Cachoeira Dourada	30/06/2018	45,63	30/06/2018	61,25
CRAprev	30/06/2018	45,10	30/06/2018	58,67
CRCprev	30/06/2018	46,29	N/A	N/A
CROprev	30/06/2018	42,09	N/A	N/A

PLANO	DATA-BASE PARTICIPANTES (ATIVOS E AUTOPATROCINADOS)	IDADE MÉDIA PARTICIPANTES	DATA-BASE ASSISTIDOS	IDADE MÉDIA ASSISTIDOS (IX)
Culturaprev	30/06/2018	48,55	30/06/2018	69,67
Eldorado Prev	30/06/2018	38,11	N/A	N/A
FENAJprev	30/06/2018	48,31	30/06/2018	64,67
FIEPEprev	30/06/2018	42,65	30/06/2018	63,00
GasPrev	30/06/2018	42,00	N/A	N/A
IBAPrev	30/06/2018	33,71	30/06/2018	61,00
IBPprev Associados	30/06/2018	42,30	30/06/2018	71,00
Liquigás	30/06/2018	46,00	30/06/2018	68,00
Petro_RG	30/06/2018	39,00	30/06/2018	62,00
PREV-ESTAT	30/06/2018	47,15	N/A	N/A
PreviFIEA	30/06/2018	39,72	N/A	N/A
PreviFIEPA	30/06/2018	45,50	30/06/2018	72,00
PreviContas	30/06/2018	41,50	30/06/2018	56,00
Previtália	30/06/2018	33,05	N/A	N/A
PTAPrev	30/06/2018	40,99	30/06/2018	64,00
Repsol	30/06/2018	41,75	30/06/2018	66,63
Simeprev	30/06/2018	43,66	30/06/2018	62,50
SinMed/RJ	30/06/2018	53,38	30/06/2018	57,00
SULGASPrev	30/06/2018	45,00	N/A	N/A
Termoprev	30/06/2018	47,67	N/A	N/A

(ix) Foi considerada a idade média dos Aposentados

Ajuste de Precificação

Abaixo os planos de benefícios que apresentaram ajuste de precificação conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.9.

TIPO	TAXA DE JUROS REAL ANUAL %	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
PETROS-2				2.270.575	2.498.526	227.968
NTN-B	5,35	15/05/2055	10000	29.401	35.092	5.691
NTN-B	5,35	15/05/2055	35000	105.626	122.823	17.198
NTN-B	5,35	15/05/2055	10000	31.248	35.092	3.844
NTN-B	5,35	15/05/2055	47800	151.951	167.742	15.790
NTN-B	5,35	15/05/2055	40000	130.499	140.370	9.871
NTN-B	5,35	15/05/2055	20000	66.009	70.185	4.175
NTN-B	5,35	15/05/2055	43000	144.033	150.897	6.864
NTN-B	5,35	15/05/2055	10000	33.298	35.092	1.794
NTN-B	5,35	15/05/2055	10000	30.985	35.092	4.108
NTN-B	5,35	15/05/2055	19919	63.332	69.901	6.569
NTN-B	5,35	15/05/2055	10000	31.828	35.092	3.265
NTN-B	5,35	15/05/2055	10000	31.828	35.092	3.265
NTN-B	5,35	15/05/2055	10000	31.828	35.092	3.265
NTN-B	5,35	15/05/2055	10000	31.337	35.092	3.756
NTN-B	5,35	15/05/2055	20000	62.681	70.185	7.504
NTN-B	5,35	15/05/2055	10000	31.292	35.092	3.800
NTN-B	5,35	15/05/2055	20000	52.454	70.185	17.731
NTN-B	5,35	15/05/2055	30000	100.019	105.277	5.258
NTN-B	5,35	15/05/2055	5000	16.430	17.546	1.116
NTN-B	5,35	15/05/2055	20000	66.205	70.185	3.980
NTN-B	5,35	15/05/2055	20000	65.535	70.185	4.650
NTN-B	5,35	15/05/2055	7345	23.719	25.775	2.057
NTN-B	5,35	15/05/2055	10000	32.293	35.092	2.800
NTN-B	5,35	15/05/2055	2000	6.459	7.018	560
NTN-B	5,35	15/05/2055	49	158	172	14
NTN-B	5,35	15/05/2055	5958	19.186	20.908	1.722
NTN-B	5,35	15/05/2055	13847	44.581	48.592	4.012
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	29.876	35.387	5.511

TIPO	TAXA DE JUROS REAL ANUAL %	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	30.579	35.387	4.808
NTN-B	5,35	15/08/2050	3750	11.678	13.270	1.592
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	31.900	35.387	3.487
NTN-B	5,35	15/08/2050	70	224	248	24
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	32.158	35.387	3.229
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	32.202	35.387	3.186
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	32.158	35.387	3.229
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	31.900	35.387	3.487
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	31.986	35.387	3.401
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	32.202	35.387	3.186
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	32.202	35.387	3.186
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	31.775	35.387	3.612
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	32.202	35.387	3.186
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	32.202	35.387	3.186
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	33.089	35.387	2.298
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	33.044	35.387	2.344
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	33.455	35.387	1.932
NTN-B	5,35	15/08/2050	750	2.509	2.654	145
NTN-B	5,35	15/08/2050	5550	18.568	19.640	1.072
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	33.455	35.387	1.932
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	33.594	35.387	1.793
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	33.594	35.387	1.793
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	33.548	35.387	1.840
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	31.688	35.387	3.700
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	32.115	35.387	3.272
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	31.986	35.387	3.401
NTN-B	5,35	15/08/2050	10000	31.353	35.387	4.035
NTN-B	5,35	15/05/2035	10000	28.586	34.022	5.436
NTN-B	5,35	15/05/2021	167	532	538	6

SANASA				40.427	44.132	3.705
NTN-B	5,08	15/05/2035	5000	15.292	17.491	2.199
NTN-B	5,08	15/08/2026	1900	5.942	6.469	527
NTN-B	5,08	15/08/2022	3000	9.599	9.958	359
NTN-B	5,08	15/08/2026	3000	9.594	10.214	620

TAP				171.500	180.386	8.886
NTN-B	5,22	15/08/2026	5000	15.990	16.884	894
NTN-B	5,22	15/05/2035	5000	15.816	17.240	1.424
NTN-B	5,22	15/05/2035	10000	32.668	34.480	1.812
NTN-B	5,22	15/05/2023	4000	12.618	13.099	481
NTN-B	5,22	15/08/2022	5000	15.999	16.526	527
NTN-B	5,22	15/08/2022	5000	15.554	16.526	972
NTN-B	5,22	15/05/2023	5000	15.278	16.374	1.096
NTN-B	5,22	15/05/2023	5000	15.756	16.374	617
NTN-B	5,22	15/05/2021	5000	15.804	16.166	363
NTN-B	5,22	15/08/2024	5000	16.018	16.718	700

8.2 Fundos

A tabela a seguir apresenta a evolução dos Fundos - Previdenciais, Administrativos e Investimentos:

TIPO	NOTA	2017	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	2018
FUNDOS PREVIDENCIAIS	8.2.1	142.904	68.518	(47.869)	163.553
Plano Repsol		3.922	235	-	4.157
Plano Cachoeira Dourada		712	51	-	763
Plano Alesat		1.120	822	-	1.942
Plano IBPprev Associados		563	-	(209)	354

TIPO	NOTA	2017	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	2018
Plano Misto Sanasa		47.603	-	(47.603)	-
Plano TERMOprev		7	-	(7)	-
Plano FIEPEprev		1.063	3.736	-	4.798
Plano Petros-2		83.666	58.447	-	142.113
Plano PTAPrev		390	30	-	420
Plano PrevFIEPA		887	2.131	-	3.018
Plano PrevFIEA		316	1.987	-	2.303
Plano Liquigás		654	523	-	1.177
Plano GasPrev		822	-	(50)	772
Plano PETRO RG		279	30	-	309
Plano SulgasPrev		293	80	-	373
Plano EldoradoPrev		607	446	-	1.054

FUNDOS ADMINISTRATIVOS	8.2.2	815.715	521.076	(510.651)	826.140
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados		643.885	-	(510.279)	133.606
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados		-	470.501	-	470.501
Plano Triunfo Vida		1.692	-	(372,00)	1.320
Plano Copesulprev		-	117	-	117
Plano TERMOprev		10	24	-	34
Plano Petros-2		166.052	49.486	-	215.538
Plano TAPMEPrev		3.654	715	-	4.369
Plano EldoradoPrev		422	233	-	655

FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	284.591	269.480	(202.772)	351.299
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados	247.610	-	(202.772)	44.838
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados	-	257.947	-	257.947
Plano IBPprev Associados	2	-	-	2
Plano Misto Sanasa	45	16	-	61
Plano TERMOprev	-	1	-	1
Plano FIEPEprev	13	6	-	19
Plano Petros-2	31.835	10.486	-	42.321
Plano ANAPARprev	373	38	-	411
Plano PTAPrev	11	6	-	17
Plano Petros Braskem	70	-	-	70
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	271	82	-	353
Plano Petros Lanxess	1.621	583	-	2.204
Plano Petros Ultrafertil	2.667	315	-	2.982
Plano Petros Copesul	73	-	-	73

8.2.1 Fundos Previdenciais

	2018	2017
Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	15.612	11.579
Fundo de Risco	122.168	60.810
Fundo Especial	25.773	22.856
Fundo de Serviço Passado	-	47.603
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	-	56
TOTAL	163.553	142.904

Abaixo as regras dos Fundos previdenciais:

(a) Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar

• **Plano SulgasPrev** – Outros – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar/Fundos de Valores Remanescentes – **Constituição:** Saldos Remanescentes de Conta do Patrocinador, nos casos de pagamentos de resgates e cancelamento de inscrição sem rompimento do vínculo empregatício com o Patrocinador, e respectivas rentabilidades; **Reversão:** Destinação de recursos conforme definido pelo Patrocinador, observada a ordem de prioridade.

• **Planos ALESAT, Cachoeira Dourada, Eldorado Prev, FIEPEprev, GasPrev, IBPprev Associados, Liquigás, Petro RG, PrevFIEPA, PREVIFIEA, PTAPrev e Repsol** – **Constituição:** Saldos Remanescentes de Conta do Patrocinador, nos casos de pagamentos de

resgates e cancelamento de inscrição sem rompimento do vínculo empregatício com o Patrocinador, e respectivas rentabilidades; **Reversão:** Destinação de recursos conforme definido pelo Patrocinador.

- **Plano TAPMEprev** – Outros – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar/Fundos de Valores Remanescentes – **Constituição:** Saldos Remanescentes das Contas de Patrocinador 1 e 2, nos casos de pagamentos de resgates, aqueles que efetuaram a Portabilidade ou, ainda, nos casos previstos nos itens VII.24 e VII.33 do regulamento e respectivas rentabilidades; **Reversão:** Destinação de recursos embasada na manifestação atuarial, aprovada pelo conselho deliberativo e prevista no plano de custeio, tendo como finalidade, por ordem de preferência, reduzir o Compromisso Especial do Patrocinador relativo a este plano de benefícios, redução as contribuições futuras e proporcionar melhoria dos Benefícios.
- **Plano Misto Sanasa** – Outros – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar/Fundos de Valores Remanescentes – **Constituição:** valores não utilizados da Subconta Individual Serviço Passado Patrocinador por ocasião da opção do Participante Fundador pelo Resgate, e respectivas rentabilidades; **Reversão:** Destinação de recursos conforme definido pelo Patrocinador.

(b) Fundo de Risco

- **Plano Petros-2** – **Constituição:** Compromisso do Plano com Garantia Mínima da Aposentadoria Programada, Garantia Mínima da Renda de Invalidez, Garantia Mínima da Renda de Pensão por Morte de Ativo, Auxílio-Doença já concedido, Pecúlio por Morte de Ativo, Pecúlio por Morte de Futuro Assistido por Invalidez, e Pagamento de Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão estimados para o exercício. Acrescido da atualização monetária pela Meta Atuarial do Plano (IPCA + Taxa Real de Juros); **Reversão:** Transferência de compromissos necessários referentes à Garantia Mínima da Aposentadoria Programada, Garantia Mínima da Renda de Invalidez, Garantia Mínima da Renda de Pensão por Morte de Ativo, Pecúlio por Morte de Ativo, Pecúlio por Morte de Futuro Assistido por Invalidez, e Pagamento de Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão ocorridos no exercício.
- **Plano Misto Sanasa** – **Constituição:** Contribuições de Risco realizados pelo Participante e Patrocinador, acrescidas da rentabilidade; **Reversão:** Transferência das Provisões Matemáticas referentes aos compromissos dos benefícios de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez.

(c) Fundo Especial

- **Plano Petros-2** – **Constituição:** Contribuições especiais dos patrocinadores e respectivas rentabilidades; **Reversão:** Transferência do montante de contribuições especiais devido aos participantes que obtiverem reconhecimento de tempo de atividade especial pela Previdência Social.

(d) Outros – Previstos em Nota Técnica Atuarial

- **Planos FIEPEprev, PrevFIEPA, PREVIFIEA** – **Constituição:** montante necessário para garantir a solvência e a liquidez do FGBR (estudo atuarial), Contribuições de Risco realizados pelo Participante e/ou Patrocinador, acrescidas da rentabilidade; **Reversão:** Pagamento da Renda de Auxílio-Doença, aporte à Subconta Contribuição Projetada na concessão dos benefícios de Renda de Aposentadoria por Invalidez ou de Renda de Pensão por Morte de Participante Patrocinado, Autopatrocinado ou Assistido que percebia Renda de Auxílio-Doença.

Na avaliação atuarial do exercício de 2018 dos Planos FIEPEprev, PrevFIEPA e PREVIFIEA, foi apurado um valor excedente no saldo Fundo Garantidor de Benefícios de Risco, que contém o saldo da Conta Contribuições de Benefícios de Risco, já mantidos gerencialmente através de estudos no sentido de verificar a viabilidade

econômico-financeira e atuarial, bem como a solvência e liquidez do Fundo. Tal excedente apurado foi registrado em Fundo Previdencial – Previsto em Nota Técnica Atuarial, em substituição ao registro em Provisões Matemáticas de Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização – Não Programado.

8.2.2 Fundos Administrativos

A Petros adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos do PGA entre os planos de benefícios, o que significa que a destinação das sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, a remuneração dos recursos, bem como a utilização do fundo administrativo, não são individualizadas.

Os recursos necessários à cobertura das despesas com a administração da Petros são repassados ao PGA pelos planos previdenciais, pelo fluxo de investimentos e pelas receitas auferidas pelo próprio Plano de Gestão Administrativa. Em consonância com as informações apresentadas na nota explicativa nº 2.1.6, como forma de rateio das despesas administrativas aos planos de benefícios, a Entidade adota a metodologia de apuração dos gastos administrativos, aprovado pelos órgãos estatutários, que prevê a utilização dos conceitos de "Custo Direto", "Custo Indireto" e "Despesas Administrativas".

Ao final de cada mês, a Petros registra nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado no PGA.

Considerando que alguns planos encontram-se com suas taxas de carregamento desatualizadas em relação ao que proporcionalmente vêm sendo capazes de suportar pelo rateio das despesas administrativas e essa diferença apurada gerencialmente pelo fato do PGA da Petros ser de gestão compartilhada, assim como acompanhada de forma a evidenciar o desequilíbrio financeiro entre despesas e receitas administrativas desses planos, a Petros tem realizado estudos e simulações no sentido de endereçar os desequilíbrios financeiros dos planos em seus custeios em situação deficitária.

Foi submetido à PREVIC, como parte dos procedimentos implementados, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com o objetivo de pactuar plano para o equacionamento e equilíbrio do custeio administrativo dos planos de benefícios que apresentavam deficiência no custeio administrativo.

Em 07 de julho de 2017 a Petros informou à Previc o interesse de ratificação do TAC. Em 14 de dezembro de 2018 a Previc aprovou a proposta final do Termo, em linha com o processo de negociação junto aos patrocinadores e instituidores.

Com isso, ainda no exercício de 2019 a Petros terá deliberado pela criação do Plano Petros Multi-Instituído, endereçando o equilíbrio do custeio dos planos instituídos; bem como terá promovido a revisão das alíquotas dos planos cujos Patrocinadores firmem o Termo de Opção endereçado após Estudo de Viabilidade; e ainda deliberado sobre a denúncia unilateral dos convênios de adesão daqueles que não optarem pela revisão das alíquotas ou ainda não responderem no prazo de 30 dias fixado no TAC; se comprometendo a aprovar Plano de Ressarcimento e Recomposição do Fundo Administrativo, considerando o resultado do Relatório Final da CIA instaurada para apurar responsabilidades pelos prejuízos suportados, além de pareceres externos.

Desta forma, a Fundação irá endereçar de todas as maneiras possíveis o equilíbrio do custeio administrativo, sem qualquer condicionante externo que a impeça de promover as medidas assumidas no TAC, tendo ainda a obrigação de promover a denúncia unilateral do convênio de adesão de todos os Patrocinadores e Instituidores que não aceitarem a renegociação das alíquotas que viabilizem o custeio equilibrado dos planos.

PLANOS PATROCINADOS	FASE DAS NEGOCIAÇÕES	REGULAMENTOS ALTERADOS	REGULAMENTOS EM PROCESSO DE ALTERAÇÃO	EM PROCESSO DE ENCERRAMENTO/RETIRADA DE PATROCÍNIO/TRANSFERÊNCIA
PPSP-NR	Em andamento	Não	N/A	N/A
PPSP-R	Em andamento	Não	N/A	N/A
PP-2	Concluído	Não	N/A	N/A
ELDORADO PREV	Concluído	Não	N/A	N/A
TAPMEprev	Em andamento	Não	N/A	N/A
REPSOL	Concluído	Sim	N/A	N/A
TERMOPREV	Concluído	Sim	N/A	N/A
Nitriflex/Lanxess	Concluído	Sim	N/A	N/A
Cachoeira Dourada	Concluído	Sim	N/A	N/A
Misto SANASA	Concluído	Sim	N/A	N/A
SULGASPREV	Concluído	Sim	N/A	N/A
IBPPrev Associados	Concluído	Sim	N/A	N/A
FIEPEprev	Concluído	Não	N/A	Transferência
PREVIFIEPA	Concluído	Não	N/A	Transferência
Petros Lanxess	Concluído	Não	N/A	Transferência
Petros Ultrafértil	Em andamento	Não	N/A	Retirada
PTAprev	Em andamento	Não	Sim	N/A
GASPREV	Concluído	Não	Sim	N/A
Alesat	Em andamento	Não	Não	Não
Petro_RG	Em andamento	Não	Não	Não
PREVIFIEA	Em andamento	Não	Não	Não
Liquigás	Em andamento	Não	Não	Não
IBAprev	Concluído	Não	Sim	N/A
ANAPARprev	Em andamento	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (ainda não aceita)
SIMEPREV	Em andamento	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (ainda não aceita)
CULTURAPrev	Em andamento	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (ainda não aceita)
CRCprev	Em andamento	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (ainda não aceita)
FENAJprev	Em andamento	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (ainda não aceita)
SinMed/RJ	Concluído	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (aceita)
CROprev	Concluído	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (aceita)
CRAprev	Concluído	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (aceita)
PreviContas	Concluído	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (aceita)
PREV-ESTAT	Concluído	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (aceita)
PREVITÁLIA	Concluído	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (aceita)
ADUANAPrev	Concluído	Não	Sim	Fusão para o PPMI* (aceita)

*PPMI – Plano Petros Multi-Instituído, plano que reunirá 12 dos 13 atuais planos instituídos administrados pela Petros (à exceção do IBAprev).

8.3 Situação patrimonial dos planos de benefícios

8.3.1 Plano Petros Sistema Petrobras – Não Repactuados

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano Petros Sistema Petrobras – Não Repactuados apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 2.839.476 (R\$ 2.096.126 em 1º de abril de 2018), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

1. Patrimônio de Cobertura do Plano	13.349.868
2. Provisões Matemáticas	16.185.344
2.1 Contribuição Definida	0
2.2 Benefício Definido	22.890.322
2.3. A Constituir	(6.704.978)

3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(2.839.476)
3.1 Déficit Técnico		(2.924.672)
3.2 Resultados a Realizar		85.196
4. Ajuste de Precificação		0
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(2.839.476)
6. % do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	17,54%
7. Duração do Passivo em anos		11,74
8. Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas	(1.252.746)
9. % do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	7,74%

10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0; (Equilíbrio Técnico Ajustado - LDТА)}	(1.586.730)
11.	Prazo de Equacionamento	1,5 x Duração do Passivo	17,61

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 2.839.476 equivalente a 17,54% das Provisões Matemáticas, que é superior ao Limite do Déficit Técnico Ajustado (LDТА) de R\$ 1.252.746, assim, será necessário elaborar e aprovar o plano de equacionamento de pelo menos R\$1.586.730, que ultrapassou o LDТА, durante o exercício de 2019, dentro dos preceitos da Resolução CNPC Nº 30 de 2018.

Em relação ao Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015, aprovado em 2017 pelo Conselho Deliberativo da Petros, os aportes extraordinários foram iniciados em março/2018. Entretanto, em virtude de ações judiciais, existem participantes, assistidos e patrocinadores que estão com as contribuições extraordinárias suspensas. O Jurídico da Petros, conforme Nota 7.4, emitiu Parecer com relação à classificação remota do risco de perdas das ações coletivas e individuais que questionam o equacionamento do déficit técnico verificado no exercício de 2015, ou seja, há a expectativa de recebimento das respectivas contribuições extraordinárias suspensas. Dessa forma, foi incluída a conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", gerenciada pela Petros, para que as contribuições extraordinárias não pagas sejam consideradas nas Provisões Matemáticas a Constituir.

Além disso, a cobrança dessas contribuições extraordinárias suspensas se fazem necessárias, de forma a não onerar os participantes, os assistidos e os patrocinadores que estão pagando devidamente os valores das contribuições extraordinárias, em caso de novos déficits com necessidade de equacionamento.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes ao Plano de Equacionamento de 2015 do Plano Petros do Sistema Petrobras–Não Repactuados foram registradas na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da Provisão Matemática a Constituir, conforme quadro a seguir:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS

Assistido	72.796
Participante	31.921
Patrocinador	90.002
TOTAL	194.719

8.3.2 Plano Petros Sistema Petrobras – Repactuados

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano Petros Sistema Petrobras – Repactuados apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 5.566.877 (R\$ 2.483.187 em 1º de abril de 2018), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	45.962.479
2.	Provisões Matemáticas	51.529.356
2.1	Contribuição Definida	0
2.2	Benefício Definido	74.235.945
2.3.	A Constituir	(22.706.589)

3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(5.566.877)
3.1	Déficit Técnico		(5.855.833)
3.2	Resultados a Realizar		288.956
4.	Ajuste de Precificação		0
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(5.566.877)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	10,80%
7.	Duração do Passivo em anos		13,14
8.	Limite Déficit Técnico Ajustado (LDТА)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas	(4.709.783)
9.	% do LDТА em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	9,14%
10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0; (Equilíbrio Técnico Ajustado - LDТА)}	(857.094)
11.	Prazo de Equacionamento	1,5 x Duração do Passivo	19,71

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 5.566.877 equivalente a 10,80% das Provisões Matemáticas, que é superior ao Limite do Déficit Técnico Ajustado (LDТА) de R\$ 4.709.783, assim, será necessário elaborar e aprovar o plano de equacionamento de pelo menos R\$ 857.094, que ultrapassou o LDТА, durante o exercício de 2019, dentro dos preceitos da Resolução CNPC Nº 30 de 2018.

Em relação ao Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015 – PED 2015, aprovado em 2017 pelo Conselho Deliberativo, cabe esclarecer que os aportes extraordinários foram iniciados em março/2018. Entretanto, em virtude de ações judiciais que questionam o PED 2015, existem participantes, assistidos e patrocinadores que estão com as contribuições extraordinárias suspensas. A Gerência Jurídica da Petros, conforme Nota 7.4, emitiu Parecer com relação à classificação remota do risco de perdas das ações coletivas e individuais que questionam o equacionamento do déficit técnico do PPSP, ou seja, há a expectativa de recebimento das respectivas contribuições extraordinárias suspensas. Dessa forma, foi incluída a conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", gerenciada pela Petros, para que essas contribuições extraordinárias não pagas sejam consideradas nas Provisões Matemáticas a Constituir.

Além disso, a cobrança dessas contribuições extraordinárias suspensas se fazem necessárias, de forma a não onerar os participantes, os assistidos e os patrocinadores que estão pagando devidamente os valores das contribuições extraordinárias, em caso de novos déficits com necessidade de equacionamento.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes ao Plano de Equacionamento de 2015 do Plano Petros do Sistema Petrobras–Repactuados foram registradas na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da Provisão Matemática a Constituir, conforme quadro a seguir:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS

Assistido	188.302
Participante	165.017
Patrocinador	330.865
TOTAL	684.184

8.3.3 Plano Petros-2

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano Petros-2 apresentou superávit técnico acumulado de R\$ 290.833 (R\$ 303.929 em 31 de dezembro de 2017).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1. Patrimônio de Cobertura do Plano		21.634.502
2. Provisões Matemáticas		21.343.669
2.1 Contribuição Definida		19.494.431
2.2 Benefício Definido		1.849.238
2.3. A Constituir		0
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	290.833
3.1 Superávit/Déficit Técnico		290.833
3.2 Resultados a Realizar		0
4. Ajuste de Precificação		227.968
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	290.833
% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	[5 / (2.2 + 2.3)]	15,73%
7. Duração do Passivo em anos		18,38
8. Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	462.310
9. Contingência em relação às Provisões Matemáticas	[8 / (2.2 + 2.3)]	25,00%
10. Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	290.833

A situação financeiro-atuarial do Plano Petros-2, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o Superávit Técnico de R\$ 290.833, inferior ao Limite da Reserva de Contingência, de R\$ 462.310, sendo integralmente registrado na conta de Reserva de Contingência.

8.3.4 Plano Petros Nitriflex/Lanxess

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano Petros Nitriflex / Lanxess apresentou resultado superavitário de R\$ 32.593 (R\$ 31.164 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1. Patrimônio de Cobertura do Plano		165.843
2. Provisões Matemáticas		133.250
2.1 Contribuição Definida		0
2.2 Benefício Definido		133.250
2.3. A Constituir		0
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	32.593

3.1 Superávit		28.934
3.2 Resultados a Realizar		3.659
4. Ajuste de Precificação		0
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	32.593
6. % do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	24,46%
7. Duração do Passivo em anos		9,53
8. Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	26.023
9. % do Limite da reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	19,53%
10. Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	26.023
11. Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	2.911

A situação financeiro-atuarial do Plano Petros Nitriflex/Lanxess, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou Superávit Técnico de R\$ 28.934, superior ao Limite da Reserva de Contingência, de R\$ 26.023, sendo o excedente registrado na Reserva Especial para Revisão do Plano no valor de R\$ 2.911. Por ser o segundo ano, não há obrigatoriedade de destinação imediata, devendo o resultado ser acompanhado durante o exercício de 2019.

8.3.5 Plano Petros Lanxess

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano Petros Lanxess apresentou Equilíbrio Técnico Acumulado positivo de R\$ 9.693 (superávit técnico acumulado de R\$ 65.113 em 31 de dezembro de 2017).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1. Patrimônio de Cobertura do Plano		1.150.104
2. Provisões Matemáticas		1.140.411
2.1 Contribuição Definida		0
2.2 Benefício Definido		1.140.411
2.3. A Constituir		0
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	9.693
3.1 Déficit Técnico		(11.760)
3.2 Resultados a Realizar		21.453
4. Ajuste de Precificação		0
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	9.693
6. % do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5/2)	0,85%
7. Duração do Passivo em anos		9,99

A situação financeiro-atuarial do Plano Petros Lanxess, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou Déficit Técnico de R\$ 11.760, no entanto, considerando a conta

Resultados a Realizar de R\$ 21.453, o plano alcançou o Equilíbrio Técnico de R\$ 9.693, não havendo a necessidade de análise da duração do passivo, bem como do Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA). Assim, o resultado deve ser acompanhado durante o exercício de 2019.

No encerramento de 2017, o plano demonstrou um Equilíbrio Técnico positivo. O resultado positivo apresentado foi decorrente do aumento do Patrimônio de Cobertura do plano, explicado, principalmente, pela decisão da Gerência Administrativa e Financeira da Petros de reverter a conta contábil "Provisão Processo Trabalhista - Lanxess", no valor de R\$ 85 milhões.

Em 15 de Janeiro de 2018, a ARLANXEO encaminhou correspondência à Petros solicitando a revisão do plano de custeio e a extinção do Plano de Equacionamento de Déficit Técnico, em função do restabelecimento do equilíbrio atuarial. Em 9 de março de 2018, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou os resultados da Avaliação Atuarial de 2017, bem como a suspensão das contribuições extraordinárias, e solicitou estudos sobre o efeito da extinção do Plano de Equacionamento Técnico de 2015.

A Consultoria Mirador emitiu parecer técnico favorável à extinção do Plano de Equacionamento do Déficit Técnico 2015, tendo em vista que o valor do ônus do FAT/FC de responsabilidade do Patrocinador, revisado pela Petros em outubro/2017, resultou em montante acima do valor do déficit técnico de 2015. Os valores pagos pelo Patrocinador durante o Exercício de 2017, de forma a abater a dívida de FAT/FC, não são passíveis de devolução, uma vez que o plano se encontrava em situação deficitária e as contribuições estavam previstas no PED 2015 aprovado.

Em novembro de 2018, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou, conforme Ata nº 624 de 09/11/2018, referente ao processo CD-166/2018, a extinção do Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015. Deste modo, foi liquidada a Provisão Matemática a Constituir das demonstrações contábeis do plano.

8.3.6 Plano Petros Ultrafertil

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano Petros Ultrafertil apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 111.358 (R\$ 257.786 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1. Patrimônio de Cobertura do Plano		666.453
2. Provisões Matemáticas		777.811
2.1 Contribuição Definida		0
2.2 Benefício Definido		1.401.211
2.3 A Constituir		(623.400)
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(111.358)
3.1 Déficit Técnico		(130.118)
3.2 Resultados a Realizar		18.760
4. Ajuste de Precificação		0
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(111.358)
6. % do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	14,32%
7. Duração do Passivo em anos		12,49
8. Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	$1\% \times [\text{Duração do Passivo} - 4] \times \text{Provisões Matemáticas}$	(66.036)

9. % do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	8,49%
10. Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0; (Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)}	(45.322)
11. Prazo de Equacionamento	1,5 x Duração do Passivo	18,735

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 111.358 equivalente a 12,49% das Provisões Matemáticas, que é superior ao Limite do Déficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 66.036. Assim, será necessário elaborar e aprovar o plano de equacionamento de pelo menos R\$ 45.322, que ultrapassou o LDTA, durante o exercício de 2019, dentro dos preceitos da Resolução CNPC Nº 30 de 2018.

Os Planos de Equacionamento referentes aos exercícios de 2014 e 2015 (PED 2014 e PED 2015) do Plano Petros Ultrafertil foram aprovados pelo Conselho Deliberativo da PETROS, na reunião de 22 de dezembro de 2016, tendo os seus reflexos registrados na conta Provisão Matemática a Constituir desde 31 de dezembro de 2016.

O Plano de Equacionamento referente ao exercício de 2016 (PED 2016) foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da PETROS, na reunião de 21 de março de 2018, após a concessão de prorrogação de prazos pela Previc, tendo os seus reflexos registrados na conta Provisão Matemática a Constituir desde 30 de abril de 2018.

Em 18 de dezembro de 2018, o Conselho Deliberativo da PETROS aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do exercício de 2017 (PED 2017), tendo os seus reflexos contabilizados nas Provisões Matemáticas a Constituir em 31 de dezembro de 2018. A implementação do PED 2017 está prevista para fevereiro de 2019.

Em relação às cobranças das contribuições extraordinárias dos participantes e assistidos vinculados aos patrocinadores Ultrafertil S.A. e Vale Fertilizantes S.A. referentes aos PED 2014 e PED 2015, cabe ressaltar que em 25 de outubro de 2017, a Previc não concedeu o prazo solicitado pela Petros de postergação do início das contribuições extraordinárias previstas nos mencionados PED's, mas, por se tratar de situação excepcional e levando-se em conta as razões apresentadas, determinou que até o final do exercício de 2017 a Petros encaminhasse ao Escritório de Representação do Rio de Janeiro da Previc - ERRJ a comprovação de que o plano de equacionamento de 2014 e 2015, já aprovado, tinha sido devidamente implementado e as contribuições extraordinárias vertidas ao Plano.

No entanto, em 20 de outubro de 2017, o juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP concedeu Tutela Antecipada, em ação ajuizada pela Associação dos trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Ultrafertil do Estado de São Paulo (processo nº 1029423-58.2017.8.26.0562), que determinou que a Petros se absteresse de promover os descontos, seja na folha dos beneficiários, seja na folha de participantes, de qualquer rubrica relacionada ao Plano de Equacionamento.

A cobrança das contribuições extraordinárias de 2014 e 2015 referentes aos Patrocinadores Ultrafertil S.A e Vale Fertilizantes S.A. foram iniciadas em dezembro de 2017. Em julho de 2018, a Petros recebeu a manifestação favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. Assim, a partir da folha de setembro de 2018 foi iniciada a cobrança das contribuições extraordinárias de 2014 e 2015 do Patrocinador Araucária Nitrogenados. Contudo, os participantes e assistidos vinculados à Araucária Nitrogenados também estão abrangidos pela liminar de suspensão de contribuição extraordinária.

Os pagamentos das contribuições extraordinárias dos participantes e assistidos vinculados aos patrocinadores Ultrafertil S.A. e Vale Fertilizantes S.A. referentes ao PED 2016 foram iniciadas em junho de 2018. No entanto, em julho, foi concedida liminar (processo 1013591-48.2018.8.26.0562) para suspensão das contribuições

extraordinárias dos participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafertil, sendo imediatamente suspensas. Em razão da manifestação de interesse da PREVIC no feito, em 17 de agosto de 2018 os autos foram remetidos para a 4ª Vara Federal de Santos/SP (processo n.º 5006796-88.2018.4.03.6104).

A cobrança das contribuições extraordinárias de 2016 referentes aos Patrocinadores Ultrafertil S.A e Vale Fertilizantes S.A. foram iniciadas, com autorização da Previc, em junho de 2018. Contudo, para a Araucária Nitrogenados S.A. não foi possível a cobrança, uma vez que a Petros ainda não recebeu a manifestação favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

Em 26 de setembro de 2018 a PETROS foi intimada a respeito da tutela de urgência concedida nos autos de ação civil pública ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica do Estado do Paraná (5040500-93.2018.4.04.7000, 6ª Vara Federal de Curitiba/PR), suspendendo a cobrança das contribuições extras referente ao plano de equacionamento do Plano Petros Ultrafertil 2014, 2015 e 2016 para os participantes ativos e assistidos, sindicalizados ou não, residentes no Estado do Paraná.

Em função de ações judiciais que questionam os PEDs de 2014, 2015 e de 2016, existem participantes, assistidos e patrocinadores que estão com as contribuições extraordinárias suspensas. A Gerência Jurídica da Petros emitiu Parecer com relação à classificação remota do risco de perdas das ações coletivas e individuais que questionam os Planos de Equacionamentos dos déficits técnicos do Plano Petros Ultrafertil, ou seja, há a expectativa de recebimento das respectivas contribuições extraordinárias suspensas. Dessa forma, foi incluída a conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", gerenciada pela Petros, para que essas contribuições extraordinárias não pagas fossem consideradas nas Provisões Matemáticas a Constituir.

Além disso, a cobrança dessas contribuições extraordinárias suspensas são necessárias, de forma a não sobrecarregar os participantes, os assistidos e os patrocinadores que estão pagando devidamente os valores das contribuições extraordinárias, em caso de novos déficits com necessidade de equacionamento.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes aos Planos de Equacionamento de 2014, 2015 e 2016 do Plano Petros Ultrafertil foram registradas na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da Provisão Matemática a Constituir, conforme quadro a seguir:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS

GRUPO	PED 2014	PED 2015	PED 2016	Total
Assistido	14.473	15.602	2.678	32.753
Participante	836	1.049	146	2.031
Patrocinador	105	98	-	203
TOTAL	15.413	16.750	2.823	34.987

Com relação à cobrança da dívida decorrente da introdução dos novos índices de atualização (FAT) e reajuste de benefício (FC) – Art. 48, inciso VIII do Regulamento do Plano Petros Ultrafertil, as negociações entre Petros e o patrocinador Vale Fertilizantes se encerraram. Com o Patrocinador Ultrafertil ainda está sendo negociada e espera-se a conclusão ainda no primeiro semestre de 2019. Já a cobrança do FAT/FC referente ao patrocinador Araucária, foi realizada consulta à Previc e esta informou que deveria respeitar a regra da paridade contributiva. Como já existe a paridade para esse patrocinador, não está sendo cobrado dele. No que tange à Vale Fertilizantes S.A., inicialmente foi promovido o ajuizamento de ação judicial, tendo sido proferida sentença sem resolução de mérito, com a indicação de que o foro competente para a discussão da matéria seria o arbitral em razão de cláusula compromissória arbitral. No dia 2 de outubro de 2018 a Petros ingressou em arbitragem contra o patrocinador Vale Fertilizantes, atual Mosaic.

8.3.7 Plano SulgasPrev

Em 31 de dezembro de 2018 o Plano SulgasPrev apresentou insuficiência patrimonial de R\$ 50 (superávit de R\$ 145 em 31 de dezembro de 2017).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1. Patrimônio de Cobertura do Plano		21.395
2. Provisões Matemáticas		21.445
2.1 Contribuição Definida		17.991
2.2 Benefício Definido		3.454
2.3. A Constituir		0
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(50)
3.1 Déficit Técnico		(50)
3.2 Resultados a Realizar		0
4. Ajuste de Precificação		0
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(50)
6. % do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	$[5 / (2.2 + 2.3)]$	1,45%
7. Duração do Passivo em anos		25,01
8. Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	$1\% \times [\text{Duração do Passivo} - 4] \times \text{Provisões Matemáticas}$	(726)
9. % do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	$[8 / (2.2 + 2.3)]$	21,01%
10. Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0; (Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)}	0
11. Prazo de Equacionamento	$1,5 \times \text{Duração do Passivo}$	37,52

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, apresentou o Equilíbrio Técnico Negativo de R\$ 50, inferior ao Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 726, por não ter extrapolado o LDTA não será obrigatório elaborar Plano de Equacionamento de Déficit Técnico durante o exercício de 2019.

8.3.8 Plano Misto Sanasa

Em 31 de dezembro de 2018 o Plano Misto Sanasa apresentou Equilíbrio Técnico positivo de R\$ 1.713 (R\$ 1.539 em 31 de dezembro de 2017).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1. Patrimônio de Cobertura do Plano		269.051
2. Provisões Matemáticas		267.338
2.1 Contribuição Definida		218.638
2.2 Benefício Definido		48.700
2.3. A Constituir		0
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	1.713
3.1 Superávit		1.713
3.2 Resultados a Realizar		0
4. Ajuste de Precificação		3.705

5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	1.713
6. % do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	$[5 / (2.2 + 2.3)]$	3,52%
7. Duração do Passivo em anos		10,19
8. Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e $(10\% + 1\% \times \text{Duração do Passivo}) \times \text{Provisões Matemáticas (BD)}$	9.833
9. % do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	$[8 / (2.2 + 2.3)]$	20,19%
10. Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	1.713
11. Reserva Especial para Revisão do Plano	$(3.1 - 10)$	0

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, apresentou o Equilíbrio Técnico Positivo de R\$ 1.713, inferior ao Limite da Reserva de Contingência, sendo registrado integralmente na Conta de Reserva de Contingência.

8.3.9 Plano TAPMEPrev

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano TAPMEPrev apresentou Equilíbrio Técnico no encerramento do exercício.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		322.960
2.	Provisões Matemáticas		322.960
2.1	Contribuição Definida		35.619
2.2	Benefício Definido		311.065
2.3.	A Constituir		(23.724)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	0
3.1	Superávit/Déficit Técnico		0
3.2	Resultados a Realizar		0
4.	Ajuste de Precificação		8.886
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	0
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	$[5 / (2.2 + 2.3)]$	0,00%
7.	Duração do Passivo em anos		11,68

Os resultados da avaliação atuarial do Plano TAPMEPrev referente ao exercício de 2018 apontaram para a existência de déficit técnico no valor de R\$ 3.812. No entanto, em razão do disposto no Instrumento Particular de Integralização de Compromisso com Benefícios Concedidos e a Conceder do Plano TAPMEPrev que determina o restabelecimento automático do equilíbrio atuarial do plano mediante ajuste na conta Provisão Matemática a Constituir, o valor do referido déficit foi incorporado à Provisão Matemática a Constituir, correspondente a R\$ 23.724.

8.3.10 Plano FIEPEprev

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano FIEPEprev apresentou Equilíbrio Técnico Acumulado positivo de R\$ 1.205 (superávit de R\$ 87 em 31 de dezembro de 2017)

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		46.896
2.	Provisões Matemáticas		45.691
2.1	Contribuição Definida		45.691
2.2	Benefício Definido		-
2.3.	A Constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	1.205
3.1	Superávit		1.205
3.2	Resultados a Realizar		0
4.	Ajuste de Precificação		0
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	1.205
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas (BD)	[5 / (2.2 + 2.3)]	-
7.	Duração do Passivo em anos		10
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	-
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	[8 / (2.2 + 2.3)]	-
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	-
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	1.205

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, o Plano FIEPEprev apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 1.205, sendo registrado integralmente na Reserva Especial para Revisão do Plano. Por ser o primeiro ano, não há obrigatoriedade de destinação imediata, devendo o resultado ser acompanhado durante o exercício de 2019.

8.3.11 Plano PrevFIEPA

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano PrevFIEPA apresentou Equilíbrio Técnico Acumulado positivo de R\$ 1.198 (superávit de R\$ 567 em 31 de dezembro de 2017).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1. Patrimônio de Cobertura do Plano	25.916	
2. Provisões Matemáticas	24.718	
2.1 Contribuição Definida	24.718	
2.2 Benefício Definido	0	
2.3. A Constituir	-	
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	1.198
3.1 Superávit		1.198
3.2 Resultados a Realizar		0

4.	Ajuste de Precificação		0
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	1.198
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas (BD)	[5 / (2.2 + 2.3)]	-
7.	Duração do Passivo em anos		10
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	-
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	[8 / (2.2 + 2.3)]	-
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	-
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	1.198

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, o Plano PrevFIEPA apresentou o Equilíbrio Técnico Acumulado de R\$ 1.198, sendo registrado integralmente na Reserva Especial para Revisão do Plano. Por ser o terceiro ano consecutivo de registro na Reserva Especial existe a obrigatoriedade de destinação dessa reserva, até o encerramento do exercício de 2019. Dessa forma, serão realizados estudos de destinação da Reserva Especial para revisão do Plano, dentro dos preceitos da Resolução CNPC nº 30 de 2018.

8.3.12 Plano PREVIFIEA

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano PREVIFIEA apresentou Equilíbrio Técnico Acumulado positivo de R\$ 210 (superávit de R\$ 35 em 31 de dezembro de 2017).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com as regras em vigor:

1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	15.390
2.	Provisões Matemáticas	15.180
2.1	Contribuição Definida	15.180
2.2	Benefício Definido	0
2.3.	A Constituir	-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado (1 - 2)	210
3.1	Superávit	210

3.2	Resultados a Realizar		0
4.	Ajuste de Precificação		0
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	210
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas (BD)	[5 / (2.2 + 2.3)]	-
7.	Duração do Passivo em anos		10
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	-
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	[8 / (2.2 + 2.3)]	-
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	-
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	210

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, o Plano PREVIFIEA apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 210, sendo registrado integralmente na Reserva Especial para Revisão do Plano. Por ser o primeiro ano, não há obrigatoriedade de destinação imediata, devendo o resultado ser acompanhado durante o exercício de 2019.

9 VARIAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

As variações do Plano de Gestão Administrativa estão detalhadas na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA).

Em 31 de dezembro de 2018 o fundo administrativo encerrou com o saldo de R\$ 826.140, representando um aumento de 1% com relação ao fechamento do exercício de 2017 (R\$ 815.715). Apesar das receitas administrativas terem sido menores que as despesas houve formação de fundo administrativo devido a reversão das contingências judiciais.

A reversão dessas contingências foi devido a reclassificações de ações entre os diversos planos existentes. Tais reclassificações constituem consequência da necessidade de ajustes nos registros das informações jurídico-contábeis, iniciadas a partir de 2016, com o aperfeiçoamento dos critérios de classificação dos processos judiciais quanto à probabilidade de perda e as revisões das informações inseridas no sistema jurídico de acompanhamento de processos.

A variação da rubrica Despesas Gerais ocorreu, principalmente, pela reavaliação do imóvel Sede da Petros (Ativo Permanente), representando um resultado negativo de R\$ 13.368.

10 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)

Em atendimento ao disposto no § 1º, do artigo 11, Capítulo I, da Resolução CNPC nº 29/2018, de 13 de abril de 2018, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, Participação do Fundo Administrativo nos planos previdenciais, Superávit e Déficit Técnico, dentre outros. Segue abaixo a consolidação em 31 de dezembro de 2018.

DESCRIÇÃO	SOMATÓRIO DOS PLANOS (A) + (B) + (C) + (D)	PGA (A)	PLANOS BENEFÍCIO DEFINIDO (B)	PLANOS PATROCINADOS CDE CV (C)	PLANOS INSTITUIDORES (D)	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
1. ATIVOS	91.606.093	985.930	66.746.207	23.225.995	647.961	(826.140)	90.779.953
Disponível	2.840	153	80	1.448	1.159	-	2.840
Realizável	91.523.727	906.251	66.746.127	23.224.547	646.802	(826.140)	90.697.587
Previdencial	16.083.788	-	16.081.032	2.714	42	-	16.083.788
Administrativo	893.826	67.686	604.107	222.033	-	(826.140)	67.686
Investimentos	74.546.113	838.565	50.060.988	22.999.800	646.760	-	74.546.113
Permanente	79.526	79.526	-	-	-	-	79.526
2. OBRIGAÇÕES	4.850.496	159.790	4.581.149	96.781	12.776	-	4.850.496
Operacional	697.644	151.671	458.289	74.908	12.776	-	697.644
Contingencial	4.152.852	8.119	4.122.860	21.873	-	-	4.152.852
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	2.003.579	826.140	912.575	264.453	411	(826.140)	1.177.439
Fundo Administrativo	1.652.280	826.140	604.107	222.033	-	(826.140)	826.140
Fundo dos Investimentos	351.299	-	308.468	42.420	411	-	351.299
4. RESULTADOS A REALIZAR	418.024	-	418.024	-	-	-	418.024
TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3 - 4)	84.333.994	-	60.834.459	22.864.761	634.774	-	84.333.994
5. PATRIMÔNIO SOCIAL	86.755.598	826.140	62.165.059	23.129.214	635.185	(826.140)	85.929.458
Provisões Matemáticas	92.807.166	-	69.766.171	22.406.221	634.774	-	92.807.166
Superávit Técnico	324.443	-	28.935	295.508	-	(324.443)	-
Déficit Técnico	(8.961.168)	-	(8.960.647)	(521)	-	324.443	(8.636.725)
Fundos Previdenciais	163.553	-	-	163.553	-	-	163.553
Fundo Administrativo	1.652.280	826.140	604.107	222.033	-	(826.140)	826.140
Fundo dos Investimentos	351.299	-	308.468	42.420	411	-	351.299
Resultados a Realizar	418.025	-	418.025	-	-	-	418.025
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL	86.755.598	826.140	62.165.059	23.129.214	635.185	(826.140)	85.929.458
6. ADIÇÕES	35.647	-	4	5.800	29.843	(35.647)	-
Migrações entre Planos	35.647	-	4	5.800	29.843	(35.647)	-
7. DEDUÇÕES	(35.647)	-	(29.037)	(6.448)	(162)	35.647	-
Migrações entre Planos	(35.647)	-	(29.037)	(6.448)	(162)	35.647	-

11 PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Petros podem ser assim consideradas: as empresas relacionadas à Petrobras S.A., os Participantes, os Assistidos, demais Patrocinadores e Instituidores e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Petros.

Operações com Partes Relacionadas

Eventuais custos relacionados a estrutura operacional e ou administrativa comuns, como por exemplo aqueles relacionados a funcionários cedidos pelo patrocinador, são contabilizados na empresa de acordo com critérios previamente estabelecidos. As receitas e despesas com partes relacionadas são constituídas, principalmente, das operações relacionadas a investimentos mantidos pelos planos, receita de aluguel originada de certos imóveis e contribuições contratadas. O quadro a seguir apresenta os direitos a receber com partes relacionadas, que a Governança avalia que tais valores respeitam as condições regulares de mercado.

	2017 PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS	PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS NR	PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS R	PLANO PETROS NITRIFLEX / LANXESS	PLANO PETROS LANXESS	PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL	PLANO PETROS-2	PLANO TAP	PGA	2018
DEBÊNTURES	64.633	11.244	38.137	407	2.744	2.342	4.101	-	1.672	60.648
Termobahia S.A	64.633	11.244	38.137	407	2.744	2.342	4.101	-	1.672	60.648
AÇÕES	597.957	99.398	337.125	8	55	45	99.841	2.520	35	539.027
Petrobras ON 1	47.746	-	-	-	-	-	41.200	1.041	6	42.247
Petrobras PN 1	69.519	-	-	-	-	-	58.558	1.479	8	60.045
Termobahia ON	1.185	221	751	8	55	45	83	-	22	1.186
TOTVS ON	479.506	99.176	336.374	-	-	-	-	-	-	435.550
CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	12.710.295	3.714.751	8.952.290	-	-	-	-	-	-	12.667.041
Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras)	12.281.519	3.652.250	8.595.147	-	-	-	-	-	-	12.247.397
Fundação Petrobras de Seg. Social (Petros)	7.543	-	5.569	-	-	-	-	-	-	5.569
Petrobras Distribuidora S.A (BR)	421.233	62.501	351.574	-	-	-	-	-	-	414.075
IMÓVEIS (LOCAÇÃO)	1.339.802	288.956	980.045	-	-	-	-	-	-	1.269.001
Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras)	1.339.802	288.956	980.045	-	-	-	-	-	-	1.269.001

12 REFLEXOS NA PETROS DAS INVESTIGAÇÕES EM CURSO

Desde 2014 encontram-se em andamento investigações em outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto das operações específicas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta e ou indiretamente por meio de fundos de investimentos, assim como, possíveis ilicitudes em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do país, entre eles a Fundação. Apresentamos a seguir informações sobre as principais investigações em curso.

a. Investigação da Petrobras na Petros

Como parte do processo de governança, diversas ações vêm sendo adotadas, e em 19 de dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo da Petros, a partir da solicitação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, autorizou a realização de inspeção na Entidade, sendo os trabalhos conduzidos pelos escritórios Trench, Rossi e Watanabe Advogados e Gibson, Dunn & Crutcher LLP, contratados exclusivamente pela Petrobras, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariassem leis e regulamentos, em prejuízo daquela contratante.

Em 28 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o encerramento do Comitê Especial, criado em dezembro de 2014, para atuar como interlocutor ("reporting line") das investigações independentes realizadas pelos escritórios Trench, Rossi e Watanabe Advogados e Gibson, Dunn & Crutcher LLP. Também foi aprovada a cessação das atividades de investigação conduzidas pelos escritórios externos. As atividades do Comitê Especial e escritórios externos passam a ser executadas, de forma permanente, pelas áreas competentes da Petrobras. Em paralelo, a Diretoria Executiva da Petros instaurou comissões internas de apuração para identificação de danos à Petros objetivando apontar responsáveis e medidas cabíveis de ressarcimento.

A Entidade já tem refletido em seus livros os impactos contábeis dos fatos e circunstâncias até aqui conhecidos. No entanto, em razão do estágio dos trabalhos, não há elementos que indiquem com razoável segurança o desfecho das investigações em curso e, portanto, chamamos a atenção para o fato de que as demonstrações contábeis da Entidade não incluem quaisquer outros efeitos que possam advir dessas investigações.

b. Inquérito da Polícia Federal

Tramita na Polícia Federal do Paraná o inquérito nº IPL 0119/2015-5-SR/DPF/PR, que tem como objeto investigar atos praticados relacionados ao investimento na CCB de Indústria Metais do Vale (CNPJ nº 06.249.342/0001-26) e ao Fundo de Investimento em Participações Brasil Petróleo I (CNPJ nº 12.240.738/0001-30). A Petros não figura no referido inquérito policial como entidade investigada, tendo sido instada nos anos de 2015 e 2016 a fornecer informações sobre os referidos investimentos. A Diretoria Executiva da Petros aprovou os investimentos citados em 24 de março de 2005 e em 02 de dezembro de 2010.

c. Relatório CPI dos Fundos de Pensão

Com a conclusão da CPI dos Fundos de Pensão pela Câmara dos Deputados, o relatório final foi encaminhado ao Ministério Público Federal

que deu continuidade as apurações, não trazendo nenhum reflexo direto para a Petros. De qualquer sorte, a Fundação promoveu alteração na sua governança e na sua estrutura de controle de risco, além de adotar medidas administrativas no sentido de apurar a responsabilidade de agentes e ex-dirigentes que participaram do processo decisório dos investimentos citados no Relatório Final da CPI dos Fundos de Pensão. A Petros também estuda a viabilidade de ajuizamento de ação indenizatória visando a reparação de eventuais prejuízos sofridos. A Fundação vem colaborando com o Ministério Público Federal na apuração dos fatos apresentados no Relatório Final da CPI dos Fundos de Pensão prestando todos os esclarecimentos solicitados e disponibilizando as informações requeridas.

d. Procedimento Investigatório Criminal (PCI) - 1.30.001.002097/2016-66

O procedimento investigatório criminal nº 1.30.001.002097/2016-66, que apurava a possível prática do crime de gestão fraudulenta por ex-dirigentes da Petros relativo à aquisição de debêntures, emitidas pela empresa Galileo SPE Gestora de Recebíveis S.A., e que teve origem nas informações contidas no Relatório Final da CPI dos Fundos de Pensão, foi convertido na Ação Penal nº 0017642-26.2014.4.02.51.01 (2014.51.01.017642-9) em 01 de julho de 2016. A Petros não é parte na referida Ação Penal.

e. Operação Greenfield

A Operação Greenfield deflagrada em 05 de setembro de 2016 continua em curso. Até a presente data, a Petros tomou conhecimento de: (i) uma ação penal e uma ação de improbidade administrativa (ambas relacionadas ao investimento no FIP Enseada) ajuizadas em face de ex-dirigentes da Petros; e (ii) uma denúncia criminal com pedido de reparação econômica e moral das vítimas relacionada ao investimento no FIP Global Equity Properties ajuizadas em face de ex-dirigentes da Petros. A Petros não é parte nas referidas Ações. A Fundação tem colaborado com as investigações fornecendo todas as informações e documentos solicitados pelo Ministério Público Federal, tendo contratado o Escritório David Rechulski Advogados para defender os interesses da Fundação nos procedimentos investigativos e nas eventuais ações penais que venham a ser ajuizadas.

f. Medida cautelar 5047430-30.2018.4.04.7000/PR

A Petros também tomou ciência de pedido de buscas e apreensões, bloqueio de ativos e prisões cautelares formulado pelo Ministério Público Federal por conta da possível prática dos crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro e organização criminosa na execução do investimento da Petros no Conjunto Pituba. O Escritório David Rechulski Advogados está contratado para defender os interesses da Fundação no procedimento investigativo e nas eventuais ações penais que venham a ser ajuizadas.

g. Processo Administrativo Sancionador CVM 4415/2016 (Processo Eletrônico 19957.004415/2016-57). A Petros foi intimada para se manifestar em Processo Administrativo Sancionador em curso na CVM que apura a eventual ocorrência de abuso de poder de controle, o Processo ainda está em fase inicial.

h. Instauração de Comissões Internas de Apuração e Tratamento Simplificados de Apuração

Desde 2015, a Diretoria Executiva da Petros determinou a instauração de certas comissões internas ("CIAs") objetivando a apuração de danos à Petros.

Segue quadro resumo desde 2015:

SITUAÇÃO ATUAL	CATEGORIA	INVESTIMENTO	DEMAIS ASSUNTOS	TOTAL
Encerradas	CiAs	11	2	13
	TSAs	0	20	20
Em andamento	CiAs	4	0	4
	TSAs	0	5	5
A serem consituídas nos próximos 12 meses	CiAs / TSAs (não especificada)	8	18	26
TOTAL		23	45	68

Desde setembro de 2017 o Canal de Denúncias Anônimo funciona na obtenção de informações importantes às apurações internas.

Desde outubro de 2017, o Comitê de Condutas Éticas e Gestor de Comissões Internas – COMCEG, atua no sentido de aprimorar, normatizar, padronizar e acelerar o processo de apurações internas bem como sua gestão de consequências na Fundação.

A Auditoria Interna da Fundação encontra-se em processo de reestruturação de forma a contar com equipe dedicada à realização das apurações internas, tendo sido a primeira fase concluída em 2018 e a segunda prevista para março de 2019.

i. Contrato de Investigação Forense para suporte à Auditoria Independente

Desde o exercício de 2015 a Petros conta com serviços de investigação forense para suporte à auditoria independente no que tange ao acompanhamento dos trabalhos de investigação na Fundação.

13 EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Litel

Em 25 de janeiro de 2019, A Vale S.A. divulgou que ocorreu, naquela mesma data, o rompimento da Barragem 1 da Mina do Córrego de Feijão, em Brumadinho (MG). Os rejeitos dispostos ocupavam uma área de 249,5 mil m² e o volume disposto era de 11,7 milhões de m³.

A companhia afirmou que a Barragem I possuía "Declarações de Condição de Estabilidade" emitidas pela empresa TUV SUD do Brasil, empresa internacional especializada em Geotecnia. As mesmas foram emitidas em junho/18 e em setembro/18, referentes aos processos

de "Revisão Periódica de Segurança de Barragens" e "Inspeção Regular de Segurança de Barragens", respectivamente, conforme determina a portaria DNP 70.389/2017. A barragem possuía Fator de Segurança de acordo com as boas práticas mundiais e acima da referência da Norma Brasileira. Ambas as declarações de estabilidade mencionadas atestavam a segurança física e hidráulica da barragem.

Desta forma, com as suspensões temporárias das operações da mina do Córrego de Feijão, bem como eventuais sanções a serem impostas à Vale, é possível que sejam verificados impactos relevantes na cotação de suas ações no curto prazo.

b. Invepar

Em 11 de fevereiro de 2019, a Invepar informou que a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou os ratings da Companhia, passando de 'B' para 'CCC+' na Escala Global e de 'brA-' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da CART, MetrôBarra e 3ª e 4ª emissões de debêntures da Invepar, de 'brA-' para 'brBB-', em Escala Nacional. Os ratings da Companhia e das suas controladas CART e MetrôBarra permaneceram em CreditWatch negativo.

A Invepar iniciou os procedimentos aplicáveis, visando atenuar impactos adversos sobre a Companhia.

DANIEL FERREIRA LIMA
Presidente
CPF: 279.634.498-30

LEILA BATISTA MELLO
Contadora
CRC-RJ 087.554/O-1
CPF 851.537.027-15

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO 2018

(O texto a seguir é uma reprodução do parecer do colegiado)

O Conselho Fiscal, em atendimento ao inciso II do art. 33 do Estatuto da PETROS – Fundação Petrobras de Seguridade Social, e consoante à letra “j” do art. 17, da Resolução Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13/04/2018, apreciou as Demonstrações Contábeis Consolidadas (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa) e as Individuais por Plano de Benefícios (Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido, Demonstração das Provisões Técnicas) do exercício financeiro de 2018, consubstanciadas pelos Pareceres Atuariais e pela minuta do Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa KPMG e pela Assessoria do Conselho Fiscal, Consultors Consultoria, bem como nas análises feitas pelos próprios Conselheiros, apresenta a seguir os pontos relevantes que dão sustentação a conclusão do presente Parecer:

I – PRELIMINARES

O Conselho Fiscal da Petros reconhece que a atual Administração da Fundação continua envidando os melhores esforços para aprimorar o fluxo de informações e o atendimento às demandas e recomendações deste Conselho, permanecendo oportunidades de melhorias.

Da parte deste Colegiado, ao final deste parecer, cumprindo nossas obrigações estatutárias e legais, estaremos apresentando uma série de recomendações que julgamos necessárias serem atendidas para que mudanças importantes na Fundação sejam realizadas a tempo. Entretanto, quaisquer mudanças, para que sejam efetivas e positivas, devem ser acompanhadas por uma decisão da principal Patrocinadora – a Petrobras – em buscar entendimento, principalmente, em relação à investigação, avaliação, mensuração e consequente pagamento dos passivos apontados neste parecer e, de forma combinada, pela manutenção de postura garantidora de uma gestão independente e autônoma da Fundação.

1. Do Parecer da Auditoria Independente:

Considerando o memorando GAF-014/2019, de 19/03/2019, que encaminhou a minuta do Parecer Final – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis 2018, apresentado a este Conselho em 19/03/2019;

Considerando que a emissão do Parecer Final – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis 2018, em formato final e assinado, está condicionada à aprovação das Demonstrações Contábeis pelo Conselho Deliberativo da Petros, em atendimento a NBC TA 700 e à Resolução CNPC nº 08;

Considerando o memorando GAF-016/2019, de 22/03/2019, informando ajustes nas Demonstrações Contábeis e nas Notas Explicativas e a Carta-Conforto encaminhada por meio do memorando DIAF-005/2019, de 27/03/2019, que informa as alterações realizadas apenas nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018, que não foram objeto de modificação material;

Considerando a Carta de Representação PRES-040/2019, de 28/03/2019, que expressa a opinião da Petros quanto à adequação da apresentação das demonstrações contábeis, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis.

No entendimento do Conselho Fiscal, o Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela KPMG, a seguir transcrito, cumpre a exigência do Conselho Federal de Contabilidade e da PREVIC.

1.1 Opinião com Ressalva

“Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (“Fundação”, “Entidade” ou “Petros”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC”.

1.2 Ressalva

“Depósitos judiciais/recursais e Exigível contingencial

Conforme descrito nas notas explicativas nºs. 3.4 e 7, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 apresentam nas rubricas de depósitos judiciais/recursais e exigível contingencial os montantes consolidados de R\$ 2.670 milhões (R\$ 2.326 milhões em 31 de dezembro de 2017) e de R\$ 4.153 milhões (R\$ 4.216 milhões em 31 de dezembro de 2017), respectivamente (os saldos individuais por planos de benefícios estão apresentados nas referidas notas explicativas). No decorrer do exercício de 2018, a Administração manteve o processo contínuo de conciliação dos depósitos judiciais/recursais junto às instituições financeiras depositárias, além da adoção de outras medidas, e reconheceu integralmente no exercício corrente um ajuste de aproximadamente R\$ 181 milhões referente a exercícios anteriores (R\$ 490 milhões em 31 de dezembro de 2017, líquidos dos efeitos do exigível contingencial). Adicionalmente, a Administração em conjunto com os seus assessores jurídicos, vem aprimorando seu processo de controles internos relacionados ao exigível contingencial, visando qualificar e atualizar as informações relacionadas a melhor expectativa de perda e valor de desembolso atribuídos aos processos judiciais. Todavia, em função do atual estágio em que se encontram os processos de conciliação dos depósitos judiciais/recursais e exigível contingencial, não foi praticável determinar se havia necessidade de ajustar esses saldos em 31 de dezembro de 2018 e os respectivos efeitos reflexos no Superávit (Déficit) Técnico do Exercício na Demonstração da Mutações do Patrimônio Social e nas Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido individuais por plano de benefícios. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva”.

1.3 Ênfases

“Situação patrimonial dos planos de benefícios Petros Ultrafertil, Plano Petros Sistema Petrobras Não Repactuados e Repactuados – Incerteza sobre os Planos de Equacionamento dos Déficits

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8.3, às demonstrações contábeis que descreve que os planos de benefícios Petros Sistema Petrobras Não Repactuados e Repactuados e Plano Petros Ultrafertil acumularam déficits técnicos que, até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão sendo equacionados parcialmente, em função de decisões judiciais. No estágio atual, não é possível determinar o desfecho das medidas judiciais em andamento. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reflexos na Petros das investigações

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis que descreve que desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto das operações específicas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta e ou indiretamente por meio de fundos de investimentos, assim como, possíveis ilicitudes em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do país, entre eles a Fundação. Como parte do processo de governança, diversas ações vêm sendo adotadas, e em 19 de dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo da Entidade, por solicitação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”), autorizou a realização de inspeção pelos escritórios de advocacia, contratados pela Petrobras, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis e regulamentos em prejuízo da Petros. A Entidade vinha acompanhando esse trabalho com o objetivo de estar informada em relação aos seus possíveis efeitos ou implicações, a fim de tomar as providências necessárias. A referida contratação foi encerrada em dezembro de 2018. A Administração da Petros encontra-se em processo de definição das novas diretrizes para condução dessas investigações considerando o término desse contrato. No estágio atual dos trabalhos, não existem elementos para avaliar qual será o desfecho das investigações, bem como os potenciais efeitos sobre as demonstrações contábeis da Fundação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”

1.4 Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios

“A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.”

1.5 Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios

“Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.”

II. PONTOS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS NOTAS EXPLICATIVAS:

Destacamos as informações mais relevantes na opinião deste Conselho, contidas nas Demonstrações Contábeis, conforme Notas Explicativas:

- a) Houve crescimento do Patrimônio Social e de Cobertura Consolidado em 4%, em decorrência dos seguintes fatores: crescimento das contribuições previdenciais em 48%, nas quais estão incluídas as contribuições extraordinárias para equacionamento dos déficits dos planos; redução de 78% nas constituições das contingências passivas (demandas judiciais).

- b) Os Investimentos Consolidados cresceram nominalmente 4%, sendo que o maior crescimento foi nos Títulos Públicos com 14%, e a maior redução em ações com 21%, decorrente do ajuste de precificação por cotação à mercado e valor econômico das empresas.
- c) As ações e fundos de investimentos sem cotação e precificação de mercado, foram avaliados por modelo de valor econômico, como segue:

Ativos sem cotação em Mercado Ativo

A Petros investe, direta e indiretamente, em ações de empresas que não possuem cotação em bolsa de valores e negociação frequente em mercado ativo, assim como em fundos de investimentos estruturados. Tais investimentos são avaliados por meio de modelos de precificação com a finalidade de apresentar o seu valor justo. Dadas a metodologia e premissas utilizadas nesses modelos, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quando da sua efetiva realização financeira. Eventuais ajustes são reconhecidos, diretamente com o consequente efeito no resultado dos planos atrelados a esses investimentos ou indiretamente por meio do ajuste no valor da cota do fundo investimento.

A tabela a seguir apresenta a precificação adotada para os ativos sem cotação em mercado ativo:

	2017	Aquisições Baixas Transferência	Resultado	2018
Ações (carteira própria)				
Invitel Legacy ON	6	-	-	6
Litel ON/PNA (iii)	2.795.311	(71.223)	872.375	3.596.463
Newtel ON	439	-	-	439
Invepar ON/PN (i)	1.463.474	-	(290.460)	1.173.014
Norte Energia ON (ii)	723.785	93.800	35.572	853.157
Termobahia ON	1.186	-	-	1.186

Fundos de Investimentos

FIP Florestal (Eldorado) (iv)	11	(20)	5.443	-
FIP Multiner (v)	13.558	298	(1.045)	12.811
FIP Caixa Barcelona (vii)	195.331	(263.475)	263.598	195.454
FIP Sondas (Sete Brasil) (vi)	(172)	-	(81)	(253)
Total	208.728	(263.197)	267.915	208.012

Fonte: Nota 5.1.2 – Notas explicativas

Houve um impacto positivo no resultado de **R\$ 639.348 mil**

- d) As Provisões para Perdas com Investimentos, em carteira própria, alcançaram em 2018 o montante de R\$ 1.589.682 mil, representando um crescimento em relação a 2017 na ordem de 68%, correspondendo a 1,85% do Patrimônio Social. Não sendo consideradas aquelas provisões feitas nos Fundos de Investimentos. O maior impacto ocorreu no segmento de Ações com 38% das provisões, referente a ajustamento do apreçamento de valor do laudo.
- e) Crescimento das Provisões Matemáticas Consolidadas em 9%, sendo superior ao valor do Patrimônio de Cobertura, ocasionando o Déficit Acumulado.
- f) Houve crescimento das Provisões Matemáticas a Constituir de Déficit Equacionado (PED) em 8%, principalmente pelo efeito suspensivo dos pagamentos das contribuições extraordinárias, determinado pela justiça. O plano PPSP/NR possui um PED-Plano de Equacionamento de R\$ 6.704.978 mil e o PPSP/R de R\$ 22.706.589 mil. Existem diversas sentenças judiciais que autorizam cobranças diversas da contribuição extraordinária em percentuais ou suspensão da mesma estabelecida no PED. Diante desses fatos, a PETROS não vem aplicando as sentenças em sua totalidade, mantendo o efeito suspensivo na integralidade. Essa dificuldade advém da falta de recursos tecnológicos e estrutura para fazer a segregação dos beneficiários associados a cada uma das sentenças, ocasionando desta forma o crescimento do saldo do PED.

- g) O Déficit Acumulado cresceu 115%, mesmo considerando o Resultado a Realizar.

h) Foram apresentadas as Demonstrações Contábeis do PPSP Repactuados (R) e PPSP Não Repactuados (NR), cuja cisão ocorreu em 31/03/2018. Entretanto, a auditoria independente não identificou no seu parecer a averiguação da metodologia do processo de cisão, a segregação dos valores dos ativos e passivos, segregação do Fundo Administrativo e aderência das hipóteses e premissas atuariais, conforme verificado na Nota Explicativa 1.1, constando no quadro "Balanco Patrimonial após cisão do Plano PPSP – informação não auditada".

- i) Os seguintes planos encerram o exercício de 2018 com déficits acumulados já considerando o Resultado a Realizar:

PPSP/NR com R\$ 2.839.476 mil. PPSP/R com R\$ 5.566.877 mil e Ultrafertil com R\$ 111.358 mil. Os Déficits do PPSP/NR, PPSP/R e da Ultrafertil, mesmo com o ajuste do resultado a realizar, ficaram acima do limite mínimo (limite déficit técnico acumulado). Assim, terão plano de equacionamento em 2019, com início de pagamento em 2020.

- j) O Plano Petros-2 apresentou superávit acumulado de R\$ 290.833 mil, decorrente da redução de benefícios da ordem de 28%, e o crescimento do resultado positivo dos investimentos em 51%.
- k) Em 2018, houve redução da ordem de R\$ 80 milhões de pagamento de benefícios no Plano Petros-2, em relação a 2017. O impacto se

deu em razão do resgate de valores por força do PIDV daquele ano, não ocorrendo a mesma situação em 2018.

- l) No Plano de Gestão Administrativa (PGA), o critério de alocação das despesas continuou sendo aquele aplicado em exercícios anteriores, onde o Fundo Administrativo faz a cobertura dos déficits administrativos dos planos cujas fontes (receitas) são inferiores as suas despesas. Essa não conformidade impacta o processo de cisão do Plano PPSP, onde não há menção sobre o déficit administrativo dos demais planos para o Plano PPSP, ou a definição no Termo de Cisão de como deverá ser realizada a devolução entre as massas segregadas.

m) O Fundo Administrativo cresceu 1%, e foi segregado por força da cisão os Fundos Administrativos do PPSP/NR ficando com R\$ 133.606 mil e o PPSP/R com R\$ 470.501 mil. Tal proporção levou em consideração a metodologia de segregação do passivo.

n) A proporcionalidade indicada em Nota Explicativa 1.1 – Cisão do Plano Sistema Petrobras, de PPSP/NR com 24,02% e PPSP/R com 75,98%, não foi mantida na carteira de investimentos, tendo sido verificada uma média de 22% para o PPSP/NR e de 78% para o PPSP/R.

- o) No TCF – Termo de Compromisso Financeiro, houve a segregação em decorrência da cisão, a seguir demonstrada:

Plano PPSP-R					
Termos de Compromissos	Cisão	Recebimentos	Atualização 2018	Impacto Atuarial	2018
Pré-70	4.007.062	(228.328)	549.767	(490.567)	3.837.934
Petrobras	4.007.062	(228.328)	549.767	(490.567)	3.837.934
FAT_FC	2.182.926	(127.692)	160.351	-	2.215.585
Petrobras	1.944.000	(116.266)	190.204	-	2.017.938
BR	238.926	(11.426)	(29.853)	-	197.647
Diferença de Pensão	3.069.818	(178.859)	449.478	(441.667)	2.898.770
Petrobras	2.901.625	(168.874)	424.302	(417.779)	2.739.274
BR	161.411	(9.622)	24.165	(22.027)	153.927
Petros	6.782	(363)	1.011	(1.861)	5.569
Total	9.259.806	(534.879)	1.159.596	(932.234)	8.952.289

Plano PPSP-NR					
Termos de Compromissos	Cisão	Recebimentos	Atualização 2018	Impacto Atuarial	2018
Pré-70	2.662.310	(148.440)	380.172	120.083	3.014.125
Petrobras	2.662.310	(148.440)	380.172	120.083	3.014.125
FAT_FC	690.284	(40.161)	50.504	-	700.627
Petrobras	614.730	(36.875)	60.271	-	638.126
BR	75.554	(3.286)	(9.767)	-	62.501
Total	3.352.594	-188.601	430.676	120.083	3.714.752

Fonte: Nota 3.1 – Notas explicativas

Resultado final:

AOR		R\$ Mil		
TERMOS DE COMPROMISSOS	31/12/2018	31/12/2017	Variação	
PRÉ-70	R\$ 6.852.059	R\$ 6.515.134	R\$	336.925
FAT-FC	R\$ 2.916.212	R\$ 2.806.763	R\$	109.449
PENSÃO (PPSP/R)	R\$ 2.898.770	R\$ 2.998.824	-R\$	100.054
TOTAIS	R\$ 12.667.041	R\$ 12.320.721	R\$	346.320

- Houve uma variação patrimonial líquida positiva de R\$ 346.320 mil, cujo registro foi impactado positivamente no resultado dos planos.
- Houve recebimento em 2018 do montante de R\$ 723.480 mil, sendo no PPSP/NR R\$ 188.601 mil e PPSP/R R\$ 534.879 mil.

p) Depósitos Judiciais e Passivo Contingencial:

Depósitos Judiciais/Recurais

O quadro a seguir apresenta os depósitos judiciais/recursais vinculados a demandas judiciais em que a Entidade figura em polo passivo (Nota Explicativa nº 7). Ao longo do exercício de 2018, foi contratado escritório especializado para identificação e levantamento de depósitos judiciais.

As regularizações/baixas ocorridas referentes a exercícios anteriores à 2018 estão apresentadas em uma coluna específica na tabela a seguir.

		2017	Regularizações/Baixas (anterior a 2018)	Entrada de Novos Depósitos Judiciais	Regularizações/Baixas (ano 2018)	2018
Gestão Previdencial	3	2.290.952	-180.445	726.895	-189.272	2.648.129
Plano PPSP/Repactuado		0	1.021.686	251.979	-49.559	1.224.106
Plano Petros do Sistema Petrobras		2.126.772	-1.158.263	440.444	-92.647	1.316.306
Plano Petros - Empresas Privatizadas		162.945	-43.719	34.047	-46.924	106.348
Plano Petros Copesul		102.511	-18.449	7.223	-37.622	53.663
Plano Petros Ultrafertil		38.359	-19.125	19.049	-4.882	33.401
Plano Petros Lanxess		12.076	-3.043	3.209	-1.770	10.472
Plano Petros Nitroflex/Lanxess		624	-226	0	-41	357
Plano Petros Braskem		7.796	-2.510	4.286	-1.441	8.130
Plano Petros PQU		1.579	-366	280	-1.167	326
Contribuição Definida/Variável		1.235	-150	425	-141	1.368
Plano Petros 2		526	30	279	-51	784
Plano TAPMEPrev		661	-313	126	-79	395
Outros*		48				
PLANO TRANSPETRO			142	0	0	148
PLANO TRIUNFO VIDA			0	0	-6	21
PLANO CROPREV			0	0	-4	0
PLANO ANAPARPREV			-1	20	0	20
PLANO PREVIEPA			-8	0	0	0
Gestão Administrativa	4	13.772	-497	39.975	-1.469	51.781
Depósito Judicial		13.772	-497	1.438	-1.469	13.243
PIS/COFINS		0	0	38.537	0	38.537
Investimentos	5	20.926	0	0	-20.926	0
Total		2.325.650	-180.942	766.870	-211.667	2.699.909

*O item outros exibido na coluna de Contribuição Definida/Variável é composto por PLANO TRANSPETRO, PLANO TRIUNFO VIDA, PLANO CROPREV, PLANO ANAPARPREV e PLANO PREVIEPA exibidos de forma individual em 2018.

Fonte: Nota 3.4 e 7 – Notas explicativas

- Verificamos que houve um crescimento nos Depósitos Judiciais e Recursais da Gestão Previdencial (Planos) em 16%. As maiores participações estão no PPSP/NR com 49% e no PPSP/R com 46%, e os demais planos com 5%. No PGA houve crescimento de 275%, em função dos depósitos referentes ao PIS/COFINS.

		2017	Cisão PPSP	Novos Processos	Baixa e Reversões de Provisões (anterior a 2017) (a)	Baixa de Provisões (ano 2018)	Reclassificações/ Reversões de Provisões	2018
Gestão Previdencial	7.1	4.099.530	0	226.779	27.295	-127.908	-80.964	4.144.731
Processos Judiciais		4.099.530	0	226.779	27.295	-127.908	-80.964	4.144.731
Plano Petros do Sistema Petrobras		3.794.878	-1.794.878	96.881	-58.665	-44.086	-82.460	1.911.669
Plano PPSP/Repactuado		0	1.794.878	108.100	77.728	-33.441	55.520	2.002.786
Plano Petros Copasul		165.090	0	14.873	795	-43.900	-62.175	74.683
Plano Petros Ultrafértil		72.850	0	2.887	558	-310	-601	75.384
Plano Petros Lanzaess		17.732	0	2.204	839	-3.706	6.843	23.912
Plano Petros Nitriflex/Lanzaess		4.853	0	447	-39	-512	-1.397	3.352
Plano Petros Braskem		17.466	0	59	6.962	-224	3.370	27.633
Plano Petros PQU		4.609	0	59	541	-930	-838	3.441
Plano Petros 2		18.142	0	1.269	-1.524	-295	482	18.075
Plano TAPMEPrev		1.659	0	0	263	-375	819	2.368
Outros		2.251	0	0	-164	-129	-528	1.429
Gestão Administrativa		89.442	0	763	-27.289	-734	-1.311	8.120
Processos Judiciais	7.2.1	36.691	0	763	-27.289	-734	-1.311	8.120
Outras Provisões	7.2.2	52.751						
Investimentos		27.000	0	0	0	-27.000	0	0
Total		4.215.972	0	227.542	5	-155.642	-82.275	4.152.851

Fonte: Nota 7 – Notas explicativas

Plano Petros do Sistema Petrobras - NR

Grupo	Descrição	2018	2017
Grupo 1	Assistidos que almejam: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela da RMNR; d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e da Gratificação Contingente, concedidos aos ativos por ACT.	968.970	-
Grupo 2	Empregados da Petrobras não inscritos na Petros (retardatários) ou inscritos no Plano por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS).	36.440	-
Grupo 3	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos e limite etário.	780.928	-
Grupo 4	Outras demandas judiciais	125.331	-
Total		1.911.669	

ACT - Acordo Coletivo de Trabalho

PCAC - Plano de Classificação e Avaliação de Cargos

RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime

PLR - Participações nos Lucros e Resultados

PL-DL -1971 - Participação nos Lucros - Decreto Lei

Fonte: Nota 7 – Notas explicativas

Plano Petros do Sistema Petrobras - R			
Grupo	Descrição	2018	2017
Grupo 1	Assistidos que almejam: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela da RMNR; d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e da Gratificação Contingente, concedidos aos ativos por ACT.	934.604	-
Grupo 2	Empregados da Petrobras não inscritos na Petros (retardatários) ou inscritos no Plano por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS).	18.237	-
Grupo 3	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos e limite etário.	936.856	-
Grupo 4	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	113.089	-
Total		2.002.786	
ACT - Acordo Coletivo de Trabalho PCAC - Plano de Classificação e Avaliação de Cargos RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime PLR - Participações nos Lucros e Resultados PL-DL – 1971 - Participação nos Lucros - Decreto Lei			

Fonte: Nota 7 – Notas explicativas

Plano Petros 2			
Grupo	Descrição	2018	2017
Grupo 1	Predominantemente são ações judiciais em que os ex-participantes pleiteiam o reingresso no Plano Petros do Sistema Petrobras (“PPSP”).	3.882	4.557
Grupo 2	Ações judiciais em que os participantes pleiteiam verbas trabalhistas em relação aos patrocinadores e que causarão reflexos no benefício que recebem pela Petros.	2.710	3.085
Grupo 3	Ações judiciais em que os ex-participantes pleiteiam a devolução das contribuições feitas à Petros a título de Reserva de Poupança.	520	946
Grupo 4	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	10.964	9.554
Total		18.075	18.142

Fonte: Nota 7 – Notas explicativas

Ações Judiciais sobre o Plano de Equacionamento do Déficit do PPSP-R e PPSP-NR

A Petros passou a figurar no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes e assistidos do PPSP-R e PPSP-NR questionam o equacionamento do déficit técnico acumulado de 2013, 2014 e 2015. A Entidade vem apresentando, de forma tempestiva, as defesas nos respectivos processos.

Até 31 de dezembro de 2018 foram propostas 417 ações questionando o plano de equacionamento do déficit técnico. Em 14 delas já foram proferidas sentenças de improcedência, favoráveis à Petros. Todas as sentenças ainda estão sujeitas a recurso. A expectativa de perda é remota para todas as ações considerando que há precedente jurisprudencial no Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.

Importante ressaltar também que os planos de equacionamento em curso são fundamentais para a solvência de longo prazo. Assim, ainda que a expectativa de perda seja remota para todas as ações, as decisões em caráter liminar quanto ao cumprimento de equacionamentos podem inviabilizar a continuidade de planos.

Fonte: Nota 7 – Notas explicativas

Contingências passivas com probabilidade de perda possível

As contingências passivas decorrentes de processos judiciais, em que se considera a probabilidade de perda para a Entidade como possível e não requerem o registro contábil da provisão, estão a seguir resumidas:

Plano de Benefícios	2018	2017
Plano Petros Sistema Petrobras	-	2.056.687
Plano PPSP/Não Repactuado	866.845	-
Plano PPSP/Repactuado	905.999	-
Plano Petros PQU	3.931	4.668
Plano Petros Braskem	132.117	41.223

Fonte: Nota 7 – Notas explicativas

Plano Petros COPESUL	53.489	27.907
Plano Petros Lanxess	94.888	42.812
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	7.868	2.901
Plano Petros Ultrafertil	18.356	9.861
Plano Petros 2	10.092	14.220
Plano Transpetro	309	240
Plano TAPMEPrev	3.835	1.170
Plano PQU Previdência	-	4.668
Plano ANAPARprev	302	1.670
Plano CROprev	309	240
Plano CRAprev	309	240
Plano FENAJprev	-	120
Plano FIEPEprev	4	-
Plano Liquigás	5	144
Plano PTAPrev	155	120
Plano SIMEPREV	155	361
Plano Triunfo Vida	-	-
Plano Prevtran (*)	161	120
Plano PreviContas	155	120
PLANO DBA	28	-
PLANO ELDORADO PREV	309	-
PLANO GASPREV	176	-
PLANO PREVFIEPA	148	-
PLANO REPSOL YPF	155	-
PLANO CULTURAPREV	237	-
Gestão Administrativa	16.886	71.501
Total	2.117.223	2.280.993

Fonte: Nota 7 – Notas explicativas

- Verificamos que houve um crescimento no Exigível Contingencial (demandas judiciais no status de provável) da Gestão Previdencial (Planos) de 1,10%. As maiores participações estão no PPSP/R com 48% e no PPSP/NR com 46%. O Exigível Contingencial representa um comprometimento de 4,82% do Patrimônio Social, em 2017 o comprometimento foi de 5,10%.
- Verificamos que houve uma redução no Passivo Contingente (demandas judiciais no status de possíveis não contabilizadas por força da legislação) de 7%. As maiores participações são do PPSP/R com 43% e do PPSP/NR com 41%.
- Considerando o Exigível Contingencial e adicionando as Contingências Passivas, no PPSP/R, teríamos o montante de R\$ 2.908.785 mil representando um risco jurídico sobre o Ativo Líquido do plano de 6,36% e no PPSP/NR apresentaria o valor de R\$ 2.778.514 mil, representando um risco jurídico sobre o Ativo Líquido do plano de 2,09%.
- Sobre os Depósitos Judiciais e o Exigível Contingencial, a KPMG apresentou uma Ressalva no seu Parecer de 2018, que é uma recorrendo do seu Parecer de 2017 e da PwC de 2016, demonstrando que a deficiência dos controles internos sobre o contencioso judicial permanece.

q) Outros assuntos não evidenciados nas Notas Explicativas e não mensurados nas Demonstrações Contábeis:

- No Exigível Contingencial não estão evidenciadas as contingências do PRÉ-70.
- Não identificamos nos resultados do Plano os impactos da RMNR e do PCAC.

III - RECOMENDAÇÕES

1) CONSISTÊNCIA DAS PREMISSAS ATUARIAIS DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS

Em complemento ao trabalho de auditoria do passivo realizado no exercício de 2018, recomendamos a contratação de serviços para análise da consistência atuarial do Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados e Não-Repactuados, considerando:

- Avaliação do tratamento dado à massa do Pré-70 no PED
- Avaliação para cálculo e cobrança da dívida do FAT/FC pós 2006
- Avaliação para aporte do Grupo 78/79
- RMNR Confissão de dívida referente ao período de Agosto de 2007 a Setembro de 2011 e impacto atuarial do PCAC e da RMNR
- Levantamento do passivo atuarial decorrente das ações judiciais executadas correspondentes à implantação do Acordo dos Níveis, no período de 2004/2015
- Apuração do valor correto dos saldos dos TCFs e do respectivo controle, e de suas respectivas atualizações financeiras e atuariais.
- Avaliação do impacto atuarial da chamada repactuação do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) por perito independente e apresentação deste resultado ao Conselho Fiscal.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal recomenda a obtenção de parecer jurídico e atuarial externos para avaliação dos impactos atuariais de crescimento real decorrente do aumento de benefícios concedidos em função do ganho real dos salários da ativa, tendo em vista conclusões do parecer do atuário que identificou crescimento de 0,81% acima do estimado no exercício 2015 e de (0%) nos três últimos exercícios.

Recomendamos analisar o processo de cisão do PPSP, atentando para o valor identificado conforme trabalho de auditoria realizado pela Deloitte, que identificou o valor de R\$1,54 bilhão, que, na visão da mesma, foi incluído indevidamente nos cálculos de cisão dos Repactuados e Não-Repactuados, já que esses valores de contingência judicial são de origem dos participantes do grupo denominado Pré-70, e no processo de cisão os mesmos foram excluídos, devendo-se fazer os ajustes devidos no plano.

2) AÇÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDAS NA 18ª VARA CÍVEL DO RIO DE JANEIRO

O Conselho Fiscal recomenda que sejam avaliadas/mensuradas as dívidas que estão sendo cobradas por entidades representativas dos participantes e assistidos da Fundação, envolvendo, entre outras, a implantação do primeiro programa de incentivo a aposentadoria (SO-PÃO), na década de 90, tendo sido concedida a aposentadoria com 30 de contribuição previdenciária, quando a previsão atuarial da Petros considerava um mínimo de 32 anos de contribuição, considerando inclusive os reflexos deste no PPSP-R e PPSP-NR. (PPSP).

Recomendamos que seja avaliada/mensurada a procedência das dívidas que estão sendo cobradas por entidades representativas dos participantes e assistidos da Fundação.

3) GASTOS COM AÇÕES JUDICIAIS E RECURSOS PROCRASTINATÓRIOS

Complementarmente às recomendações de 2017 implementadas, recomendamos uma avaliação para racionalização dos gastos com

ações judiciais, uma vez que a disponibilidade financeira da Petros tem origem nos próprios recursos dos participantes, incluindo multas por ações procrastinatórias aplicadas pelo Poder Judiciário contra a Petros.

4) CUMPRIMENTO DO AOR

Recomendamos o cumprimento do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) em relação a adoção de mudança estatutária para garantia de eleição de dois diretores pelos participantes e assistidos, providenciando a homologação pela SEST e PREVIC da mudança do Estatuto já aprovada pelo Conselho Deliberativo em 2011.

5) CISÃO DE PLANOS E PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT TÉCNICO DOS PPSP-NR E PPSP-R

Recomendamos que sejam feitas gestões junto à Patrocinadora Petrobras, com relação ao PED, no tocante aos Pré-70, visando a obtenção de documento no qual a Patrocinadora reconheça sua obrigação de forma irrevogável de assumir todos os custos dos benefícios, tanto de aposentados como de pensionistas deste grupo, de forma tal que o documento do TCF referente ao Pré-70, que finda em 2028, seja substituída pelo novo Termo, a fim de que a retirada do Pré-70 do PED não venha gerar nenhum efeito atuarial pós-2028 e não onerar o patrimônio dos Pós-70.

O CF, levando em consideração o seu papel na avaliação e fiscalização, da gestão e processos ocorridos na Petros, ressalta que, não obstante à aprovação da Previc para a implantação da cisão do PPSP, realizou dentro das suas atribuições o monitoramento dos riscos intrínsecos a esse processo, apontando, eventuais ocorrências de fragilidades, como por exemplo, a não segregação real de todas as ações e depósitos judiciais, a não identificação do fundo administrativo, a segregação dos ativos sem atualização do ALM para o cenário da data da cisão, dentre outros pontos explicitados por este CF ao Conselho Deliberativo em correspondência específica.

O CF recomenda a reavaliação do critério de separação dos ativos, uma vez que constatou que o mesmo se baseou nas Provisões Matemáticas e nos depósitos judiciais. Dai se estabeleceu o critério para distribuir os ativos resultando 78% para o PPSP-R e 22% para os PPSP-NR.

6) CONFISSÃO DE DÍVIDA DA RMNR

Recomendamos que a PETROS dê sequência na cobrança dos valores da RMNR conforme Termo de Confissão de Dívida, assinado em 24/11/2016, entre o Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investimentos da PETROBRAS e o Presidente da PETROS.

7) CONTROLES INTERNOS

Apesar da sensível melhora nos controles internos da Petros, chamamos atenção para a necessidade de aprimoramento e/ou criação de controles internos nos processos que envolvem a área Jurídica, em especial nos temas vinculados ao contencioso da Fundação.

Adicionalmente, recomendamos a adoção de ações mais efetivas para a solução de controles internos constatados como ineficazes.

8) TEMPESTIVIDADE E QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA PETROS AO CONSELHO FISCAL

Recomendamos maior diligência por parte da Administração da Petros no sentido de aprimorar a tempestividade e a qualidade das informações disponibilizadas ao Conselho Fiscal, em especial a documentação que instrui o processo de apreciação das Demonstrações Contábeis Mensais e Anuais.

IV – CONCLUSÃO E PARECER

Considerando os pontos relacionados neste relatório, bem como o Relatório do Auditor Independente, KPMG;

Considerando a aprovação do Termo de Ajuste de Conduta referente à utilização incorreta do Fundo Administrativo da Petros pelos planos administrativamente deficitários pela Previc, no exercício de 2018, e a sua assinatura pelo Conselho Deliberativo da Petros, no início do Exercício 2019. Assim, na DPGA, foi mantido o critério de financiamento dos déficits dos planos que não conseguem custear suas despesas com recursos do Fundo Administrativo;

Considerando o processo de cisão do PPSP, temos:

a) Exigível Contingencial e Depósitos Judiciais

- O CF analisou o critério de separação dos ativos e constatou que o mesmo se baseou nos depósitos judiciais – O PPSP NR detinha 51% desses depósitos. Daí se estabeleceu o critério para distribuir os ativos resultando 77,35 para o R e 22,65 para os NR, ao invés de 75/25. Como a KPMG constatou que a Petros não tem o montante correto desse contencioso, a distribuição dos ativos está contaminada. Tem que ser revista.
- Pela relevância deste item, entendemos que caberia um estudo minucioso e detalhado a fim de tornar mínimo o risco jurídico e os respectivos impactos decorrentes do desenvolvimento das ações depois do processo de cisão;
- Vale destacar ainda que conforme relatado anteriormente que o Exigível Contingencial impacta diretamente o Ativo Líquido do Plano, e por consequência o resultado do Plano, podendo ainda impactar nos equacionamentos, nos resultados deficitários e nos limites do déficit técnico.

b) Posicionamento da Auditoria Independente

- Não identificamos nos pareceres dos auditores independentes menção sobre a averiguação do adequado registro contábil dos exigíveis contingenciais do Plano PPSP antes e depois da cisão, e ainda sobre a metodologia do processo de cisão, a segregação dos valores dos ativos e passivos, segregação do Fundo Administrativo e aderência das hipóteses e premissas atuariais;
- Considerando que para o processo de cisão do Plano PPSP não identificamos a adoção de procedimentos de auditoria independente para averiguação da metodologia do processo de cisão, a segregação dos valores dos ativos e passivos, segregação do Fundo Administrativo e aderência das hipóteses e premissas atuariais, conforme verificado na Nota Explicativa 1.1, constando no quadro "Balanço Patrimonial após cisão do Plano PPSP – informação não auditada";

c) Segregação dos ativos

- Considerando que a proporção de ativos de investimentos alocados no PPSP/NR foi menor do que consta na regra de proporcionalidade 24% (Nota Explicativa 1.1) apuramos que foi em média de 22%, com redução de 2% dos Ativos de Investimentos, ficando o PPSP/R com 78%, quando deveria ser 76%. Devido a esse fato, houve impacto no resultado final do PPSP/NR.

d) Fundo Administrativo

- No que se refere a segregação do Fundo Administrativo na mesma proporção das Provisões Matemáticas, temos a considerar que não identificamos na documentação disponibilizada a avaliação quanto a origem do recurso, considerando a massa que contribuiu para o Plano como o caso dos PRE-70, bem como não foi realizado um estudo prospectivo que definisse os valores ideais para a sustentabilidade

administrativa das massas segregadas considerando a sua *duration*. Vale destacar ainda que, em nosso entendimento, preliminarmente ao processo de cisão deveria ser providenciado o TAC sobre o déficit administrativo dos demais planos para o Plano PPSP, ou a definição no Termo de Cisão de como deverá ser realizada a devolução entre as massas segregadas;

- Dessa forma, em nosso entendimento seria prudente realizar um estudo de avaliação de utilização do Fundo Administrativo dos dois grupos, de forma a avaliar a melhor metodologia de cisão ao invés de utilizar a metodologia da segregação das provisões.

e) Metodologia de cisão

- Sobre a metodologia propriamente dita, quanto à garantia técnica de que no dimensionamento das Provisões Matemáticas estivessem calculados e registrados os valores mais próximos possíveis dos compromissos efetivos de cada participante e assistido, tendo em vista que o processo de cisão está alicerçado na proporção das Provisões Matemáticas de cada grupo/submassa.

Considerando o efeito no Plano de Equacionamento do Déficit – PED, no tocante aos Pre-70, bem como seus reflexos na cisão dos Planos PPSP-R e PPSP-NR;

Considerando as incertezas do Plano de Equacionamento do Déficit, conforme a nota explicativa nº 8.3, às demonstrações contábeis, os planos PPSP-R e NR e o Plano Petros Ultrafértil acumularam déficits técnicos que, até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão sendo equacionados parcialmente, em função de decisões judiciais. No estágio atual, não é possível determinar o desfecho das medidas judiciais em andamento e seus reflexos sobre o PED;

Considerando a auditoria do Passivo Atuarial (auditoria das hipóteses atuariais e de benefícios), que o Conselho Fiscal recomendou a contratação de uma auditoria específica relativa as hipóteses atuariais e de benefícios, com o objetivo de dissipar eventuais possíveis não conformidades existentes, a auditoria foi realizada, porém o escopo contratado não atendeu plenamente as demandas apresentadas pelo Conselho Fiscal;

Considerando a ressalva descrita pelos auditores externos e a replicamos em nosso parecer: "em função do atual estágio em que se encontram os processos de conciliação dos depósitos judiciais/recursais e exigível contingencial, não foi praticável determinar se havia necessidade de ajustar esses saldos em 31 de dezembro de 2018 e os respectivos efeitos reflexos no Superávit (Déficit) Técnico do Exercício na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social e nas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido individuais por plano de benefícios, no que tange os Depósitos Judiciais e Exigível Contingencial;

Considerando o estabelecimento de Plano de Equacionamento do Déficit Técnico dos Planos Petros do Sistema Petrobras (PPSP-NR e PPSP-R) sem levar em conta as dívidas das patrocinadoras, além do fato de ter sido utilizada premissa de segregação patrimonial dos Pré-70 sem aprovação formal;

Considerando as seguintes ênfases:

- 1) Resultados do Equilíbrio Técnico dos Plano Petros do Sistema Petrobras – Não Repactuados (PPSP-NR) e Plano Petros do Sistema Petrobras – Repactuados (PPSP-R) apresentando déficits da ordem de R\$ 2.924.672 mil (PPSP-NR) e de R\$ 5.566.877 (PPSP-R);
- 2) Resultados do Equilíbrio Técnico dos Plano Petros Ultrafértil apresentando déficit da ordem de R\$ 130.118 mil;
- 3) Em relação às investigações, temos o encerramento dos contratos com escritórios de advocacia, pela Petrobras, sem substituição. Esses escritórios realizavam inspeções nas operações específicas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta

e ou indiretamente, assim como, possíveis ilicitudes em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do país, entre eles a Petros. Não é possível, ainda, avaliar qual será o desfecho dessas investigações e seus reflexos sobre as Demonstrações Contábeis da Petros; Este Colegiado, por voto de qualidade do sr. Fernando Leite Siqueira, Presidente do Conselho Fiscal, e pelo voto da sra. conselheira Vânia Lúcia Chaves Ribeiro de Mattos, recomenda:

A não aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018 do Consolidado da Fundação e Individuais dos Planos PPSP-R, PPSP-NR e DPGA, pelos seguintes motivos, e aprovação dos Planos PP-2, Planos Petros Lanxess, Petros Nitriflex/Lanxess, Petros Ultrafértil, Plano Misto Sanasa, Tapmeprev, Anaparpdev, Copesul, Copesulprev, PQU, Braskem, Transpetro, Concepa, Previttel, Cachoeira Dourada, Gasprev, IBAPrev, IBPprev Associados, Liquigás, Petro_RG, FIEPEprev, PrevFIEPA, PrevFIEA, Repsol, Sulgasprev, ADUANAPrev, ALESAT, CRAprev, CRCprev, CROprev, Culturaprev, Triunfo Vida, Eldorado prev, FENAJprev, PREV-ESTAT, PreviCon-tas, Previtália, PTAPrev, Simeprev, SinMed/RJ e Termoprev.

Entretanto, reconhecemos que a Petros:

- Realizou o cadastramento geral dos participantes e assistidos dos seus planos de benefício definido;
- Obteve sensível melhora nos controles internos, fazendo jus ao Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), certificação que atesta o alinhamento da Fundação aos princípios de governança em investimentos estabelecidos no código da entidade.
- A iniciativa do Conselho Deliberativo da Petros em enfrentar o debate dos itens históricos levantados pelo Conselho Fiscal da Fundação;

Registra-se que os srs. conselheiros José Eduardo Tavares Sobral Pinto e Reinaldo Luz Cêia de Souza são de parecer que as Demonstrações Contábeis Consolidadas (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa) e as Individuais por Plano de Benefícios (Demonstração do Ativo Líquido, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido, Demonstração das Provisões Técnicas) do exercício financeiro de 2018, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho Deliberativo, **com a recomendação de aprovação, observadas as seguintes considerações, ressalva e ênfases:**

Considerações:

1. Considerando que a Petros realizou o cadastramento geral dos participantes e assistidos dos seus planos de benefício definido;
2. Considerando a aprovação pela PREVIC do Termo de Ajuste de Conduta referente à utilização incorreta do Fundo Administrativo da Petros pelos planos administrativamente deficitários e sua assinatura pelo Conselho Deliberativo da Petros no início do Exercício 2019;
3. Considerando a sensível melhora nos controles internos da Petros, o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), certificação que atesta o alinhamento da Fundação aos princípios de governança em investimentos estabelecidos no código da entidade.
4. Considerando a realização de auditoria independente das hipóteses e premissas atuariais e benefícios (passivo atuarial), ainda que não na sua integralidade;

Ressalva:

1. Depósitos Judiciais e Exigível Contingencial – concluímos como pertinente a ressalva descrita pelos auditores externos e a replicamos em nosso parecer: *“em função do atual estágio em que se encontram os processos de conciliação dos depósitos judiciais/recursais e exigível contingencial, não foi praticável determinar se havia necessidade de ajustar esses saldos em 31 de dezembro de 2018 e os respectivos efeitos reflexos no Superávit (Déficit) Técnico do Exercício na Demonstração da Mutações do Patrimônio Social e nas Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido individuais por plano de benefícios”.*

Ênfases:

1. Cisão do PPSP – foram apresentadas as Demonstrações Contábeis do PPSP Repactuados (R) e PPSP Não Repactuados (NR), cuja cisão ocorreu em 31/03/2018. Entretanto, não identificamos a adoção de procedimentos de auditoria independente para averiguação da metodologia do processo de cisão, a segregação dos valores dos ativos e passivos, segregação do Fundo Administrativo e aderência das hipóteses e premissas atuariais, conforme verificado na Nota Explicativa 1.1, constando no quadro “Balanço Patrimonial após cisão do Plano PPSP – informação não auditada”.
2. Plano de Equacionamento do Déficit (incertezas) – conforme a nota explicativa nº 8.3, às Demonstrações Contábeis, os planos PPSP-R e NR e o Plano Petros Ultrafértil acumularam déficits técnicos que, até a data de emissão das Demonstrações Contábeis, estão sendo equacionados parcialmente, em função de decisões judiciais. No estágio atual, não é possível determinar o desfecho das medidas judiciais em andamento e seus reflexos sobre o PED.
3. Termo de Ajuste de Conduta referente à utilização incorreta do Fundo Administrativo – em que pesem as ações da administração da Petros em concluir a aprovação e assinatura do referido da TAC, enfatizamos que os efeitos ainda não se encontram refletidos nas Demonstrações Contábeis, fato que só será possível a partir do exercício social de 2019.
4. Investigações – encerramento dos contratos com escritórios de advocacia, pela Petrobras, sem substituição. Esses escritórios realizavam inspeções nas operações específicas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta e ou indiretamente, assim como, possíveis ilicitudes em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do país, entre eles a Petros. Não é possível, ainda, avaliar qual será o desfecho dessas investigações e seus reflexos sobre as Demonstrações Contábeis da Petros.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.

Fernando Leite Siqueira
Presidente do Conselho Fiscal

Vânia Lúcia Ribeiro Chaves de Mattos
Conselheira Fiscal

José Eduardo Tavares Sobral Pinto
Conselheiro Fiscal

Reinaldo Luz Cêia de Souza
Conselheiro Fiscal

DECISÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

(O texto a seguir é uma reprodução da decisão do colegiado)

O Conselho Deliberativo, na reunião CD 634, realizada em 29/03/2019, decidiu, **por maioria**, aprovar as demonstrações consolidadas bem como as demonstrações contábeis individuais dos Planos de Benefícios PPSP-NR e PPSP-R, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. E decidiu, **por unanimidade**, aprovar as demonstrações contábeis individuais dos seguintes planos:

PGA, PP-2, Petros Lanxess, Petros Nitriflex/Lanxess, Petros Ultrafertil, Misto Sanasa, TAPMEprev, ANAPARprev, Cachoeira Dourada, GasPrev, IBAPrev, IBPprev Associados, Liquigás, PETRO-RG, FIEPEprev, PrevFIEPA, PrevFIEA, Repsol, SulgasPrev, ADUANAPrev, Alesat, CRAprev, CRCprev, CROprev, Culturaprev, EldoradoPrev, FENAJprev, PREV-ESTAT, PreviContas, Previtália, PTAPrev, Simeprev, SindMed/RJ, TERMOprev, CopesulPrev, Braskem, Copesul, PQU, Transpetro, Concepa, Triunfo Vida e Previttel, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Além disso, determinou à Diretoria Executiva:

- que apresente plano de ação para tratamento da ressalva e das duas ênfases apontadas pela auditoria externa para as Demonstrações Contábeis do exercício de 2019;
- que apresente alternativas com vistas a sustentabilidade dos planos PPSP-R, PPSP-NR e Plano Petros Ultrafertil, envidando os esforços necessários para concluir os estudos e suportar o Grupo Paritário coordenado pela Patrocinadora Petrobras, com a participação das Entidades Sindicais; e
- que comunique aos participantes e assistidos sobre a situação dos planos.

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE E DIRETOR DE INVESTIMENTOS

Daniel Lima

DIRETORES

Flavio Castro

Henrique Trinckquel

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Afonso Celso Granato Lopes (Presidente)

Antonio Gomes Moura

Epaminondas de Souza Mendes

Gilmar Alanis

Paulo César Chamadoiro Martin

Ronaldo Tedesco Vilardo

SUPLENTE

Carlos Alberto Rechelo Neto

Luiz Carlos da Silva Leão

Luiz Carlos Xerxenesky

Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana

Marcos André dos Santos

Norton Cardoso Almeida

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Fernando Leite Siqueira (Presidente)

José Eduardo Tavares Sobral Pinto

Reinaldo Luz Ceia de Souza

Vânia Lúcia Chaves Ribeiro de Mattos

SUPLENTE

João Antônio da Silva Cardoso

Luis Eduardo Pitta de Noronha

Patrícia Pinto Mirandola Sampaio

Paulo Teixeira Brandão

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL –
PETROS

Rua do Ouvidor, 98 - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20040-030

www.petros.com.br

O relatório completo contendo as informações
referentes a todos os planos administrados pela
Petros está disponível em **www.petros.com.br**

EXPEDIENTE

Coordenação-geral e produção de textos
Gerência de Comunicação e Relações Institucionais

Projeto gráfico e diagramação
Flávia da Matta Design

Fotos
iStock

Impressão Sir Speedy

